

CLÁUDIO ANTÔNIO BARREIROS

**AUTOGESTÃO NOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DE
ALAGOAS**



Maceió – AL
2010

CLÁUDIO ANTÔNIO BARREIROS

AUTOGESTÃO NOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DE ALAGOAS

Dissertação para qualificação no
Programa Regional de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA,
Universidade Federal de Alagoas

Orientador: Prof. Dr. Paulo Décio de Arruda Mello

Maceió – AL
2010

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário: Lucia Lima do Nascimento

- B271a Barreiros, Cláudio Antônio.
Autogestão nos empreendimentos solidários de Alagoas/ Cláudio Antônio Barreiros, 2010.
123 f. il., tabs.
- Orientador: Paulo Décio de Arruda Mello.
Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente: Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal de Alagoas. Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Maceió, 2010.
- Bibliografia: f. 87-89.
Anexos: f. 90-123.
1. Economia solidária. 2. Agentes sociais. 3. Políticas públicas. 4. Autogestão
I. Título.

CDU: 334

CLÁUDIO ANTÔNIO BARREIROS

**AUTOGESTÃO NOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DE
ALAGOAS**

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, Universidade Federal de Alagoas, em cumprimento às exigências para obtenção de grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovado em: 11/11/2010

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Paulo Décio de Arruda Mello - UFAL
Orientador



Profª Maria Cecília Junqueira Lustosa – UFAL
Examinadora



Prof. Cezar Nonato Bezerra Candeias – UFAL
Examinador

DEDICATÓRIA

À **Maíra**, minha filha, nascida na ocasião em que eu delineava essa pesquisa. Faço desse trabalho uma representação do meu esforço em proporcionar a ela um mundo melhor. Que sirva ainda, como inspiração para sua longa jornada - fortalecida pelas minhas conquistas, motivada por meus sonhos ainda não realizados.

AGRADECIMENTOS

Os estímulos que fazem surgir novas idéias vêm de lugares e circunstâncias muitas vezes inusitadas. A resposta criativa surge num estalo; num instante mágico que sintetiza um longo e inquietante processo. Há pessoas que surgem nesse processo de forma igualmente inusitada e despertam o efeito que transforma o comum em ato criativo. Por vezes, coloquei-me lapidando ou reconstruindo o conteúdo deste trabalho por conta dessas pessoas que, de forma desobrigada, promoveram grandes mudanças a partir do simples ato de participar, expondo sua opinião. Essas contribuições ocorreram inúmeras vezes e com diversos graus de importância. Para todas essas pessoas que, propositadamente ou não, enriqueceram este trabalho, deixo registrada minha gratidão.

Ao meu orientador, Prof. Paulo Décio de Arruda Mello, que, com a humildade própria daqueles que colocam o conhecimento a serviço da sabedoria, deu luz às minhas incertezas e me fez debruçar sobre as certezas. **Aos Profs. do PRODEMA** pela inestimável contribuição para a minha formação acadêmica e pessoal – com mérito especial às **Prof^{as}. Paula Stroh e Cecília Junqueira Lustosa**, por apresentarem bibliografias referenciais e conduzirem análises que me levaram ao deleite da leitura acadêmica – e **aos colegas de curso** que compartilharam comigo indagações e reflexões.

Às instituições e seus representantes que protagonizaram este trabalho, também agradeço. São elas: os Empreendimentos Solidários que serviram a essa pesquisa – **COOPREL** e **COOFERVE**; à **Secretaria Nacional de Economia Solidária/MT**, representada pelo **Diretor de Depto. de Fomento à Economia Solidária, Sr. Roberto Marinho Alves da Silva**, que me recebeu e por longas horas discutiu comigo os valores e ações que envolvem a proposta da Economia Solidária; à **UNITRABALHO de Alagoas**, na figura de seu **Coordenador, Prof. César Nonato Bezerra Candeias**, que acolheu meu projeto de pesquisa e partilhou de maneira franca e aberta seus conhecimentos e experiências.

Para todas as pessoas e instituições aqui citadas, meu mais profundo e sincero agradecimento, pois contribuíram para formar em mim valor e sentido para o processo de produzir conhecimento.

Atores somos todos nós, e cidadão não é aquele que vive em sociedade: é aquele que a transforma!

Vendo o mundo além das aparências, vemos opressores e oprimidos em todas as sociedades, etnias, gêneros, classes e castas. Vemos o mundo injusto e cruel. (...) Temos a obrigação de inventar outro mundo porque sabemos que outro mundo é possível. Mas cabe a nós construí-lo com nossas mãos, entrando em cena, no palco e na vida.

Augusto Boal

RESUMO

O desafio da humanidade em tempos atuais está em equacionar os impasses ambientais gerados pela fragilidade estrutural da sociedade, por seu complexo sistema de produção e meio de vida. Não há como se compatibilizar com a indiferença, exploração, privilégios e iniquidades que se escondem por trás de um sistema produtivo de degradação. Pelo contrário, a escassez de recursos naturais e as mudanças no regime climático estão servindo para denunciar todo o processo de exclusão social que perpetua arraigada na estrutura de sociedade. Como são questões que dizem respeito à coletividade, devem promover uma revisão de valores e de sistemas sociais, que, em última instância, orienta os desejos e as condutas individuais. Quando um indivíduo, integrado às necessidades coletivas de seu espaço de convívio, participa dos processos decisórios que irão definir o seu futuro e o de sua gente, estará contribuindo para recriar estilos de vida e alternativas para seu bem viver. Essa é a demanda social que estimula o estudo aqui proposto: analisar a potencialidade transformadora de uma estratégia que procura promover a revisão de valores acerca dos meios de vida do trabalhador e de suas práticas de intervenção no seu contexto de convívio. A referida estratégia é a autogestão no âmbito da Economia Solidária. Para que se compatibilize com uma perspectiva de transformação social, a estratégia deve promover condições grupais e individuais de participação política e social nos processos decisórios que interferem na coletividade, ou seja, deve favorecer a constituição de Agentes Sociais. A análise da Economia Solidária no contexto de Alagoas é referencial. A região revela os efeitos das políticas voltadas ao fortalecimento de latifúndios, alheia à organização dos pequenos grupos de trabalho. Ao expor a realidade e história brasileiras, Alagoas serve como um interessante contexto para delinear iniciativas que se propõem a aplicar valores compatíveis à perspectiva do desenvolvimento sustentável. Aliás, valores tão preteridos pela lógica de produção no capitalismo, que há séculos predomina como organização de produção e consumo, orientador dos desejos e do comportamento de cada indivíduo de nossa sociedade.

Palavras – Chave: Autogestão, Economia Solidária, Agentes Sociais, Políticas Públicas.

ABSTRACT

The challenge facing humanity in modern times is in considering the environmental dilemmas generated by the structural weakness of society, its complex system of production and livelihood. There is no way to reconcile with the indifference, exploitation, privilege and inequities that hides behind production system degradation. On the contrary, the scarcity of natural resources and changes in the climate regime are serving to expose the whole process of social exclusion that perpetuates rooted in the structure of society. As they are issues that concern all of society, should promote a review of values and social systems, which ultimately drives the desires and individual behavior. When an individual, integrated into the collective needs of their living space, he participates on decision making processes that will define its future and its people, will be contributing more to recreate lifestyles and alternatives for the good life. This is a social demand that stimulates the study proposed here: to analyze the transforming potential of a strategy that seeks to promote the revision of values about the livelihoods of workers and their practical intervention in context of coexistence. In order to reconcile with a perspective of social transformation, the strategy should promote conditions to recognize and seek political and social participation in decision making processes that affect the community. The analysis of this strategy in the context of Alagoas is referential. The region shows the effects of policies aimed at strengthening the estates, independent of the organization of small working groups. By exposing the reality and history in Brazil, Alagoas serves as an interesting context to outline initiatives that propose to apply values compatible with the prospect of sustainable development. Moreover, values that are passed by the logic of production in capitalism, which for centuries dominated and guide the desires and behavior of each individual in our society.

Keywords: Self-Management, Solidarity Economy, Social Agents, Public Politics.

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1: Quantidade de empreendimentos alagoanos por ano de início
- Tabela 2: Motivos para criação dos empreendimentos
- Tabela 3: Renda per capita por UF, Região NE e Alagoas
- Tabela 4: Benefícios garantias e direitos dos sócios
- Tabela 5: Número e % de empreendimentos por indicador de autogestão
- Tabela 6: Periodicidade de reuniões dos Empreendimentos Solidários
- Tabela 7: Oscilações no número de empreendimentos nos últimos 12 meses – Alagoas
- Tabela 8: Participação em capacitações ou obtiveram apoio
- Tabela 9: Tipos de apoios obtidos pelos empreendimentos
- Tabela 10: Entidades que forneceram apoio aos empreendimentos
- Tabela 11: Participação em rede ou fórum de articulação
- Tabela 12: Redes de articulação dos empreendimentos
- Tabela 13: Relacionamento ou participação em algum movimento social e popular
- Tabela 14: Tipos de movimentos que participa o empreendimento
- Tabela 15: Participação em alguma ação social ou comunitária
- Tabela 16: Áreas em que desenvolvem ações

LISTA DE ABREVIATURAS

SIES – Sistema de Informação em Economia Solidária

ECOSOL – Economia Solidária

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão

EES - Empreendimentos Econômicos Solidários

COOPREL – Cooperativa de Recicladores de Alagoas

COOFERVE – Cooperativa de Produção de Confeção de Fernão Velho

FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1:	23
AUTOGESTÃO: ESTRATÉGIA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.....	23
CAPÍTULO 2	31
A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	31
CAPÍTULO 3	36
OS AGENTES SOCIAIS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	36
CAPÍTULO 4	43
ECONOMIA SOLIDÁRIA E A AUTOGESTÃO NO CENÁRIO BRASILEIRO.....	43
CAPÍTULO 5	51
A INICIATIVA SOLIDÁRIA NO NORDESTE E O CASO DE ALAGOAS.....	51
CONCLUSÃO.....	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86
ANEXOS.....	89
ANEXO A - QUESTIONÁRIO DO DIRIGENTE	89
ANEXO B - QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA COM TRABALHADOR.....	94
ANEXO D – NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA POR REGIÃO	99
ANEXO E – QUESTIONÁRIO DE REFERÊNCIA RESPONDIDO POR EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DE ALAGOAS.....	100
ANEXO F – FOTOS DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS VISITADOS	110

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata de analisar os Empreendimentos Solidários de Alagoas por suas práticas autogestionárias. O estudo discorre sobre a contribuição da Economia Solidária na formação de pessoas de modo a servir como estratégia de fomento à participação mais ativa do indivíduo na vida política e no destino pessoal e da comunidade em que convivem. Sob essa perspectiva, os processos de gestão participativa dos empreendimentos solidários foram analisados a partir dos dados disponíveis no SIES sobre o Estado de Alagoas e corroborada por informações coletadas junto a dois empreendimentos solidários situados na região urbana de Maceió. Esses dados são interpretados em seus processos decisórios quanto à expressão e representatividade da autogestão. Entende-se que há, nessa proposta de autogestão do trabalho, um rico exercício de formação popular que ilustra práticas fundamentais para o desenvolvimento sustentável.

Diante da escassez dos recursos naturais do planeta, a humanidade se depara com a urgência de se relacionar com o ambiente de modo a constituir, coletivamente, meios de vida cuja qualidade seja progressivamente melhor. Uma vez que cabe a todos este desafio, convém refletir e apoiar mecanismos que promovam a autonomia e comprometimento necessários para que os grupos humanos possam pensar e atuar sobre seus problemas. Criar novas possibilidades e decidir sobre os caminhos que se irá seguir é fundamental para uma vida em sintonia com ambiente.

A demanda ambiental que emerge na virada deste século, tanto pelas constatações de mudanças climáticas como pela própria escassez dos recursos naturais, possui certa ligação com os grupos de lutas que tanto sofreram com o processo civilizador. Esta vinculação se dá por via dos meios de produção. Nessas lutas figuram os grupos étnicos (negros e índios, que se tornaram principais alvos da escravidão), os povos que foram alvos da expansão mercantilista européia do século XIV e XV e do colonialismo, a classe operária e a mulher (NOVAIS, 2005 p. 43). Estes grupos, ainda que em momentos distintos da história e com expressões diferenciadas, foram subjugados para servir e atender os interesses produtivos ao denunciar o desequilíbrio social que culminou na situação de risco ambiental que hoje vivemos. Os processos produtivos estabelecem com essas lutas e com esses grupos humanos, uma relação indivisível, que

por sua vez, representam ainda nos dias de hoje, grande potencial organizativo do interesse popular.

A força latente nas históricas lutas sociais estabelece um elo fundamental com a perspectiva do Desenvolvimento Sustentável, que têm na participação popular, um de seus interesses mais elementares. Comenta Joseph Stiglitz:

A mudança não é um fim por si só, mas um meio de se atingir outros objetivos. As mudanças associadas ao desenvolvimento dão aos indivíduos e à sociedade um maior controle sobre os seus destinos. O desenvolvimento enriquece a vida dos indivíduos ao ampliar seus horizontes e reduzir seu senso de isolamento. O desenvolvimento reduz as aflições ocasionadas pela doença e pela pobreza, não só pelo aumento da expectativa de vida, mas pelo aumento da vitalidade da vida. (STIGLITZ, 1998).

Acerca do desenvolvimento, Stiglitz vai de encontro às idéias de Amartya Sen. Sen adota uma concepção de desenvolvimento que aponta para a relevância das pessoas assumirem o papel de agentes sociais. (SEN, 1999 p. 33). Ao tratar a questão, ele faz referência ao protagonismo dos indivíduos em seus espaços de convívio; sujeitos assumindo responsabilidades e se apropriando de seus processos culturais de modo multivalente, interligado ao seu ambiente. Estratégias com esse intuito servem às pessoas para que não se mantenham alheias aos processos de decisão que definirão o seu futuro. Espera-se que aos poucos, à medida que se tornem atuantes em seus espaços de convívio, os indivíduos deixem o hábito pueril de se isentarem das responsabilidades de ordem coletiva, que até então, são atribuições destinadas a dirigentes, lideranças ou especialistas.

Promover o exercício da participação de cada indivíduo nos espaços coletivos, de modo a ampliar as capacidades pessoais, é de fundamental importância. Cabe então refletir quais seriam os meios que, compatibilizados a esses interesses, possam contribuir para reconduzir a sociedade à redução dos riscos ambientais. Entre tantos fatores que perpassam o problema, deve-se considerar, além da dinâmica produtiva e de mercado, o comprometimento do Estado com as questões sociais e, ainda, comportamentos e atitudes individuais que, no processo de consolidação da dinâmica social, se tornaram generalizados, arraigados e fortemente reforçados e reforçadores do componente social.

A perspectiva de um desenvolvimento mais sustentável para o planeta depende da capacidade de cada indivíduo e de toda a sociedade em recriar estilos de vida e alternativas de produção e de consumo. Os modelos adotados pela sociedade moderna,

até agora, colidem frontalmente com essa perspectiva. Como nos mostra Sachs (VIERA, 1998, p. 42, 162), a formulação de estratégias desenvolvimentistas não pode prescindir de análises que envolva a dinâmica da própria sociedade em seus processos de mudança. Há de se constituir paradigmas que minimizem os riscos de perpetuarem ou reforçarem as injustiças e iniquidades que a humanidade tem experimentado ao longo de sua história.

Amartya Sen (1999, p.55) conduz ao entendimento que apoiar práticas que favoreçam a reflexão e a participação de pessoas e instituições nos processos coletivos, contribui, sobremaneira, para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável. Nisso, reside a expectativa de envolver mais e mais pessoas numa condição política, de sujeitos responsáveis pelo seu bem-estar e pelo espaço que habitam. Nessa ótica, a participação social é um fundamento para garantir a proteção e o direito social. Tem papel relevante para a democratização da gestão e da elaboração de políticas públicas. É via para promover maior expressão das demandas sociais, transparência, visibilidade e democratização com amplo comprometimento no processo decisório do que é público (JACCOUD, 2005, p. 373). O modo como a sociedade global tem evoluído aponta que a possibilidade organizativa social possui absoluta compatibilidade com os processos produtivos. Por se tratar de um campo essencial, eixo principal da organização da sociedade, as relações em torno dos meios de produção se caracterizam como altamente propício para suceder as transformações e quebra das repetições sociais - as mesmas que levam à degradação silenciosa das relações humanas e à escassez dos recursos naturais.

Na conjunção entre trabalho e formação de agentes sociais, uma estratégia se alia aos interesses do desenvolvimento sustentável e, por isso mesmo, desperta interesse para esse estudo. Trata-se da autogestão popular de iniciativas produtivas. Gadotti e Gutierrez (1999 p. 7) mostram que “é difícil, para não dizer impossível, desenvolver processos educativos com setores populares, desvinculados da produção. Promover um dos aspectos sem o outro se constitui num equívoco”. De um modo não específico, mas como não poderia deixar de ser, interdisciplinar, é disso que trata, em linhas gerais, este estudo: refletir acerca de uma estratégia de educação popular para o desenvolvimento sustentável. Contudo, sabe-se que este desafio implica em mudanças de paradigmas sociais, econômicos, políticos e culturais. Acredita-se que as exigências a essa transformação dar-se-ão à medida que, pelos processos produtivos, cada indivíduo dê uma nova forma à sua própria história e tornem-se participantes conscientes em seus processos sociais. Esta participação, quando ocorre de fato, é em si um processo

educativo. Eis então a autogestão como um meio. A autogestão, nesse sentido, estabelece-se como um recurso de participação dos seus associados, tanto nos processos de produção como nos de organização. “Em sua lógica extrema, a participação suporia a autogestão e autodeterminação como princípios reitores da dinâmica do grupo comunitário produtivo” (*idem*, p. 27).

Por sua origem, a organização dos empreendimentos pela autogestão surge associada ao cooperativismo no início do século XIX como reação ao processo de exclusão e empobrecimento provocado pelo capitalismo industrial. A criação de cooperativas está estreitamente ligada às lutas da classe operária. Os trabalhadores em conflito com seus empregadores e insatisfeitos com a condição assalariados passaram a tentar substituí-los no mercado, constituindo empreendimentos autogestionados (SINGER, 2002 p.28). No Brasil os princípios cooperativistas, e evidentemente a autogestão, passaram a ganhar contornos especiais associadas a uma estratégia de fomento à economia popular orientada pelos fundamentos cooperativistas. Trata-se da Economia Solidária. No ano de 2003, a Economia Solidária tornou-se uma política do governo federal brasileiro com a criação de uma secretaria nacional e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES. Agregou-se então à iniciativa, a perspectiva de disseminação de ações em âmbito nacional e a facilitação de acesso às informações acerca dos empreendimentos autogestionários.

A Economia Solidária ganha contorno após a interrupção do ciclo de industrialização, estagnação da renda per capita e instabilidade produtiva que vivia o Brasil após o final da década de 70. Pochmann (2004) relata que o avanço da Economia solidária deve-se a dois movimentos principais que se juntam: o surgimento de um enorme excedente de mão-de-obra e a formação de um importante conjunto de críticos sociais engajados na construção de alternativas para a organização social e do trabalho no Brasil.

Durante o processo de industrialização nacional, predominou o crescimento do emprego assalariado e formal. Com esse avanço, a produção se submetia à regulação pública do mercado de trabalho. A expansão do segmento organizado gerou vagas menos heterogêneas por parte das empresas tipicamente capitalistas. Embora se verificasse um aumento da oferta de emprego no segmento organizado, ocorreu também um excedente de força de trabalho que carecia de encontrar alguma forma de ocupação e geração de renda, possíveis somente no âmbito do trabalho não organizado. Grande parte dessa mão-de-obra era proveniente também do êxodo rural para os grandes centros metropolitanos. Essa mão-de-obra se tornava bastante compatível aos interesses de

formação popular da Economia Solidária por não terem a cultura do assalariamento. Além disso, a maior parte desses trabalhadores não era alfabetizada e não tinha qualificação profissional.

As transformações que se sucederam nos anos 90 (terceirização, redução de hierarquias, novas tecnologias, novas formas de gestão e organização do trabalho) impuseram novos relacionamentos entre as unidades capitalistas e não capitalistas (trabalho domiciliar, sazonal, por produtividade). A produção em rede e por subcontratações foi então incorporada ao segmento não organizado (contratação de consultoria, trabalhadores autônomos, contratos temporários, *free-lancers*, falsas cooperativas, entre outros). Pochmann (idem) aponta que a desestruturação do mercado de trabalho que se apresentava contribuiu decisivamente para a adoção de políticas neoliberais voltadas tanto para a privatização do setor produtivo estatal e terceirização do setor público, como para a internacionalização de importantes setores nacionais.

O País se insere de maneira subordinada e passiva na globalização dependendo cada vez mais da produção e exportação de bens primários. Ainda assim, as ocupações geradas nesses setores econômicos eram insuficientes para alterar o quadro de empregabilidade – Pochmann classificou as oportunidades de emprego acrescidas no setor como, residuais. O setor secundário (indústria e transformação e construção civil) também vinha reduzindo sua participação relativa no total de ocupação. Somente o setor terciário (serviços em geral e comércio) passava a responder cada vez mais pelo total de ocupação, especialmente pelo avanço do setor não organizado do trabalho. Essa transposição do assalariamento e do trabalho organizado suscitava novas experimentações na gestão de ocupações e na geração de emprego e renda. Estavam então mobilizados nessa perspectiva, pesquisadores, técnicos, universitários, estudantes, autodidatas, religiosos e sindicalistas que foram construindo formas de orientar essas possibilidades de geração de emprego e renda popular.

As condições do contexto econômico e social ainda não faziam o ambiente ideal para consolidar a Economia Solidária no Brasil como proposta de geração de emprego e renda. Talvez fosse no máximo, um contexto que servia como porta de entrada de uma alternativa de organização de empreendimentos populares restrita aos grupos que já estavam afinados com a ideologia solidária. Para expandir ou para assumir um caráter transformador seria preciso vencer desafios profundos. Provavelmente os mesmos desafios impostos à perspectiva do desenvolvimento sustentável.

O ideário que fundamenta a Economia Solidária é o cooperativista, mas a proposta permite outras formas de composição jurídica e de grupos, para além do próprio cooperativismo. É tolerante, inclusive, com a informalidade já que estimula a organização jurídica dos empreendimentos. Se por um lado, esta abertura se presta a abarcar uma parcela de trabalhadores marginais, ou ainda, a tornar a iniciativa solidária mais popular, acessível e continente em sua perspectiva de transformação social; por outro, o desconhecimento e o desinteresse dos trabalhadores pela questão cooperativista, pelo trabalho coletivo e pela autogestão, acabam por dificultar a incorporação dos princípios solidários. Nisso, se estabelece um dos principais desafios da Economia Solidária.

Os interesses e necessidades mais imediatas que unem os trabalhadores em torno da iniciativa solidária, comumente não estão na motivação para a transformação das relações produtivas e de trabalho. Isto, de certo modo, já era previsto. A evidente pretensão da proposta solidária é de que o interesse popular por acesso a emprego e renda funcione, também, como “elemento aglutinador para prática autogestionária e o exercício de civilidade que ela proporciona” (SINGER, 2002). A autogestão, por seu exercício, seria o elemento central para fazer emergir um “novo ator social”, junto àqueles cuja premência de obter renda é o único motivo de lá estarem. Então, se verifica na Economia Solidária duas finalidades paralelas e sinérgicas: o primeiro, voltado ao fomento de empregos junto às camadas populares, (isso envolve a ampliação das possibilidades de renda e acesso às proteções sociais). Por si, esta finalidade já representaria um ganho social de relevância ao se tornar efetiva, caso ocorra em grande escala. A segunda finalidade, para além do interesse de inclusão ao acesso à renda, visa a transformação social a partir da formação do próprio trabalhador, de modo que estimule a expressão dos interesses comunitários e faça valer os princípios solidários.

Todos esses elementos compõem os principais fatores que culminam na problematização de que trata este estudo. Por um lado tem-se a perspectiva da Economia Solidária como estratégia de inclusão social. Isto sugere sua implementação em grande escala e a abertura para toda forma de organização do trabalho popular sem exigência inicial de vinculação ideológica por parte de seus adeptos. Nessa mesma linha de raciocínio está a necessidade de adaptação da proposta ao mercado – agilidade concorrencial para manutenção dos negócios. Esses interesses têm que estarem conciliados a uma perspectiva que se apresenta, aparentemente ou de certo modo, incompatíveis. Por outro lado tem-se o interesse de formação política de indivíduos. O

interesse então é mobilizar valores nos trabalhadores - cujas necessidades são de subsistência e que estão acostumados, ou não, à cultura de trabalho capitalista – que possibilitem estabelecer relações solidárias com seus pares, a atuarem como gerentes de seus empreendimentos. Assim, transcender esses conhecimentos para sua vida em coletividade. Diante do interesse da Economia Solidária por práticas que favoreçam uma consciência do indivíduo quanto ao seu papel como agente coletivo, tem-se a prática autogestionária como principal instrumento. A autogestão tem a função de colocar em curso a mudança de mentalidade do trabalhador e conseqüente transformação dos valores sociais. Para este fim, não basta que os grupos de trabalho estejam organizados para obterem os rendimentos que lhes propiciem mais acesso a bens e recursos. É necessário ainda, que os empreendimentos funcionem como instrumento de mudança da visão do trabalhador sobre seu trabalho. Magalhães e Todeschini relatam: “Paul Singer defende que a transferência dos meios de produção para os trabalhadores deve ser resultado de um processo em que os próprios trabalhadores estejam desejosos e habilitados para assumir o controle dos meios de produção”, de modo que prevaleçam os princípios de solidariedade e a democracia, a autogestão e a autonomia. “Isto, inserido e coexistindo no próprio sistema capitalista, ao mesmo tempo em que o questiona e o transforma” (SINGER, 2003 p. 150).

Por ser a Economia Solidária uma proposta que prevê funcionar sob contextos que geram exclusão e empobrecimento, e por ser hoje, uma política estratégica que tem em seu arcabouço a educação comunitária, entende-se que o ambiente mais propício para análise de seu potencial transformador é justamente onde há maior ausência dos elementos dos quais se pretende proporcionar. Trocando pelo simples: Se vamos promover a inclusão, devemos iniciar por onde há maior necessidade. Por essa lógica se supõe que estratégias de combate a pobreza se concentrem em locais de miséria maior; que políticas de combate ao desemprego e de acesso à educação, se dêem nos locais onde há maiores ausências desses recursos. Contudo, ficam-se as reservas para que não se entenda que a concentração de esforços para combate a pobreza em determinada região se converta, necessariamente, em resultados mais imediatos ou efetivos nesta, que em outras regiões.

Se entendido que a Economia Solidária se estabelece como política por ser uma estratégia de combate à exclusão do trabalho e social, tem-se o Estado de Alagoas como uma região muito propícia à sua implementação. A ação propositiva de Economia Solidária reúne desenvolvimento local e sustentável que envolve uma perspectiva de

educação comunitária e geração de emprego e renda, - ações estas que o Estado de Alagoas muito necessita. Poucos Estados brasileiros são tão multifacetadamente carentes, o que faz de Alagoas muito apropriado para sediar uma ação eminentemente interdisciplinar e coerente aos propósitos vinculados às perspectivas do desenvolvimento sustentável.

Alagoas é o registro de um contexto muito característico da formação do Brasil. As relações sociais estabelecidas a partir dos privilégios concedidos aos latifúndios, a mão-forte dos grandes produtores e donos de terras coibiu a formação de certa personalidade ativa do trabalhador para manipular seus processos produtivos.

Alguns dados ilustram a realidade do Estado. A população total do Estado de Alagoas é de 2.822.621 de habitantes. A Densidade Demográfica é de 101,34 habitantes por km². A área é de 27.819 km², representando 1,79 % da Região Nordeste e 0,32 % de todo o território brasileiro. Apesar da pequena extensão, Alagoas – segundo menor estado brasileiro – tem o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, 0,649. As desigualdades sociais de Alagoas estão distribuídas pelos 102 municípios que compõem o Estado.

Em 1991 já se verificava em Alagoas o pior IDH e, continuou na mesma posição em 2005, com 0,677. O Estado tem a maior taxa de mortalidade infantil: são 46,4 óbitos de crianças para cada mil nascidas vivas. Possui a menor expectativa de vida, 67,6 anos, e a porcentagem de analfabetos é a maior do Brasil, com 25% das pessoas acima de 15 anos analfabetas. Para entender a distância dos indicadores alagoanos em relação aos demais estados, basta comparar a porcentagem de pessoas não alfabetizadas com a do Amapá que tem o menor índice de analfabetismo do país, 2,8%.

No campo econômico, Alagoas figura entre os maiores plantadores de cana-de-açúcar do Nordeste e grande produtor de açúcar, tendo a Rússia como seu maior comprador. A participação da indústria da cultura canavieira na economia do estado atinge 45%. As outras atividades com contribuição significativa são o turismo, a indústria alimentícia e a de química e mineração. Alagoas é também um dos grandes produtores de gás natural do Brasil. O porto da capital, Maceió, é o terceiro principal do Nordeste e o oitavo do Brasil.

Heredia (1988 p.11,15,16) mostra que os processos de modernização e transformação produtiva que formaram à realidade atual de Alagoas nunca se traduziram em lutas sociais.

A imposição do mercado internacional promoveu concorrência entre as regiões canavieiras do Nordeste e outras regiões produtoras que impuseram, além da expansão da produção e cultivo, uma redução dos custos o que gerou a expulsão em massa dos trabalhadores. Embora isoladamente isso não sirva para justificar o comportamento da classe trabalhadora, serve para demonstrar como se estabeleceram e sob quais bases se constituíram as relações sociais no Estado. Nessa análise não se pode deixar de lado as influências que as relações de poder relacionadas ao sistema produtivo exercem, com reflexos associados ao contexto do trabalho. As formas de organização produtiva podem ser observadas nos diferentes empreendimentos como resultados de uma herança cultural cuja origem pode estar atrelada ao trabalho agrícola, à economia local, ao tipo de imigração, à estrutura familiar predominante, além é claro, à forma de intervenção estatal. Mais provavelmente, está atrelada à dinâmica entre todos esses elementos que compõem a cultura da região. Estes aspectos refletem diretamente na forma de organização do trabalho, de modo que é preponderante para explicar dificuldades que possam surgir na implementação dos empreendimentos solidários bem como na aderência aos princípios solidários. “São as especificidades culturais regionais que contribuem para a emergência das formas de emprego e de empresas” (DEIS, 1997 p 36). O modo em que se organiza o trabalho não é tão somente a expressão de uma cultura. Para, além disso, trata-se de um elemento embutido na própria dinâmica cultural, passivo e ativo no interjogo da formação de condutas individuais e coletivas. Pelo fazer produtivo se estabelecem relações de reciprocidade. É sobre a base da reciprocidade que emergem as diferentes práticas e as ações, enfim, as relações humanas. A relação de reciprocidade pode ser evidenciada por quatro fases interligadas e superpostas que possibilitam a análise da elaboração de identidades sociais. Identificação, diferenciação posição e afirmação (idem, p 11).

Do conjunto complexo que influencia o comportamento de cada indivíduo, temos, pela prática da Autogestão, a possibilidade de aglutinação, organização e coletivização de idéias e de interesses, A partir dessa pluralidade é possível que se constituam outras formas de relacionamento como substantivo singular. Nos espaços de trabalho estão inseridos mecanismos que se relacionam com os destinos individuais, familiares e coletivos de seus atores. São detectadas as intervenções institucionalizadas, as lutas políticas, as orientações jurídico-legais. Recupera-se também o significado da tradição, das representações ideológicas e da cultura política. Assim, o mercado de trabalho é

considerado o campo onde se fazem e desfazem lutas e acordos específicos e gerais (*ib*, p 22, 23, 36).

Sejam por esses fatores ou por quaisquer outros, fato é que Alagoas é a síntese das inúmeras dificuldades que a Economia Solidária enfrenta, ou que poderá vir a enfrentar, na constituição de seus empreendimentos sob a égide da autogestão.

A realidade de Alagoas, por suas carências e por sua história, faz pensar que estratégias como a política de Economia Solidária sejam urgentemente implantada. Por este mesmo motivo é uma região que pode se configurar como uma “prova de fogo” para essa política, considerando a ampliação dos empreendimentos, e o que é mais importante, a aplicabilidade dos princípios da autogestão. Nessas circunstâncias, as vicissitudes vivenciadas neste processo podem ser úteis para uma reflexão acerca das estratégias viáveis e que devem ser estimuladas como ação que favoreça e incremente o desenvolvimento sustentável no Brasil.

Pelo menos duas indagações ou problemas, que se constituem em verdadeiros desafios para a iniciativa autogestionária, manifestam-se no cenário alagoano de adversidades. São estas:

- Em quais proporções os empreendimentos solidários em Alagoas funcionam, pela prática da autogestão?
- De que modo a prática autogestionária, aplicada ao empreendimento, vem contribuindo para a formação de agentes sociais.

Essas indagações se constituem então no problema motivador deste estudo: considerando a realidade social, econômica e política em âmbito global e nacional; considerando também as influências e pressões que são impostas pelo mercado às práticas empresariais; tudo isso, somadas às peculiaridades políticas do estado de Alagoas, faz supor que a Economia Solidária não ocorra na plenitude de seus princípios, que tanto podem contribuir para a consolidação de um projeto de desenvolvimento sustentável. Do mesmo, no contexto alagoano, é possível que os processos decisórios das iniciativas solidárias, não raro, sejam atropelados pela urgência e a facilidade dos processos centralizadores, muito bem introjetados no modo de decidir empresarial. Ainda assim, o que se espera é que se constate que, pela via da autogestão esteja em curso, não somente um meio de produção, mas também um processo de organização popular e de educação para a ação coletiva. Nesse sentido, espera-se que pessoas possam ser vistas em pleno exercício da ação intersubjetiva, tendo que ressignificar sua

participação num espaço de grupo, lidando com problemas de ordem econômica, social e cultural.

Dessa maneira, é possível a hipótese de que, na proporção em que ocorrem, as práticas autogestionárias estejam operando uma contribuição significativa de suas possibilidades sobre os indivíduos. Promove-se assim, uma práxis organizativa e de desenvolvimento sociopolítico. Frente a estes desígnios, a proposta deste estudo é analisar os empreendimentos solidários de Alagoas através das práticas autogestionárias em suas perspectivas de contribuir para a formação de agentes sociais. De modo mais específico, o estudo irá avaliar como ocorrem as práticas dos empreendimentos Solidários de Alagoas, interpretando os processos decisórios quanto à expressão e representatividade da autogestão. Isto, baseado nos indicadores propostos para avaliação da iniciativa solidária e autogestionária, a saber. O estudo envolveu a análise crítica sobre a implantação de técnicas efetivas de gestão com vistas à democratização das tarefas e da informação. Igualmente importante, e, portanto, outro elemento de análise desse estudo é conhecer os motivos dos trabalhadores em participar de um projeto coletivo. Os interesses que conduzem os adeptos a aderirem ao empreendimento solidário estabelecem a dimensão das transformações que a perspectiva solidária deve operar em seus processos de aprendizagem. Se por um lado a adesão de trabalhadores que já chegam sensibilizados e preparados para a prática autogestionária, favoreça a efetivação dos princípios solidários, por outro, a desconstrução de relações de trabalho individualizantes e a incorporação de outros paradigmas, é justamente a transformação desejada. Tão mais relevante e representativa será a prática que, em escala, servir como promotora de aprendizagem de uma mentalidade solidária. Isto pode ser verificado a partir das mudanças que se processarem em um grupo que por origem, organizou-se de maneira desinteressada ou alheio aos princípios solidários.

A viabilidade e rentabilidade do negócio é outro aspecto que foi aqui analisado, haja vista que a viabilidade econômica do empreendimento é condição primordial para que o ideário solidário se estabeleça. Obviamente que a existência do empreendimento é pré-condição para o exercício de seus ideários. Contudo, destaca-se que este campo constitui o quesito onde os objetivos de desenvolvimento dos trabalhadores se processam. Trata-se da condição necessária para o trabalhador estabelecer seu foco profissional e suprir suas necessidades básicas e de sua família. Outros tantos princípios que compõem o ideário solidário também estão relacionados a este quesito. Possibilitar

o acesso à formação, à saúde, à educação, à cultura e ao lazer para os seus adeptos, está entre eles.

A integração em redes e práticas sociais dos empreendimentos foi também observada neste estudo. No bojo dessa prática reside o potencial do empreendimento em constituir os preceitos solidários de articulação, disseminação e fortalecimento de valores solidários, implícitos em sua proposta comercial. Este fator liga o empreendimento e seus adeptos à vida coletiva fazendo-os transcender a ação para além dos espaços produtivos do cotidiano do negócio, por vezes, restritos e reclusos. A participação dos empreendimentos e seus adeptos na vida comunitária, aqui dimensionada e denominada; condição de agentes sociais está presente no exercício de integração em redes. Contudo, a prática social que se compreende pela condição de agente social não pode estar expressa e se operar somente por este exercício interacional. Por isso, certa atenção também foi dada aqui, para analisar o potencial do empreendimento em atuar efetivamente no seu espaço de convívio. A mesma atenção está destinada a conhecer os mecanismos que viabilizam essa prática.

Os objetivos propostos neste estudo foram tratados por um trabalho de pesquisa que adotou os seguintes procedimentos metodológicos: para a pesquisa qualitativa foram selecionados dois antigos empreendimentos em Alagoas situados em áreas urbanas de Maceió que atendem a um perfil específico de empreendimento que será tratado mais à frente.

Em paralelo correu a revisão bibliográfica e análise dos dados produzidos pelo Sistema de Informações da Economia Solidária do SIES – MTE/SENAES – Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria Nacional de Economia Solidária. O SIES reúne os dados fazendo o registro de informações e identificação dos empreendimentos econômicos solidários em todo o Brasil. Estes dados foram analisados a partir do contexto sociopolítico de Alagoas sendo incorporadas considerações acerca da realidade Nacional e do Nordeste. No entanto, a principal atribuição dos dados do SIES para este estudo, foi servir como base para confrontar as observações e informações colhidas em entrevistas e observações realizadas junto aos empreendimentos, reafirmando ou não, as conclusões que sucederam.

Algumas vezes, as conclusões eram subsidiadas também por documentos, cartazes fixados nos locais de trabalho e observações do espaço físico. O recurso de observação espacial e documental dava indícios que corroboravam para firmar conclusões acerca

das estratégias utilizadas pelos empreendimentos quanto aos procedimentos que caracterizam ou não a autogestão.

O principal recurso utilizado no trabalho de campo foram entrevistas semi-abertas junto aos trabalhadores dos dois empreendimentos visitados. Visavam complementar e confrontar dados quanto às práticas autogestionárias adotadas pelos empreendimentos, bem como verificar os efeitos disso para a formação de agentes sociais.

Os procedimentos de pesquisa serviram para apurar o modelo de gestão adotado pelo empreendimento por seus parâmetros mínimos, Tais parâmetros envolvem: “estratégias de comunicação e disseminação da informação; processos de constituição e renovação dos dirigentes; mecanismos recursos grupais para tomada de decisões; estratégias de incentivo a autogestão, política de distribuição dos rendimentos e de tarefas; participação do empreendimento com redes de negócios e de seus adeptos em movimentos de classe ou comunitários; viabilidade do empreendimento e sua rentabilidade a médio e longo prazo”.

CAPÍTULO 1:

AUTOGESTÃO: ESTRATÉGIA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Foi num contexto de ausência de direitos sociais, exploração extrema do trabalhador, miséria e desemprego que surge o movimento cooperativista. Quando despontou na sociedade industrial do século XIX, o cooperativismo representava uma alternativa de organização das relações de trabalho frente à insatisfação da classe operária. O movimento cooperativista, fundado pelo chamado socialismo utópico, representava a esperança de não subordinação capitalista, imposta à classe trabalhadora. Almejava maior autonomia dos trabalhadores para livrá-los da situação de alienação e de privação a que estavam submetidos. As cooperativas de trabalho, tal qual relata Jacob (2006), brotavam da luta do movimento operário por melhores condições de trabalho. A realidade que justificava as reivindicações do movimento marcava um período de trabalhos insalubres e longa jornada de trabalho sem nenhuma proteção social.

Castel (1995 p. 333) lembra de uma particularidade que surge nessas circunstâncias e que foi fundamental para definir os comportamentos da sociedade pós-industrial: o salário. Adotado como mecanismo de remuneração da força de trabalho, o

salário assume uma força que comanda amplamente o modo de vida e de consumo do trabalhador e de sua família. Desde sua consolidação o salário passou a ser a matriz de políticas sociais, influenciando diretamente na vida de todos. Numa lógica de formação de políticas sociais estabelecidas exclusivamente para o trabalhador, para que tenha o alcance universal almejado, é de se pressupor que todo cidadão seja um trabalhador; inserido e cadastrado como tal. A história tem demonstrado a fragilidade embutida na lógica de garantia de direitos mínimos universais pelo salário, servindo muito mais como mecanismo de exclusão.

Três formas dominantes sucederam-se, segundo Castel, no processo de cristalização das relações de trabalho, diferenciando as transformações da sociedade moderna. Essas condições serviram para alicerçar a identidade social, os processos de integração comunitária e orientou a sociedade capitalista. São elas: a condição proletária; a condição operária; a condição salarial. A primeira condição se dá a partir da segunda metade do século XVIII e vai até as primeiras décadas do século seguinte, marcando o período em que se evidenciam as concentrações industriais. Nestas circunstâncias é que surge o movimento cooperativista. A sociedade industrial é caracterizada por intensa pauperização, submissão, dependência e exclusão social. Castel descreve assim esse período:

O velho paradigma do trabalho forçado não é, pois, recusado enquanto se constitui o embrião de uma condição de assalariado moderna. Ao contrario, ele acompanha e tenta enquadrar seus primeiros desenvolvimentos. O que pode ser perfeitamente entendido: as condições de trabalho são tais nas primeiras concentrações industriais, que é preciso estar sob extrema sujeição da necessidade para aceitar semelhantes 'ofertas' de emprego, e os infelizes assim recrutados aspiram somente a deixar o mais rápido possível esses lugares de derrelição. (...) as primeiras concentrações industriais nunca surgiram sem a intervenção da coerção e da miséria. (CASTEL, p.206-207)

Alguns relatos dão conta de que, como herança do período escravista, o tratamento desumano a que estavam submetidos os trabalhadores ilustrava-se pela prática de acorrentá-los por coleiras de ferro. Ainda que se defenda que essas ocorrências, por não serem constantes, não servem para caracterizar a realidade daquele contexto, esses acontecimentos permaneceram como uma “sombra” do desenvolvimento das relações de trabalho na sociedade industrial, desde seu início. Vez ou outra emergem exemplos de desumanidade extrema nas relações de trabalho, até mesmo nos dias atuais.

A descrição de Castel acerca das duas outras condições do trabalho assalariado que se sucederam ajuda também a situar as oscilações das iniciativas autogestionárias ao longo da história.

A segunda condição descrita é a operária, que marca, principalmente, o período a partir de 1930. Nesse período, o salário deixa de ser somente uma retribuição pontual da tarefa e passa a assegurar direitos para manutenção da saúde e ampliar as possibilidades de participação na vida social. Assim, permitia-se maior possibilidade de consumo de massa, habitação e lazer popular. A participação da classe trabalhadora, que ia infiltrando-se progressivamente na dinâmica social, tornava mais complexos os contornos da estratificação social. As relações sociais passam do simplismo da oposição “dominador – dominado”, para uma estruturada organização operária voltada à afirmação da consciência da própria classe (CASTEL, p. 416). Neste mesmo período é que se verifica a ascensão do cooperativismo num tipo de organização estreitamente ligada à luta de classes. O ideário de Robert Owen¹ começara a se desdobrar em organizações sindicais e cooperativas dos trabalhadores. O movimento dos trabalhadores não mais se limitava a reivindicar melhores condições de salário ou de trabalho, mas como uma forma de eliminar o assalariamento e substituí-lo pela autogestão (SINGER, p. 29).

Paralelamente às cooperativas que surgiam do movimento operário, surgiam também organizações ou estruturas que visavam favorecer a troca de produtos. Essa estratégia servia para criar um circuito de escoamento da produção cooperativa. Muitos socialistas da época, a exemplo de Owen, rejeitavam o comércio visando lucro. Em 1833, o cooperativismo como luta sindical contra o capitalismo estava alcançando seu auge. Na Inglaterra, a sensação vigente era de que tudo era possível a partir da união dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, já se processavam as reações dos empregadores. Eles responderam ao fortalecimento operário fazendo “greves patronais”, visando pressionar os governos e demitindo todos os trabalhadores que pertenciam aos movimentos. Iniciava-se, então, um verdadeiro desmonte das estruturas sindicais. “A grande aventura sindical estava chegando a um fim sem glória” (SINGER *apud* COLEP, p. 35). Nesse contexto em que se situa o denominado “Cooperativismo Revolucionário”, Singer estabelece a origem da Economia Solidária. Sua via foi o Socialismo Utópico, cujos

¹ Proprietário de um imenso complexo têxtil em New Lanark na primeira década do sec. XIX Owen foi reconhecido pela lucratividade de sua empresa com investimentos no bem-estar de seus trabalhadores. Suas propostas de mudança do sistema social e abolição das empresas lucrativas idealizadas pelas aldeias cooperativas tornaram-se importante referência para o movimento cooperativista.

personagens de maior expressão foram: Owen, na Inglaterra e Fourier na França. Esses dois personagens do Cooperativismo inspiraram o que há de mais fundamental no método da iniciativa autogestionária – o princípio da tentativa e erro (idem, p. 33).

Um marco do cooperativismo foi criado em 1844, na cidade de Rochdale, Inglaterra. A fundação da “ROCHDALE SOCIETY OF EQUITABLE PIONEERS” veio com a proposta de funcionar como uma cooperativa de consumo de operários têxteis. A iniciativa dedicava-se à compra em comum de artigos de consumo para seus associados. Seis anos após a sua fundação, a sociedade contava com uma cooperativa de produção industrial e em 1854, havia tecelagem e fiação. A partir dessa experiência, o cooperativismo não parou de crescer. Em 1852, a lei das sociedades industriais e cooperativas regulava as relações diante dos princípios cooperativistas criados em Rochdale. Esses princípios tratavam os seguintes aspectos: a adesão livre e voluntária dos sócios; a educação e a formação dos sócios; a participação econômica dos membros na criação e no controle do capital; a gestão democrática e a cooperação mútua nos sistemas cooperativistas.

A expansão da iniciativa de Rochdale constituiu-se num arranjo das cooperativas que, como nos aponta Singer (2002, p. 44), não era autogestionária, mas co-gestionária. Possuía acionistas que não eram trabalhadores e cujos interesses capitalistas geravam relações bastante conflitantes com a ideologia socialista. O esquema da co-gestão expandiu-se com o avanço do cooperativismo nas décadas que se sucederam e já era intenso o debate acerca do posicionamento das cooperativas inseridas na estrutura capitalista. Foram surgindo, então, as variantes da iniciativa cooperativista. Durante a expansão industrial que atravessou a década, vieram as *working class limiteds* (empresas de classe operária que já não preservava nada ou quase nada da proposta cooperativista). Jacob (2006, p. 47) aponta que desde o início do cooperativismo já ocorriam denúncias de falsas cooperativas criadas como manobra de empresários para pagar baixos salários.

Pode-se extrair acerca da evolução do cooperativismo que o debate sobre a autogestão como fundamento já vinha desde o começo e se confunde com o próprio posicionamento da cooperativa na economia de mercado. Sobre a controvérsia da autogestão no cooperativismo, Singer comenta:

Os veteranos owenistas e socialistas viam no cooperativismo de consumo não um fim em si, mas um passo em direção à comunidade cooperativa ou socialista, cuja essência seria o autogoverno dos produtores. Mas para

os cooperadores operários mais jovens, que haviam aderido, o cooperativismo de consumo era realidade, servindo para promover a poupança mútua e fornecer bens não adulterados a preços justos. (SINGER, 2002 p. 49)

A respeito da perspectiva do cooperativismo como possibilidade dentro do capitalismo, Jacob (2006, p. 47) apresenta algumas preocupações: “Marx fazia ressalvas quanto às armadilhas que reservava o cooperativismo, considerando o risco dos trabalhadores se auto explorarem por serem seus próprios patrões e por conta das imposições do mercado. Embora isso, Marx destacou também os avanços que representava o cooperativismo no combate ao capitalismo”. Jacob (*idem*) lembra outras críticas importantes, que consideravam inviável que o trabalhador acumulasse o papel de patrão à sua atribuição operacional, restando-lhe somente a condição de transformar as cooperativas em empresas capitalistas, ou então sucumbir. Estas ponderações consolidar-se-iam na mais recorrente das críticas ao cooperativismo, que se estende, inclusive, para a Economia Solidária. Por essa perspectiva conclui-se que há uma tensão e entre democracia e eficiência. Essa tensão estaria entre os motivos de inviabilidade da autogestão.

De qualquer modo, admite-se que o cooperativismo estava a serviço da classe trabalhadora num período da história em que essa classe melhor se impôs na estrutura capitalista.

O debate acerca do posicionamento do cooperativismo e da autogestão na estrutura capitalista manteve-se ao longo do século XX e, de fato, ainda permanece. Vem acompanhando a expansão das cooperativas em todo o mundo culminando em seu perfil diversificado quanto à adoção dos princípios autogestionários. Estas modalidades de cooperativismo já surgiam sob as circunstâncias da terceira condição descrita por Castel, denominada: “condição salarial”. O autor demarcou esse período, a partir da metade de 1950, pela valorização e promoção de modos de vida e valores ligados ao sistema salarial. Sua contribuição é destacada aqui, por evidenciar que a sociedade salarial não se reduz a uma lógica da remuneração, da concorrência e da distinção provocada pela diferença de ganhos. É também um modo de gestão política que articula dois parâmetros fundamentais: o crescimento econômico e o crescimento do Estado Social. Conforme o próprio Castel descreve:

Bons salários, posições de poder e de prestígio, liderança em matéria de modos de vida e de modos culturais, segurança contra os acasos da

existência não estão mais necessariamente ligados à posse de um grande patrimônio. Em último caso, as posições socialmente dominadas poderiam até serem assegurados os 'puros' assalariados, isto é, por pessoas cujos salários e cuja posição na estrutura social dependeriam exclusivamente de seu emprego. (CASTEL, 2005 p. 466)

O assalariado de grau mais elevado funcionaria como elemento atrativo para corporificar o desejo de conquista geral que, de certo modo, foram desejos parcialmente consumados. São desejos construídos a partir da lógica capitalista, mas que beneficiou as camadas populares quanto à possibilidade de consumir, de ter acesso à habitação, educação e cultura e, ainda, de pleitear direitos sociais. Contudo, essas melhorias que se deram na categoria popular não foram suficientes para recuperar o atraso e suprimir desequilíbrios perpetuados pelo modelo de subordinação imposta pela sociedade salarial.

Dois aspectos acima mencionados pedem maior destaque, já que são atinentes ao contexto desse trabalho: o primeiro diz respeito à questão do consumo. Castel (2005, p. 475) enfatiza que nele está o comando do sistema de relações entre as categorias sociais, segundo o qual os objetos possuídos marcam as posições sociais. O que está em jogo não é somente a aparência do sujeito, mas também a sua identidade. Essa constituição aprisiona o sujeito à condição salarial numa dinâmica comercial integrada à regularidade do salário. Ao mesmo tempo, estabelece uma distância em relação ao trabalho informal, que é outra força de trabalho que se torna marginalizada por suas características de instabilidade, sazonalidade, intermitência. Cabe lembrar que, não por acaso, o trabalho informal é amalgamado por grupos historicamente discriminados e por aqueles que não conseguem acompanhar as mudanças em curso, justamente por falta de acesso aos recursos que viabilizariam tal condição. Esta realidade constituir-se-ia num futuro próximo, no chamado trabalho precário, conforme será apreciado mais a frente.

O segundo aspecto relaciona-se à sinergia entre crescimento econômico, pleno emprego, desenvolvimento dos direitos do trabalho e proteção social.

Castel assinala um período em que a sociedade salarial parecia ter conseguido assegurar o enriquecimento coletivo e promover uma melhor repartição das oportunidades e das garantias sociais. Isto ocorreu, por exemplo, por meio da instauração da seguridade social como proteção para o assalariado. Para as classes populares historicamente vulneráveis, essa conquista era indiscutivelmente meritória se associada ao crescimento econômico e ao quase pleno emprego vivenciado no período

pós-guerra. Esse momento da dinâmica do trabalho é apontado por Singer (2002, p. 110) como uma das principais causas do crescente desinteresse pelas propostas ditas solidárias ou autogestionárias. Embora as iniciativas cooperativistas nunca tenham deixado de se expandir em todo o mundo, Singer assinala uma provável degeneração das iniciativas do ponto de vista qualitativo tenha ocorrido nesse período. Ao que tudo indica, o trabalhador assimilou bem a condição salarial e se acomodou à submissão imposta pelo sistema industrial pelas possibilidades que lhe eram ofertadas.

O período ascendente da produção e da economia dos países industrializados dava-se pela tônica do crescimento e pleno emprego até a década de 70. A partir desse período uma realidade perturbadora começa a revelar-se. Os problemas orgânicos da dinâmica industrial, tal como o processo de exclusão que até então se mantinham contidos no âmbito social manifestavam agora a suas vulnerabilidades. As regulações sociais vinculadas à complexa montagem econômica fazem atribuir à condição salarial uma consistência frágil. O desemprego passa a ser um problema iminente. Os sindicatos perdem poder em consequência de seu vínculo estrito à condição do trabalhador e, por efeito, das estratégias de desarticulação sindical que há tempos se processava. O trabalhador desempregado ficava, então, destituído de suas conquistas e das proteções vinculadas à condição de assalariado. Os que permaneciam trabalhando também passaram a sofrer com a flexibilização de seus ganhos e benefícios. Nesse cenário, as iniciativas cooperativistas ficaram novamente em destaque. O contexto evidenciava perdas na condição do trabalhador quanto ao acesso aos bens e serviços, além da vulnerabilidade quanto à proteção social. O recrudescimento do interesse pelo cooperativismo que se assistia não fora, portanto, provocado pela insatisfação do trabalhador em seu papel no processo produtivo ou por seu incômodo com sua posição considerada submissa. Quanto a isso, já se demonstrava estar tudo tacitamente pactuado, sincronizado e consumado. As manifestações de desconforto e não aceitação da condição de submissão ao sistema industrial era tratada como um fenômeno individualizado e considerado como comportamento marginal ou desviante. Em contexto coletivo, o que passou a se apresentar como problema central era mesmo o crescente desemprego.

A condição salarial firmemente estabelecida e introjetada na cultura das relações do trabalho, juntamente à onda de desemprego, foi o fator primordial para estabelecer o perfil dos empreendimentos cooperativistas que surgiam após a década de 70. Jacob (2005, p.49) faz referência à predominância de modelos cooperativos que

sugiram nessas circunstâncias, cujas características se voltavam comumente para a manutenção de empregos ou de geração de renda. Eram empresas denominadas autogestionárias porque os funcionários participavam do controle acionário, mas na realidade, o controle ainda se mantinha com os proprietários. Mantinha-se dessa forma o modelo hierárquico clássico da condição salarial. Passaram a ser comuns também iniciativas provenientes da terceirização de processos empresariais, nas quais as cooperativas foram criadas para prestarem serviços a empresas que contratam mão de obra cooperativa para se isentarem dos encargos sociais. Assim, os custos sociais não são repassados para os trabalhadores. Ficam, então, submetidos às baixas remunerações e não contam com os benefícios sociais que lhes garantiriam os contratos com carteira assinada.

O cooperativismo passou a ser utilizado também como alternativa para trabalhadores assumirem a massa falida das empresas em que trabalham. Neste caso, a prática autogestionária era descontinuada em meio a tantas dificuldades gerenciais, tecnológicas e de baixa produtividade; características comuns do espólio assumido pelos trabalhadores. Jacob (idem) comenta que as cooperativas que se valiam efetivamente dos recursos autogestionários eram resultantes de movimentos contra culturais, compostos geralmente de pessoas oriundas de classe média, com boa formação democrática e cujos interesses estavam mais vinculados às necessidades sociais do que às financeiras. Restrita a este grupo, a estratégia autogestionária colocava-se mais como consequência de uma mentalidade já constituída do que propriamente uma estratégia de transformação.

Por sua vez, aplicada ao processo de formação popular, a aposta na autogestão dá-se pela possibilidade de operar uma mudança de comportamento e mentalidade, independentemente da origem de seus adeptos e dos motivos que os tenham levado a se filiarem à proposta.

A aposta na autogestão como instrumento de formação está no exercício das relações de trabalho pautadas por todos os princípios cooperativistas e solidários que se operam nesse processo. Reforça-se que por essas relações de trabalho estabelece-se o fenômeno da reciprocidade. Tal fenômeno apresenta-se em qualquer outra forma de interação humana. Contudo, o espaço em que se travam as relações de trabalho constitui-se num campo de atuação privilegiada dada a representação que os processos produtivos possuem no contexto social e, conseqüentemente, na formação de cada indivíduo.

Na relação de reciprocidade formam-se as identidades sociais. Nesta troca é que cada sujeito identifica a subjetividade que o cerca. A partir daí, estabelece conexões entre as novas percepções e os elementos de seu complexo cognitivo, histórico e cultural que é continuamente revisitado. Nesse processo é que o indivíduo se afirma e assume uma postura. Por isso, afirma-se que, do conjunto complexo que influencia o comportamento de cada indivíduo verifica-se, pela prática da autogestão, a possibilidade de organização e coletivização de idéias e interesses, reformulados a partir de “novos valores” incorporados, individual e coletivamente, de maneira dissociada. Nos espaços de trabalho estão inseridos mecanismos que se relacionam com os destinos individuais, familiares e coletivos de seus atores. São detectadas as intervenções institucionalizadas, as lutas políticas, as orientações jurídico-legais. Recupera-se também o significado da tradição, das representações ideológicas e da cultura política. Assim, o mercado de trabalho é considerado o campo onde se fazem e desfazem lutas e acordos específicos e gerais.

As contribuições da autogestão para a formação popular serão ainda exploradas logo mais a diante. Contudo, uma vez que o ponto de apoio dessa proposta insere-se numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, tais pontos serão abordados primeiro.

CAPÍTULO 2

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os princípios que norteiam o processo de formação da proposta de economia popular calcada na Economia Solidária, bem como o perfil de gestão que se almeja, podem representar uma significativa contribuição para um projeto de desenvolvimento sustentável. O compromisso da Economia Solidária com o desenvolvimento sustentável está expressamente relacionado em seus objetivos envolvendo a atenção ao meio ambiente de maneira objetiva e subjetiva, com vistas à melhoria da qualidade de vida para as gerações futuras. Seus preceitos desdobram-se em revisar os processos produtivos, no sentido de se estabelecer critérios para a escolha dos insumos e fortalecer práticas de menor impacto ambiental. A proposição da Economia Solidária em promover a inclusão social pela geração de emprego e renda seria por si,

outra relevante contribuição ao desenvolvimento sustentável. Aliás, esse aspecto tem sido o principal foco de atenção para as análises do desempenho da Economia Solidária e para avaliação das possibilidades de alternativa de emprego e renda (POCHMANN, 2004).

Revisitados o contexto e as tendências que assumiu a organização produtiva e o cenário em que figura o cooperativismo no mundo, não é de se estranhar que as avaliações acerca da eficácia da proposta solidária se dêem mesmo por via da análise de seu potencial de inserção popular ao mercado de trabalho. Muito há para se explorar nesses segmentos. Contudo, este trabalho opta por estabelecer o foco num aspecto menos direto de contribuição da Economia Solidária para a perspectiva do Desenvolvimento Sustentável: o processo de formação popular pela via da autogestão, que, em seu propósito de participação e comprometimento individual às questões coletivas, ajuda a restabelecer ou redimensionar o papel do sujeito como agente de transformação social. O olhar se volta então para a transformação de atitudes que a autogestão pode operar, influenciando cada indivíduo e sua interferência junto ao ambiente social e físico que o compõe.

Em última estância, o que está em jogo, e o que é considerado para que se estabeleça o ponto focal, é a formação de uma consciência coletiva que possa favorecer a construção da sociedade sustentável. Nesse sentido, a Economia Solidária desperta interesse. Tal interesse está em conhecer e analisar as potencialidades da estratégia de formação de consciência mediada pelas relações estabelecidas nos processos de produção do trabalhador. As possibilidades que se apresentam nesse contexto mostram-se muito apropriadas se for considerado que a estratégia é voltada, não só para o ato produtivo em si, mas, principalmente, para a reconfiguração dos processos de produção e das relações de trabalho. Atua, portanto, no mesmo campo em que se configuraram as grandes vulnerabilidades da sociedade moderna.

Faz-se importante não perder de vista que um novo cenário se desdobrou a partir da sociedade industrial deflagrando uma verdadeira crise da sustentabilidade do sistema econômico global. A escassez dos recursos naturais, que é também uma crise social e cultural, além de econômica, tornou-se pano de fundo para uma realidade que evidencia a necessidade de novas formas de condução dos processos produtivos, das relações sociais e da vida no planeta.

Numa via única, a estratégia de crescimento adotada mundialmente deu-se pela incorporação da prática predatória da natureza, gerando impactos mais ou menos

irreversíveis para os grandes equilíbrios ecológicos do planeta. Numa revisão desse sistema que é atualmente hegemônico Ignacy Sachs (VIEIRA, 1998 p.40) aponta que não é mais possível à humanidade contentar-se com o que ele chama de “crescimento pelo crescimento”. Indica que a humanidade precisa adotar os caminhos que conjuguem crescimento econômico, geração de empregos e proteção adequada do meio ambiente. Esta é uma clara referência à necessidade de mudança de paradigmas para que se estabeleça uma alternativa de desenvolvimento em que a sustentabilidade equacione eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica (CAVALCANTE, 1999 p. 179). Configurado, então, por três dimensões em crise (econômica, social e ecológica), interdependentes, torna manifesto o fracasso do atual modelo de crescimento econômico. A partir disso, é possível elencar: a crise da eficiência econômica atribuída ao fracasso do ponto de vista macro social; a crise ecológica que se manifestou na ruptura do equilíbrio pela escassez dos recursos naturais e que acompanhou o acelerado crescimento econômico e, por fim, a crise social que se constitui a partir do desemprego ou subemprego quase permanente.

Nos processos e valores promovidos pela dinâmica da industrialização encontra-se o pivô de um problema arraigado e constitutivo da sociedade moderna. Entre tantas ramificações, pode-se verificar o distanciamento de indivíduos e grupos dos valores que corroboram para a perspectiva sustentável.

Por essa mesma linha de raciocínio, Sachs (BURSTYN, 1993 p. 39) também relaciona os aspectos conjunturais de nossa sociedade por seus efeitos ao indivíduo e em seus posicionamentos. Diz ele: “A promoção do meio de vida sustentável deve se tornar parte da linha mestra da estratégia de desenvolvimento. Tal estratégia, entretanto, não pode ter sucesso sem a participação dos grupos e das comunidades locais”.

Pela ótica da Economia Solidária é nítida a preocupação com o desenvolvimento sustentável. Sobre isso há citações em diversos documentos e bibliografias acerca da Economia Solidária - por exemplo, os anais do I Congresso Nacional de Economia Solidária. Nesse documento base, a proposição solidária apresenta-se como uma alternativa para tornar realidade os princípios e valores já expostos aqui, quais sejam: de inclusão e equidade social, além de práticas produtivas compatíveis com a preservação a disponibilidade dos recursos naturais. Porém, ainda que claramente posto o compromisso com o ecossistema, fica enfatizado que a afinidade entre Economia Solidária e desenvolvimento sustentável que se estabelece como objeto

desse estudo é a perspectiva de transformação do sujeito trabalhador em agente de transformação. Refere-se aqui, ao indivíduo integrado ao seu grupo de convívio que responderia às tendências mais democráticas de constituição das políticas públicas, que prescindem da participação popular com melhor representação, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo (JACCOUD, 2005). Um grupo social que atua mediando os recursos e meios de seu espaço de convívio. Um grupo cujos hábitos e história estejam refletidos em seu meio de vida.

Essa linha de pensamento mais uma vez faz lembrar Sachs em uma de suas reflexões acerca da cultura, estilo de vida e os limites dos recursos naturais. Dizia ele numa de suas palestras: “não há recursos que bastem para generalizar o estilo de vida perdulário do norte ao conjunto da humanidade. Se persistirmos no modelo imitativo terá em todas as partes do mundo a sociedade de apartheid, onde uma minoria compartilha dos recursos e uma maioria fica fora”. Assim, mais do que abrir frentes de trabalho e possibilidades de remuneração, o que se enfatiza é que essas possibilidades venham acompanhadas da consciência individual integrada com o meio que cada indivíduo ocupa. Faz-se referência à formação da consciência e o papel de cada um no grupo de convívio, de trabalho e recursos que utiliza para satisfação das necessidades que se configuram nesse contexto. Nessa trama, estabelece-se o entendimento de “Cultura como mediador entre a Sociedade e a Natureza”. A cultura, vista como conjunto dos valores grupais e um importante componente do jogo de harmonização do social, do ecológico e do econômico, que se manifesta pelo estilo de vida da sociedade (SACHS, 2000 p.10).

O estilo de vida do qual se fala é a expressão de um sistema que se mostra insustentável, principalmente por duas razões que se complementam. A primeira é pela escassez dos recursos naturais baseada numa estrutura de consumo e de produção em massa. Estrutura esta que se perpetua porque se torna parte do processo de constituição da identidade dos indivíduos e grupos sociais. A segunda refere-se ao processo excludente que lhe é intrínseco e que impede os indivíduos de participarem da dinâmica que funcionou muito bem para construir desejos e que, ao mesmo tempo, não possibilita realizá-los em proporção razoável. Além de insatisfatória, esta dinâmica particulariza o problema e individualiza a responsabilidade colocando o sujeito a mercê de uma condição que supostamente foi criada pela sua incapacidade. Essa condição o faz sentir frágil e politicamente inoperante. Contudo, sua atuação segue de maneira individualizada e não o mobiliza para uma ação grupal. O coletivo não é o campo de

exercício e de domínio do trabalhador e tampouco seu foco. Seu objetivo é vender seu trabalho em sua especificidade para ter acesso aos ganhos que são somente para si. Ganhos estes que lhe darão poder para possuir bens, vangloriar-se perante o grupo social. Essa busca é um processo solitário, vinculado e atribuído exclusivamente às potencialidades individuais.

A condição de desempregado é a representação do improdutivo. A falta de renda e a carência de recursos causam vergonha e culpa. A concorrência acirrada por trabalho é bem vinda porque empurra os salários para baixo e prevê a existência do excluído como marco referencial. Por uma ótica social, poderíamos afirmar que situações dessa ordem são derivadas das injustiças sociais.

É possível que o cada trabalhador, desempregado ou empregado, em condições precárias, reconheça a carga de injustiça social a que está submetido e sintase penalizado por isso. Ainda assim, sua condição de solitário trabalhador não o instrumentaliza a ter acesso aos meios que o permitam participar dos processos coletivos que poderiam gerar mudanças. A transformação da estrutura não é em si a sua prioridade porque isto não lhe compete. É preciso para ele que obtenha a remuneração necessária para prover família. A maneira mais rápida de alcançar este objetivo é buscando situar-se no mercado de trabalho o mais prontamente.

Já está incorporada uma condição em que é possível construir sonhos e até realizá-los – pelo menos na proporção que renove suas esperanças para continuar ambicionando. Assim, seguiria do único modo que aprendeu; por via da condição que está cognitivamente e culturalmente adaptado para prover seus desejos: vendendo quase todo o seu tempo abrindo mão de atribuições coletivas. Segue assim, destituído dos papéis que são mais aplicáveis por aqueles que fazem parte de outra condição laboral e que, neste âmbito do trabalho, pertencem aos executivos, negociadores, articuladores e, ainda assim, acabam sendo atuações isoladas cuja valorização está restrita aos interesses empresariais. Toda essa contextualização passa a ter relevância à medida que permite dimensionar melhor o desafio no qual a iniciativa solidária está submetida: ampliar o espectro de atuação do trabalhador, adicionando elementos de gestão à lógica de inclusão no mercado de trabalho, que é o principal interesse do trabalhador e do desempregado. Além de tudo isso, está uma perspectiva de mudança de valores do trabalhador. É essa mudança que é o foco de interesse deste estudo. Analisar uma possibilidade de práxis no âmbito popular de transformação dos processos produtivos e dos valores que formam as bases das relações sociais. Este recorte trata de possíveis

contribuições da Economia Solidária não exclusivamente pelo acesso alternativo ao mercado de trabalho ou geração de emprego e renda. O foco reside mesmo no potencial de transformação político-ideológico do trabalhador, de modo integrado às relações que estabelece coletivamente e mais diretamente refletidas nas relações de trabalho e na comunidade que integra.

Uma vez ressaltados os aspectos menos objetivos da trama social e ambiental, tornam-se mais claros os propósitos desse estudo no âmbito do desenvolvimento sustentável.

CAPÍTULO 3

OS AGENTES SOCIAIS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A participação social relacionada ao desenvolvimento pode ser vista como elemento de reflexão, também em Amartya Sen. Esse autor trata do papel individual para a transformação social referindo-se ao potencial das pessoas para cuidarem de si mesmas e para influenciar o mundo. Faz uso da expressão “condição de agente social” e esclarece sua acepção de agente – a mesma que servirá de referência para este estudo – colocando que, a condição de agente não é aquela mais comumente utilizada em que a pessoa age em nome de outra ou que tem o aval de um grupo para representá-lo. O agente social, conforme visto em Sen (1999, p. 33), caracteriza-se como:

(...) alguém que age e ocasiona mudanças e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de as avaliarmos ou não também segundo algum critério externo. (...). Indivíduo como membro do público e como participante de ações econômicas, sociais e políticas (interagindo no mercado e até mesmo envolvendo-se, direta ou indiretamente, em atividades individuais ou conjuntas na esfera política ou em outras esferas.

Para o autor, a persistência da pobreza, a fome coletiva, a violação de direitos e de liberdades políticas elementares e formais básicas são, por si, o não-desenvolvimento.

Voltada para o cenário nacional, esta contextualização serviu simplesmente para situar o recrudescimento de alternativas ao processo socialmente excludente e ambientalmente danoso da dinâmica capitalista. As interfaces que se estabeleceram entre o campo econômico e o campo social, não raro, eram acompanhados de uma

dinâmica de políticas públicas que refletia a cultura e os interesses das oligarquias no país. Neste contexto, reascende a iniciativa solidária.

Segundo Frederico Silva (2005 p. 375), desde a constituição de 1988 a participação social tem sido reafirmada no Brasil como um fundamento dos mecanismos institucionais que visam garantir a efetiva proteção social. Essa, por sua vez, tinha por objetivo garantir a presença de múltiplos atores sociais, seja na formulação, na gestão, na implementação ou no controle das políticas sociais. Ao tratar da participação da sociedade nas políticas sociais no Brasil o autor apresenta três enunciados que sintetizam algumas possíveis correspondências da participação da sociedade civil no que se refere aos direitos sociais, à proteção social e à democratização das instituições:

a) a participação social promove transparência na deliberação e visibilidade das ações, democratizando o sistema decisório;

b) a participação social permite maior expressão e visibilidade das demandas sociais, provocando um avanço na promoção da igualdade e da equidade nas políticas públicas;

c) a sociedade, por meio de inúmeros movimentos e formas de associativismo, permeia as ações estatais na defesa e alargamento de direitos, demanda ações e é capaz de executá-las no interesse público.

Em contraponto ao período ditatorial, a premissa da participação popular encontrava maior vigor na constituição de 88. Era preconizado por esse instrumento, respaldo ao controle social na condução das políticas sociais. Por via da constituição de 88, a voz do povo, sufocada por décadas, eclodia no ideário de politização da população e da possível participação e co-gerenciamento das ações públicas dos governantes que, dali por diante, seriam eleitos pelo voto direto.

Impulsionada por esta nova ambientação e perspectiva, na década de 90, no Brasil, a criação de empreendimentos hoje compreendidos como solidários, saltou dos 1.903 empreendimentos criados nos anos 80 para 8.554 empreendimentos (SIES, 2007). Nesse período já estava caracterizada a fragilidade das políticas sociais que foram cunhadas de maneira concentrada na condição salarial. O cenário que se via era de elevadas taxas de desemprego e informalidade resultando num baixo grau de proteção social. Além disso, os vínculos trabalhistas estavam também contaminados por relações

precárias de trabalho caracterizadas pela insuficiente qualidade das ocupações, baixos níveis de rendimento e persistente discriminação do trabalhador.

A frágil circunstância dos processos de produção e das políticas de proteção desencadeou um verdadeiro desmonte das organizações sindicais que perdia força na representação dos trabalhadores nos processos de negociações dos direitos e proteções sociais. Talvez, até como discurso compensatório, a ideia de participação da sociedade civil nos processos de formulação e gestão das políticas sociais que avançava nos anos 90 era dotada de amplo consenso. Contudo, as representações sociais que se estabeleciam possuíam um caráter organizativo mais pautado nos princípios de solidariedade que de participação política para defesa de direitos ou proteção social. Proliferaram as organizações sociais a reboque do esvaziamento do Estado em seu papel na assistência social. Essas organizações se ocupavam, preponderantemente, de práticas assistencialistas e da própria qualificação técnica, já que se questionava a competência de seus dirigentes em gerir recursos, que eram provenientes, principalmente, da iniciativa privada ou do próprio estado. Nesse processo de capacitação as ferramentas eram as mesmas da administração privada, considerada por sua eficácia na gestão de recursos. Os valores administrativos desse segmento eram também difundidos. Circulava nesse segmento a ideia de auto-sustentabilidade dos empreendimentos sociais como negócio; seu produto era a solidariedade.

Quanto à participação social na gestão de políticas públicas o envolvimento dos cidadãos e das organizações civis era vista como um poderoso antídoto à burocratização, à ineficiência, ao patrimonialismo e à corrupção que marcavam as políticas sociais brasileiras. Como nos mostra Silva (JACCOUD, 2005 p 375) A participação social passou a representar um elemento estruturante do Sistema Brasileiro de Proteção Social. Relata o autor:

(...) a participação social tem sido reafirmada no Brasil como um fundamento dos mecanismos institucionais que visam garantir a efetiva proteção social contra riscos e vulnerabilidades, assim como a vigência dos direitos sociais. Com maior ou menor sucesso, esta foi uma das importantes inovações institucionais ocorridas no Brasil pós-Constituinte. A garantia de direitos sociais nos campos da educação, saúde, assistência social, previdência social e trabalho foi acompanhada da consolidação de uma nova institucionalidade objetivando assegurar a presença de múltiplos atores sociais, seja na formulação, na gestão, na implementação ou no controle das políticas sociais. (...) A participação social teria, pois, papel relevante tanto no que diz respeito à expressão de demandas como em relação à democratização da gestão e da execução das políticas sociais.

No processo de consolidação da Constituição de 1988, a sociedade procurava definir quais caminhos trilhar para ter voz no processo democrático. O que se viu durante a década de 90 foi o fortalecimento de participação social associada menos à “*democratização do processo de deliberação das políticas sociais*” e mais à “*gestão e da descentralização das ações sociais*”. Essas duas vertentes passaram a figurar o cenário de formulação e execução de políticas sociais que estavam em processo de consolidação. Atualmente, essas duas influências caracterizam as organizações da sociedade civil, mas que ainda se debate na incompletude dos sistemas de envolvimento popular cuja participação representa o fortalecimento da democracia e as iniquidades ainda presentes nos processos de formulação e execução de políticas sociais.

Nesse sentido, pode-se considerar bem vinda uma proposta que integre a atividade produtiva ao contexto social mais amplo; que considere a disponibilidade de insumos para produção; que possibilite o desenvolvimento de recursos cognitivos individuais que fortaleça as práticas coletivas e os problemas comunitários, o exercício da crítica, da reflexão e da proposição; sem prejuízo de acesso ao trabalho e renda, ou melhor, a partir dele. Isto é claramente diferente do sistema de regulação do trabalho salariado, que desapropria o trabalhador desses interesses e cinde o trabalhador da vivência com os demais componentes de seu universo social.

A magnitude que envolve a perspectiva de um projeto para o desenvolvimento sustentável serve para dimensionar a complexidade da Economia Solidária – e esta relação se faz possível pela identidade de pressupostos e possibilidades da Economia Solidária em funcionar como importante catalisador de um projeto de desenvolvimento sustentável. Isto se dá, de modo não isolado, pela lógica da organização do trabalho e pela inclusão de pessoas no processo de emprego e renda. Contudo, outra vertente a se considerar é o processo de formação dos indivíduos para uma nova realidade que se anuncia pela realidade que emerge, principalmente a partir dos anos 80. Outra vertente interdependente de todas as outras, que não somente sirva para adaptar os indivíduos para uma nova dinâmica produtiva mais compatível aos limites dos recursos naturais frente à dinâmica produtiva vigente, mas que também prepare o indivíduo para transformar a realidade que julga nociva à sua vida e à vida de seus filhos e netos.

A Economia Solidária apresenta em seus objetivos, o compromisso de tornar o trabalhador dono de seus processos produtivos e detentor do produto de seu

trabalho. O posicionamento histórico da Economia Solidária (desde suas origens associadas às lutas contra a exploração do proletariado na primeira metade do século XIX) veio se arvorando até os dias atuais, essencialmente, como um modo de produção alternativo ao capitalismo. Toma a centralidade do trabalho como eixo das relações sociais e como processo que origina as configurações sociais, culturais e simbólicas da sociedade. Apresenta um conjunto de valores e princípios fortemente aliados a esse propósito que se desenrola por meio da prática autogestionária.

A transposição e aplicabilidade do ideário solidário, traduzida pelas ações de seus gestores populares, representam uma contribuição substancial para um projeto de desenvolvimento sustentável. Parece notória a relação da autogestão e da proposta solidária com as questões ambientais. Contudo, é prudente que se enfatize: as contribuições da autogestão, da Economia Solidária ou dos agentes sociais não são discutidas por suas relações diretas com sistemas ecológicos ou como meio para manutenção dos recursos ambientais – o que poderia ser oportunamente explorado dada a preocupação explícita da economia solidária com o meio ambiente. Ressalta-se nesse estudo, o modo como se estabelece as relações de trabalho, o que provoca uma reflexão acerca das estratégias que contribuam para uma sociedade sustentável. Para isso, é preciso compreender que as estratégias de fortalecimento do desenvolvimento sustentável pressupõem entre outras coisas, alternativas de processos produtivos. Isso implica na revisão dos valores de qualidade de vida, de respeito mútuo, postura ativa em relação ao contexto de vida, ao espaço de convívio e aos recursos produtivos. Uma vez resgatado o papel das relações de trabalho na constituição desses valores, tem-se compreendido a importância do processo autogestionário para a formação popular de indivíduos em “agentes dos interesses coletivos”.

Rosenfield (2001, p. 407) dimensiona um perfil de mudanças que se pretende obter junto ao trabalhador por via da iniciativa autogestionária. No destaque desse perfil devemos considerar o rompimento com a visão do trabalho assalariado. Essa finalidade pressupõe a desconstrução de modelo de submissão do trabalho capital. Espera-se também um rompimento com a visão de que o trabalhador necessite de ordens superiores para poder tomar iniciativas. Por fim, espera-se que o exercício da autogestão leve o trabalhador a assumir e acreditar na iniciativa como atributo político/ideológico, e não somente por conta dos ganhos individuais que pode propiciar. Diante das mudanças requeridas, a autora estabelece modelos participativos que caracterizam quatro níveis de envolvimento dos indivíduos com a autogestão. Estes

modelos são: Engajamento, Adesão, Recuo e Desvio. A caracterização desses modelos será utilizada como referência para análise dos empreendimentos e, portanto, merece um detalhamento de seus principais aspectos. Assim, será abordado um a um.

No grupo que se manifesta pelo “Engajamento”, tal qual sugere Rosenfield, o empreendimento é composto por trabalhadores que possuem um projeto político claro. Este grupo de trabalho vê a autogestão por sua perspectiva revolucionária de novas relações entre capital e trabalho. São pessoas que comumente ocupam ou já ocuparam posto eletivo na organização ou gestão do empreendimento. Possuem um projeto coletivo e querem propagar entre os demais colegas para alcançarem um cooperativismo autêntico.

Viu-se aqui, que a proposta de inclusão da Economia Solidária abarca a conformação de empreendimentos constituídos por outros interesses, que não os políticos/ideológicos. No entanto essa condição de “engajamento” é uma condição almejada, muito embora não se estabeleça metas nesse sentido.

O grupo marcado pela “Adesão” tem caráter instrumental mais que ideológico. Adere-se a algo que já está pronto. Isto não significa dizer que o modelo esteja concluído de maneira definitiva e não admita mudanças e adaptações. Significa que o trabalhador filiou-se a uma proposta e, de alguma maneira, ela passa a ser também sua. A iniciativa pode ser vista como alternativa de emprego e renda. Porém, há o interesse em participar das relações de trabalho ali estabelecidas. O projeto político-ideológico é incorporado e passa a ser de cada trabalhador.

Esse perfil de grupo está mais vinculado a entrada de um ou poucos componentes a um empreendimento em que a autogestão já esteja plenamente estabelecida. Não se aplicaria de forma imediata à realidade atual da Economia Solidária que se encontra, por assim dizer, em fase de implantação enquanto política pública.

Outro perfil descrito pela autora é o do grupo marcado pelo “recuo”. Há neste grupo certo distanciamento com o projeto político ideológico, mesmo que os trabalhadores participem dos instrumentos de gestão participativa - como o voto nas assembleias.

Os trabalhadores que compõem esse perfil apresentam-se resistentes a entrar na lógica cooperativista e de autogestão. Persistem em duvidar da viabilidade do projeto autogestionado. Mantém-se a lógica do assalariamento e não se verifica adesão ao

projeto político-ideológico. Atua-se para a manutenção do trabalho coletivo compreendido meramente como a soma de esforços.

Já o grupo marcado pelo “desvio” é composto por pessoas que são críticas da proposta participativa e a entendem como entrave para o crescimento econômico do empreendimento. A participação dá-se pela exclusiva falta de opção de emprego e obtenção de renda. Evidenciam-se estratégias individuais instrumentalizadas pela proposta do coletivo. O desvio se caracteriza por certa oposição ao modo de condução participativa com valorização de alternativas em direção à eficiência de produtividade.

Delineadas essas características básicas de grupos, Rosenfield faz ainda uma distinção entre eles a partir da inserção social que apresentam. Temos nos dois primeiros - “Engajamento e Adesão” - uma definição pela existência de um projeto coletivo. Já nos dois últimos - “Recuo e Desvio” – ocorre apenas a inserção de um indivíduo numa proposta coletiva.

Uma atuação autogestionária pensada sob os vários níveis de envolvimento de seus adeptos pressupõe que seja possível uma transição dos grupos por esses níveis de comprometimento ao projeto político-ideológico. Desse modo, o não comprometimento é considerado apenas como transitório; algo que, idealmente, não deva persistir. É provável, contudo, que uma evolução aconteça somente em longo prazo ou, possivelmente, nunca alcance uma transformação político-ideológica de modo pleno. Neste último caso, há o risco de degeneração do empreendimento, ou seja, um funcionamento destituído de seus valores fundamentais. Embora se admita os efeitos diversificados que a Economia Solidária pode produzir, toma-se como pressuposto que a prática autogestionária, por seu modo de atuar, possa promover uma mudança de âmbito político e ideológico, principalmente, junto aos seus adeptos, independente de suas experiências e interesses originais. No entanto, é possível que, em determinado momento ou fase do processo autogestionário, se observe que dado empreendimento atende às condições estruturais mínimas da autogestão sem, contudo, produzir efeitos de ordem política/ideológica. Nesses casos ocorre que os princípios autogestionários se convertem em regras requeridas e adotadas, porém, apenas de modo formal, mecânico e meramente regimental. Nessas situações não foram incorporados os valores que determinam a política – o que não quer dizer que isto não venha ocorrer um dia. Diferente disso, a degeneração consumada ocorre quando o grupo passa a ver as regras que caracterizam o empreendimento como autogestionário e solidário, apenas como estorvo ao desenvolvimento econômico do empreendimento. Daí, resolvem abolir tais

regras assumindo-se, explicitamente, como organização tipicamente capitalista e de assalariamento. Nesses casos degenerativos descaracteriza-se a autogestão em seu eixo de compreensão que define e discrimina as empresas solidárias das demais empresas e cooperativas capitalistas. Perde-se, igualmente, o principal instrumento de formação político-ideológico e toda a possibilidade de transformação social que se deposita na estratégia. Reduz-se assim, as possibilidades descritas por Razzeto (1999 p. 58) ao ilustrar os interesses do ICEA – Associação Internacional de Educação Comunitária – pelas iniciativas autogestionárias e solidárias. Escreve ele: “se nas iniciativas solidárias houver uma articulação interna dos mecanismos de integração, intermediação e coordenação - tanto para efeitos de representação e elaboração de políticas mais globais como para o desenvolvimento de soluções para seus próprios problemas – é possível pensar em objetivos mais elevados e decisivos na solução de grandes problemas, tais como a marginalidade e a pobreza que afetam os setores populares”.

Como nos mostra Magalhães e Todeschini (SINGER. 2002 p. 20), o principal mérito da autogestão não está em sua necessária eficiência econômica, mas no desenvolvimento humano que proporciona aos seus praticantes. “Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária”.

CAPÍTULO 4

ECONOMIA SOLIDÁRIA E A AUTOGESTÃO NO CENÁRIO BRASILEIRO

A Economia Solidária desponta no mesmo contexto de insatisfação com a condição salarial que resultava no desemprego em massa e precarização do trabalho. Singer afirma que a Economia Solidária foi, nessas circunstâncias, reinventada. Daí acrescenta:

Há indícios da criação em número cada vez maior de novas cooperativas e formas análogas de produção associada em muitos países. O que distingue este ‘novo cooperativismo’ é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento. (SINGER, 2002, p. 111).

No Brasil, as crises econômicas desencadeadas no período militar e as políticas neoliberais que se sucederam, serviram de pano de fundo para revitalização do cooperativismo. Pochmann (SILVA E YAZBECK, 2006, p. 31 e 41) contribui para dimensionar o quadro nacional no contexto do trabalho lembrando que foi a partir de 1981 que se cunhou a erosão do trabalho estável no Brasil e o processo de informalização. O autor faz referências às relações de trabalho desprovidas de regulamentação que tiram de questão os direitos trabalhistas para adequação à flexibilização produtiva. Reconhece nessa flexibilização, que é de amplitude global, nefastas conseqüências sociais. Tais conseqüências são apresentadas como resultado do desemprego em massa e da condição precária do trabalho, caracterizado assim, pela redução da renda do trabalhador, perda de direitos previdenciários e potencialização da necessidade de aumento da jornada diária de trabalho. Toda a insatisfação gerada por essa situação fortaleceu as evidências da fragilidade da condição salarial e necessidade de revisão da dinâmica do trabalho em sua dimensão mais ampla.

Por tudo isso, o cenário brasileiro propiciava o recrudescimento das iniciativas alternativas de acesso ao trabalho e renda e, portanto, da Economia Solidária. Por outro lado, o contexto que favorecia o retorno de alternativas para geração de emprego e renda, não era propício para assimilação ou aceitação dos princípios relacionados à autogestão (justamente os princípios que diferenciam a Economia Solidária das demais alternativas de geração de emprego e renda que surgiam). Por este cenário, que configura a expansão das cooperativas, não fica difícil a tarefa de dimensionar os desafios que se impõem à Economia Solidária; embora o contexto sugerisse a insatisfação ao sistema vigente – por seu caráter excludente em escala – permanecia a crença na reversibilidade de tal situação por via da mesma condição salarial.

Singer reconhece que os princípios solidários são de difícil incorporação por parte de seus adeptos. A proposta de organização do trabalho solidário pressupõe um processo de modificação do comportamento social do trabalhador que, por sua vez, está visceralmente acostumado à administração típica da economia capitalista. É comum que os adeptos se envolvam na proposta solidária por exclusivo interesse na obtenção de renda. Sobre isso Paul Singer comenta:

Muitos empreendimentos se formam por motivações imediatistas (...) sem uma dimensão estratégica e processos formativos, muitos grupos não mantêm um projeto coletivo e solidário de longo prazo. Além disso, a

maioria dos trabalhadores ainda está presa ideologicamente à subordinação, possui precários conhecimentos de gestão e baixíssimo espírito empreendedor. O sucesso dos empreendimentos solidários depende de um processo lento de mudança cultural, de comportamentos, combinado com a capacidade técnica. (SINGER, 2003 p.53).

A formação para a organização popular do trabalho e para a autogestão é o principal elemento da proposta solidária. Sua característica de abertura ao caracterizar os empreendimentos tem como perspectiva incluir o maior número possível de pessoas a fim de que possam participar do processo de transformação que o exercício autogestionário possibilita, apoiado por outros mecanismos de formação intensiva. Contudo, o que se exige não é apenas o desenvolvimento de competências simples ou específicas; o que se exige é um constante exame de valores e atitudes – que nessas circunstâncias estão voltadas para a propriedade coletiva e o direito à liberdade individual, além do desenvolvimento de técnicas gerenciais e do aprimoramento das técnicas de produção. Magalhães e Todeschini expõem essas dificuldades:

(...) a prática autogestionária corre o perigo de ser corroída pela lei do menor esforço. Os gestores da cooperativa enfrentam frequentemente questões urgentes, que têm de ser resolvidas sem haver tempo de consultar outros sócios. Nas assembleias, os problemas e as soluções adotados costumam ser relatados como fatos consumados. É muito raro que algum participante se preocupe em discutir se a solução encontrada foi realmente a melhor. (...) O perigo de degeneração da prática autogestionária vem, em grande parte, da insuficiente formação democrática dos sócios. Até agora, grande parte dos cooperadores se insere na Economia Solidária para se reinserir à produção social e escapar da pobreza. Muitos não chegam a apreciar as potencialidades da autogestão, aceitando, no máximo, como exigência coletiva para poder participar da cooperativa. (SINGER. 2002 p. 20,21).

Outras dificuldades relatadas pelos autores estão associadas a fatores externos aos empreendimentos que empurram os trabalhadores para longe dos ideais solidários. Referem-se à competitividade do mercado; às grandes dificuldades de sustentação financeira; às barreiras tecnológicas, legais, tributárias e comerciais. A superação dessas barreiras conta com políticas públicas, acessos a crédito, redes de apoio e assessoria para sua superação. Os processos adotados para disseminação da proposta de organização do trabalho popular, bem como a obtenção de resultados efetivos quanto a estabilidade econômica do empreendimento prescindem de total atenção, sob o risco mesmo de colocar a Economia Solidária a serviço daquilo que pretende combater: a precarização do trabalho e a destituição dos direitos do trabalhador

(SILVA E SILVA/YASBEK, 2004 p.47). Assim visto, o processo de conformação e gestão do negócio solidário passa a ser considerado ponto crucial. Nestas circunstâncias é que se estabelecem os elementos primordiais da identidade da iniciativa solidária e aí se formam as condutas próprias da autogestão.

Visando nortear condutas que representem a efetiva prática autogestionária, a Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão – ANTEAG – defende alguns parâmetros mínimos que se pode observar nos empreendimentos. Em linhas gerais, esses parâmetros envolvem: “democratização das tarefas; motivação dos trabalhadores no projeto coletivo; viabilidade e rentabilidade; integração em redes de negócio; implantação de técnicas modernas e efetivas de gestão e transparência e democratização das informações” (SINGER, 2003, p. 74). Por esses parâmetros espera-se contemplar os fundamentos de relações de cooperação e solidariedade, que colocam o homem como agente e finalidade maior da atividade econômica, em vez da acumulação de bens privados e de riqueza. A prática de produção, comercialização, finanças e consumo visa privilegiar, por meio do exercício autogestionário, o desenvolvimento comunitário, a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras.

A síntese dos valores cooperativistas originou regras de conduta para que seus adeptos estabeleçam as cooperativas. Essas regras evidenciam-se pelos “Princípios Cooperativistas”, (cuja redação mais atual foi estabelecida em 1995, por ocasião do Congresso da Aliança Cooperativa Internacional – ACI – em Manchester, Inglaterra). Este documento faz referência a questões que podem ser facilmente percebidas no ideário da ECOSOL perpassando pontos importantes que denotam a dimensão de atuação diretamente ligada a relações profundas dos indivíduos e grupos com o trabalho. Vê-se ali a preocupação com a livre adesão dos sócios e da distribuição de responsabilidades da sociedade cooperativa, sem discriminação social, racial, política, religiosa e sexual. Quanto à gestão e controle do empreendimento a carta de princípios da ECOSOL prevê uma modalidade democrática cujo controle é participativo por seus associados e, do ponto de vista econômico, prevê a contribuição e distribuição equitativa dos recursos. Preconiza também autonomia e independência nos vínculos institucionais de modo a preservar a autonomia da cooperativa. Quanto aos processos de formação, estabelece um compromisso cooperativista com a educação e treinamento a seus sócios, aos representantes eleitos, aos administradores e empregados e disseminação de informação para a transparência das ações. Reforça a cooperação entre

as cooperativas visando o fortalecimento do movimento cooperativista visando à ampliação de seu sistema. Por último, define como necessário o interesse pela comunidade visando o desenvolvimento sustentável de suas comunidades.

Desses princípios cooperativistas estabelecem-se os fundamentos da Economia Solidária que privilegiam a propriedade e a gestão coletiva; o direito à liberdade individual; o desenvolvimento comunitário; a justiça e equidade social; valorização da diversidade étnica e do conhecimento; o cuidado com o meio ambiente, preservação dos recursos naturais e a responsabilidade com as gerações futuras.

Por esses fundamentos, a Economia Solidária pretende atender ao interesse expresso de redefinir as relações sociais num dito pacto de solidariedade, de trabalho e de cidadania. Nessa perspectiva, a autogestão presta-se a uma prática social que remonta as ideias de Rosa de Luxemburgo. Sua proposta de “experimentação social” ilustra o exercício de articulação e participação que a prática autogestionária possibilita. Cláudio Nascimento (2004, p. 6) cita Luxemburgo ao destacar o caráter metodológico voltado à transformação social que está contido no exercício autogestionário. Nessa visão, a compreensão da autogestão firma-se por uma perspectiva, em que cada um aprende sobre a auto-condução de suas empreitadas, agindo coletivamente e se colocando a serviço de um amplo processo de experimentação para todo o conjunto da vida social.

Enquanto política pública federal brasileira, a Economia Solidária foi apresentada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES – criada em 1993. Um dos principais objetivos da política era ampliar a atenção aos grupos sociais mais vulneráveis, ao desemprego e ao empobrecimento popular, orientada pelo conceito de atividade econômica organizada sob a forma de autogestão, ou seja, propriedade coletiva de capital e participação democrática. Tal qual referenciada por seus princípios, a Economia Solidária apresenta em sua proposta o compromisso de promover o crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, de maneira ambientalmente sustentável e visando a redução das desigualdades sociais. Estabelecida por meio da SENAES, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, desenvolve suas estratégias de fomento em todo o Brasil, por intermédio das Delegacias Regionais do Trabalho. O SIES (ATLAS ECOSOL, 2005) identificou 14.954 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) em 2.274 municípios do Brasil. Isto corresponde a 41% entre todos os municípios brasileiros com iniciativas de pequenos grupos organizados.

Embora as realidades regionais sejam, obviamente, bastantes distintas – tanto no aspecto cultural quanto no econômico – a estratégia da Secretaria Nacional

para fomento da Economia Solidária é a mesma em todo Brasil. Com isso, as peculiaridades de cada estado ou região, assim como as nuances que são verificadas em relação ao desenvolvimento dos empreendimentos solidários, parece não ser incorporadas à política solidária. Desse modo, as pré-condições locais que se apresentam como fortalezas da estratégia solidária são também elementos de grande vulnerabilidade, envolvendo questões complexas como: políticas públicas estaduais, aspectos culturais e geográficos, entre outros. Tal dificuldade, embora seja minimizada por projetos direcionados regionalmente é, reconhecidamente, uma fragilidade justificada pela estrutura enxuta da SENAES junto ao Ministério do Trabalho.

Quanto às constatações mais imediatas acerca de Alagoas, os dados do mapeamento apresentados no SIES apontam, curiosamente, que o Estado possui o mais baixo número de empreendimentos solidários. O que torna este dado curioso é verificar que a Região Nordeste é a região do Brasil que concentra a maior quantidade de empreendimentos em todo o Brasil. Supõe então, alguma peculiaridade no contexto de Alagoas que o diferencia. Por isso, o cenário estabelecido por essa realidade ou história local configura-se num importante campo de análise da Economia Solidária, já que se incorpora e se caracteriza como estratégia de combate à pobreza e, assim, uma política pública federal. Ressalta-se que, por essa ordem, os elementos orbitais da questão do trabalho em Alagoas, como campo de análise desse estudo, serão explorados mais adiante e inseridos numa breve contextualização de âmbito nacional. Atenta-se, com isso, para as interfaces que se estabelecem entre a dinâmica da política econômica nacional com a regional e a local em Alagoas.

A realidade que vivia o Brasil e o mundo capitalista dos anos 40 e 70 eram de quase pleno emprego e de forte crescimento da industrialização. “Durante esse período a cada dez postos de trabalho gerados, oito eram empregos assalariados, sendo sete com carteira assinada” (ANTUNES, 2006, p. 61). No período pós-guerra, o Brasil conseguiu assegurar altas taxas de crescimento, contudo, sem garantir uma distribuição de renda compatível a este crescimento. As políticas no setor agrário promoveram uma verdadeira desintegração econômica e social dos pequenos produtores gerando o conhecido êxodo rural. Apesar da grande concorrência e da baixa qualificação de mão de obra, o processo de migração acentuado estava associado à forte contratação desse tipo de serviço, principalmente, na indústria e construção civil. Puxada por essas frentes de trabalho, tentativas de organização dos trabalhadores foram surgindo lentamente

como forma de pressão social visando melhores condições de trabalho e distribuição de renda. Contudo, logo foram abafadas pela repressão militar em meados dos anos 60.

No final dos anos 70, o Brasil possui uma estrutura industrial complexa e um mercado de trabalho urbano em crescimento. No entanto, experimentava baixos salários, alta concentração de renda e elevado grau de pobreza. Matoso (1999, p.10) faz compreender como este processo esteve marcado pela herança histórica dos tempos do escravismo, da estrutura da grande propriedade e do conservadorismo que envolve a questão agrária.

As políticas sociais que reafirmavam as desigualdades, a péssima distribuição de renda e as estratégias para sufocar os movimentos sociais adiaram as expectativas de reordenamento da economia para melhor distribuição de renda e justiça social. Embalado por esse conjunto de ausências sociais, o fim da repressão militar teve como uma de suas marcas mais expressivas a promulgação da Constituição Federal e as eleições diretas. A herança deste período é a marca da década de 80, que se encerra com estagnação econômica, inflação elevada, crise da dívida externa e desestruturação produtiva e do mercado de trabalho.

Se o Brasil vinha aumentando consideravelmente a participação dos assalariados entre os trabalhadores ao longo do século, na década de 90 esse processo reverteu-se.

Depois de décadas de dinamismo e assalariamento, a economia brasileira parou de gerar empregos. As políticas sociais atreladas ao salário sofreram cortes acentuados que foram ainda mais esvaziados com as mudanças das relações de trabalho. O rebaixamento na quantidade de empregos com carteira assinada, como consequência da informalização do emprego, foi determinante. Com isso, ficavam fragilizadas também as estruturas sindicais. Os trabalhadores acompanharam o desmonte da mais importante estrutura de defesa de direitos no setor produtivo. As empresas passaram a contratar de modo desregrado desvalorizando a contratação coletiva. Eram estabelecidos vínculos de trabalhos temporários com baixos salários e desprovimento de benefícios sociais. As grandes empresas passaram a adotar novas estratégias de obtenção de lucros retirando investimentos em aumento de produtividade. Optaram por investir nas oportunidades do mercado financeiro que, com as políticas de governo tornaram-se mais interessantes. Na área produtiva, sucedeu-se uma intensa flexibilização da legislação que regula o trabalho visando favorecer a redução dos custos empresariais.

As estratégias de governo e dos empresários assumem duas linhas básicas: isentar o Estado em sua responsabilidade de assegurar emprego; fomentar a criação de empregos com redução de custos de trabalho e precarização das oportunidades existentes. Decorreram disso os contratos temporários, por tempo parcial, a sazonalidade de contratação e as cooperativas de trabalho.

A modalidade cooperativista foi amplamente estimulada como estratégia dos estados e municípios para atrair investimentos. Contudo, é importante observar o modo como esses empreendimentos constituíam-se. Nesses casos, havia a presença formal da autogestão, com conselhos fiscais e diretoria eleita, mas eram vinculadas a outras empresas a fim de baratear os custos de mão-de-obra. Essas cooperativas funcionavam sob a lógica intencional de geração de emprego e renda e visava, principalmente, reduzir custos. Embora parte delas tenha sido fechada por promoverem o trabalho assalariado de maneira disfarçada, muitas permaneceram contribuindo significativamente para a expressiva quantidade de empreendimentos solidários no Nordeste. Não por acaso, neste período, deu-se a fundação de um grande número de empreendimentos solidários que constam no mapeamento do SIES, tanto na região Nordeste como em Alagoas.

A estratégia do governo e dos empresários em retirar do Estado a responsabilidade em assegurar empregos, quebra com o paradigma vigente até então em que, “emprego é direito do cidadão”. Como diz Mattoso (1999 p.24); “a empregabilidade passou a ser expressão dessa responsabilização do indivíduo por seu emprego e desemprego, (...) fazendo o trabalhador assumir sua empregabilidade por meio de formação profissional, requalificação, etc.”

Nesse histórico é importante perceber que com o processo de democratização dos anos 80 esperava-se um aumento dos salários mais baixos e redução do leque salarial. O que se deu foi a retração dos processos produtivos e dos empregos, com a precarização das relações de trabalho.

A trajetória econômica brasileira das últimas décadas deixa uma lição óbvia: é possível obter crescimento econômico acompanhado de expansão de emprego, sem com isso neutralizar o fenômeno nocivo da ampliação da concentração de renda. Isto, num contexto de desestruturação dos movimentos sociais e ausência de espaços democráticos, trariam efeitos crônicos à economia brasileira.

Diante da realidade persistente, o plano de governo do partido que viria a ganhar as eleições ao Governo Federal apresentava uma proposta que previa, entre

outras estratégias, a execução de um programa de emergência e de solidariedade voltado à formação de frentes de trabalho solidário e da democratização das relações de trabalho. Estava aí o embrião da Economia Solidária como uma política pública.

CAPÍTULO 5

A INICIATIVA SOLIDÁRIA NO NORDESTE E O CASO DE ALAGOAS

A análise dos empreendimentos solidários teve por referência o levantamento realizado pelo SIES – MTE/SENAES. O sistema reúne dados sobre os empreendimentos econômicos solidários e das entidades de apoio, assessoria e fomento à Economia Solidária no Brasil. Os dados do SIES deram origem ao Atlas de Economia Solidária que consolida os conteúdos coletados. Tanto os dados brutos quanto o Atlas se constituem num dos principais instrumentos de análise desse estudo. Cabe, portanto, um breve esclarecimento sobre o mapeamento que gerou os dados para o SIES: este estudo foi realizado pela própria SENAES em 2005 e 2007. Visa identificar e caracterizar as formas de organização do trabalho desenvolvido por cerca de quinze mil empreendimentos econômicos solidários. O mapeamento buscou informações sobre a trajetória, atividade econômica, forma de gestão, dificuldades e principais demandas desses empreendimentos.

A caracterização em que se baseou o mapeamento nacional do SIES considera que os Empreendimentos Solidários são supra familiares, singulares e complexos, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais, etc. Os participantes ou sócios (as) são trabalhadores (as) do meio urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados. Os empreendimentos funcionam em caráter permanente, tanto os que estão em funcionamento, quanto aqueles que estão em processo de implantação. Possuem, portanto, grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas. Prevalecem os empreendimentos com registro legal, embora se encontre diversos graus de formalização. Por fim, realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário.

Esta caracterização faz supor que o empreendimento esteja atuando a partir de quatro importantes referências: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade. São princípios que, embora se complementem entre si, nunca funcionam isoladamente. Podem ser observadas e compreendidas objetivamente como categorias analíticas diferentes, mas sempre presentes na Economia Solidária.

Além da análise dos dados disponibilizados pelo SIES, foram efetuadas pesquisas qualitativas junto a dois antigos empreendimentos em Alagoas. Esses empreendimentos foram a COOPREL, localizada no bairro da Serraria e a COOFERVE, localizada no bairro de Fernão Velho. Ambas, portanto, estão situadas na zona urbana de Maceió e cadastradas junto à Delegacia Regional do Trabalho como Empreendimentos Solidários.

Em seu conjunto, a pesquisa contou com os seguintes procedimentos:

- Revisão bibliográfica e análise dos dados produzidos pelo SIES;
- Análise documental que possa informar acerca das estratégias utilizadas pelos empreendimentos quanto aos procedimentos que caracterizam a autogestão;
- Realização de entrevistas semi-abertas por amostragem junto aos trabalhadores e dirigentes, visando qualificar, complementar e confrontar dados acerca das práticas autogestionárias adotadas pelos empreendimentos, bem como verificar os efeitos disso para a formação de agentes sociais.

As entrevistas junto aos empreendimentos solidários de Alagoas foram realizadas em grupo e complementadas por meio de contatos individuais com seus dirigentes.

As informações foram coletadas também junto a representantes e gestores do SENAES. As informações mais expressivas estão atribuídas ao Diretor de Estudos e Difusão em Economia Solidária dessa Secretaria.

Os procedimentos foram utilizados para analisar a aplicação do modelo de gestão adotado pelos empreendimentos solidários por seus parâmetros mínimos. Tais parâmetros envolvem: estratégias de comunicação e informação; processos de constituição e renovação dos dirigentes; mecanismos para tomada de decisões; estratégias de incentivo à autogestão, política de distribuição dos rendimentos e de tarefas; participação em redes de negócios; participação dos trabalhadores em movimentos de classe ou comunitários; viabilidade do empreendimento e sua

rentabilidade a médio e longo prazo. Pelo menos duas indagações ou problemas que se constituem em verdadeiros desafios para a iniciativa autogestionária manifestam-se no cenário alagoano de adversidades. São estas:

- Em quais proporções os empreendimentos solidários em Alagoas funcionam pela prática da autogestão?

- De que modo a prática autogestionária, aplicada ao empreendimento, vem contribuindo para a formação de agentes sociais?

Essas indagações constituem-se, então, por elementos hipotéticos de estudo, assim formulados:

Considerou-se a realidade social, econômica e política em âmbito global e nacional, as influências e pressões que são impostas pelo mercado às práticas empresariais. Tudo isso, somado às peculiaridades do Estado de Alagoas, faz supor que a Economia Solidária não ocorra na plenitude de seus princípios. Princípios estes, tomados aqui como a maior contribuição da iniciativa para a formação comunitária e, portanto, de fomento à condição de agente social e sua consequente repercussão para a consolidação de um projeto de desenvolvimento sustentável. Supõe-se também que na mesma direção seguem os processos decisórios. Esses, não raro, devem ser atropelados pela urgência e pela facilidade dos processos centralizadores já muito bem introjetados, no modo de decidir dos empreendimentos em geral. Ainda assim, esperou-se constatar que, pela via da autogestão, esteja em curso algo mais que puramente um meio de produção. Espera-se que seja possível descrever um processo de organização popular de educação para a ação coletiva. É esperado que se verifiquem pessoas em pleno exercício da ação intersubjetiva, vistas numa prática onde tenham que dar outro significado à sua participação num espaço de grupo, lidando com problemas de ordem econômica, social e cultural.

Dessa maneira, é possível a hipótese de que, na proporção em que ocorrem, as práticas autogestionárias estejam operando uma contribuição significativa sobre os indivíduos e grupos, promovendo uma práxis organizativa e de desenvolvimento sociopolítico.

Frente a estes desígnios estabeleceu-se uma proposta para estudo que, de modo objetivo, procurou analisar os empreendimentos solidários de Alagoas através das práticas autogestionárias em suas perspectivas de contribuir para a formação de agentes sociais. De modo mais específico, baseado nos indicadores propostos para avaliação da iniciativa solidária e autogestionária, o estudo buscou analisar o modo como ocorrem as

práticas dos empreendimentos solidários de Alagoas, interpretando os processos decisórios quanto à expressão e representatividade da autogestão. Para isso, o estudo envolveu uma crítica sobre: a implantação de técnicas efetivas de gestão com vistas à democratização das tarefas e da informação; motivação dos trabalhadores no projeto coletivo; viabilidade e rentabilidade do negócio; integração em redes e práticas sociais dos empreendimentos; participação dos empreendimentos e seus adeptos na vida comunitária, aqui dimensionada como referência da condição de agentes sociais.

Uma vez estabelecidas as relações entre os principais aportes deste estudo, (desenvolvimento sustentável, Economia Solidária, autogestão e agente social), torna-se possível avançar em tratar as interfaces desses aportes. Considera-se então a seguinte equação: a autogestão – que aqui é tratada por seu potencial de formação de agentes sociais, é também um dos principais pilares da Economia Solidária que, por sua vez, é uma política vigente do governo federal para combate da pobreza e geração de emprego. Será vista por seu potencial para contribuição em favor do Desenvolvimento Sustentável, cuja ênfase dada aqui não está no aspecto de geração e promoção de emprego e renda, mas pelo potencial de engajamento de cidadãos nas questões coletivas atreladas aos processos produtivos e de gestão, refletidos nas relações que os indivíduos travam em seu contexto social. Com esse esclarecimento pretende-se elucidar os aspectos da Economia Solidária e da autogestão a serem aqui analisados a partir do que segue.

Jacob (2005, p. 51) reforça que o processo de formação do cooperativismo nordestino não tinha a característica da autogestão em seu processo constitutivo. O autor lembra que muitas das cooperativas que se fixaram no Nordeste o fizeram a partir dos anos 90. Conforme se observa na tabela abaixo, isto é verificado no mapeamento apresentado pelo SIES e diz respeito à realidade também de Alagoas a exemplo do que ocorreu no Nordeste.

Tabela 1: Quantidade de empreendimentos alagoanos por ano de início

1900 a 1950	1951 a 1970	1971 a 1980	1981 a 1990	1991 a 2000	2001 a 2010	TOTAL
07	01	-	30	119	124	281

Jacob (IDEM) prossegue reforçando que nos tempos marcados por forte estagnação econômica, a constituição destas cooperativas por todo o Brasil voltava-se à terceirização de atividades. O principal objetivo era reduzir os custos da produção, principalmente, com força de trabalho. Nessas experiências, a aderência do trabalhador à iniciativa cooperativista estava atrelada à manutenção de emprego. Mais uma vez essa informação confirma-se no mapeamento feito em Alagoas. A partir dos dados do SIES, expresso na tabela 2, verifica-se que a escolha do trabalhador pelo empreendimento solidário compõe um perfil motivacional de escolhas, assim apresentado: em primeiro lugar, a adesão ao empreendimento mostra-se como “uma alternativa ao desemprego”. Em segundo, como “possibilidade de obtenção de maiores ganhos que um empreendimento associativo pode representar”. E em terceiro, como “fonte complementar de renda para os (as) associados (as)”.

Tabela 2: Motivos para criação dos empreendimentos

MOTIVOS	ORDEM 1	ORDEM 2	ORDEM 3	TOTAL
1. Uma alternativa ao desemprego	03	05	01	59
2. Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	01	02	06	09
3. Uma fonte complementar de renda para os (as) associados (as)	01	--	--	01
4. Desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos	01	07	01	09
5. Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	05	01	--	06
6. Recuperação por trabalhadores de empresa privada que faliu	--	--	--	--
7. Motivação social, filantrópica ou religiosa	--	--	--	--
8. Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	08	04	03	05
9. Alternativa organizativa e de qualificação	--	04	03	07
10. Outros.	--	--	--	03

Fica claro então que as motivações ideológicas não são prioridade para a maioria. Essa constatação faz aumentar o desafio da proposta solidária em sua perspectiva de transformação da mentalidade do trabalhador em relação aos processos de trabalho e em relação ao grupo de trabalho, a partir das referências que se estabelecem no universo do empreendimento.

Lembremos que os interesses imediatos do trabalhador e as motivações que o impeliam para a iniciativa autogestionária se restringiam à possibilidade de acesso ao trabalho e obtenção de renda. A ausência de manifestação ideológica, de certo modo, refletia – e ainda reflete – a acomodação ou aceitação desse trabalhador ao sistema de

gestão empresarial baseada no assalariamento. Do ponto de vista do trabalhador que se lança ao cooperativismo por esta via de motivação, importam menos os processos autogestionários pelos quais se obtêm a renda e mais a perspectiva de obter tal renda. Desde que a atividade produtiva oferecesse melhores condições de ganhos, acesso ao consumo de bens e serviços, além da possibilidade de acumular bens, definitivamente, seria o bastante para o trabalhador. Não se aparentava, portanto, haver qualquer entrave ideológico que impedisse a satisfação do trabalhador em seus processos produtivos.

Viu-se que, tal qual ocorreu no Brasil e Nordeste, Alagoas experimentou nos anos 90 a maior expansão da história dos empreendimentos, que hoje podem ser caracterizados como solidários. Contudo, sobressai a constatação de Alagoas ser o Estado do Nordeste com menor número de empreendimentos – menos até que os Estados geograficamente menores ou de menor densidade demográfica. Vários fatores poderiam justificar o baixo desempenho de Alagoas: o Estado reúne características ilustrativas que configuram muitas das dificuldades dos empreendimentos solidários. Apresenta um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano – IDH do país (PNUD 2005). Além disso, possui alta concentração das terras agricultáveis nas mãos de poucos proprietários e pouca tradição na organização familiar ou de pequenos grupos de trabalhadores. Os traços oligárquicos ainda muito manifestos em sua cultura e a ausência de políticas públicas que estimulem iniciativas de organização popular para o trabalho podem ser também apontados para explicar essa realidade. Em síntese, ao se investigar a história de Alagoas, sobram justificativas que corroboram para sua posição desfavorável quanto à formação dos empreendimentos solidários.

Até bem pouco tempo, quase nada se via na estrutura social e política do trabalho em Alagoas que favorecesse a organização dos pequenos produtores. Se tal favorecimento ocorresse, poderiam ter sido vivenciadas práticas de gestão e de processos produtivos que fomentassem uma cultura de relações organizativas próximas aos modelos de organização coletivas ou de cooperativismo.

Ainda que a análise de formação dos empreendimentos do estudo aqui proposto ocorra na perspectiva do contexto urbano, é impossível que não se estabeleça a devida relação com o contexto rural. O processo de formação das cidades alagoanas e da capital confunde-se muito com o ambiente rural e com a formação do Estado de Alagoas. A própria formação da capital – Maceió – constituiu-se em torno do porto, que foi criado para escoamento da produção agrícola, principalmente da cana de açúcar (Santana 1970). De qualquer modo, Maceió desenvolveu-se como centro urbano de

maneira suplementar à produção rural. Sendo assim, sofria todos os reflexos que subsistiam no ambiente da cultura rural. Este ambiente era o próprio núcleo político social do engenho e tinha no topo de sua hierarquia a figura do senhor do engenho em que, no outro extremo, estava o lavrador. Como nos explica Lira (2007 p. 52), os lavradores não podiam ter engenhos, ainda que fosse possível possuir terras. Se não as tivessem, trabalhavam nas terras dos senhores. O grau de importância daqueles que eram donos de terras era medido pela área que dispunham para o cultivo da cana de açúcar, o número de escravos que possuíam e as safras que produziam. Diante disso, a posse de terra e seu uso com a monocultura da cana eram sinônimos de muito poder. Esta era a base que serviria de pano de fundo para as políticas que viriam a ser implementadas ao longo das décadas e que deram a conformação da sociedade alagoana. Sob essa influência, constituía-se também o cenário urbano. Sua formação contou com a presença expressiva do senhor de engenho que, com a transformação dos engenhos em usinas, mudou-se para as cidades e ali impôs seus hábitos. Diegues Jr. (2002 p. 85) relata assim esta influência:

No Senhor de Engenho se aglutinam os elementos constitutivos da sociedade alagoana. São os senhores de engenho heróis na guerra holandesa, são propulsores da economia regional nos dias de paz. Formam a aristocracia da terra: não só nas Alagoas, e sim em todo o Brasil colonial. É o aristocrata colonial, em derredor de cuja figura se criam, se desenvolvem, e expandem as famílias do açúcar, as famílias nascidas em engenho. O que se verificou nas alagoas com o engenho também se encontra em toda a área açucareira: a influência do engenho na vida local. A ampliação da esfera de influência do senhor de engenho além dos cercados, das divisas, das fronteiras de sua propriedade. A penetração da força produtiva do engenho na vida dos povoados, das vilas, mais tarde do Município. É de tal forma essa influência que a povoação nasce em função do engenho, ou talvez como uma necessidade dele. (...) Forma-se assim na vida da Alagoas uma espécie de ruralismo urbano: a influência rural na cidade; na sua vida; no seu movimento; no seu progresso.

Haja vista que o poder do senhor do engenho era simbolizado pela extensão de terras que possuía, fica possível compreender porque a história de Alagoas está calcada na dos grandes latifúndios e de concentração de terras. Toda essa estrutura fundiária contou com o fortalecimento continuado dos governos em todos os níveis. Pedro Ramos (Apud Lyra 2007, p.56) comenta: “o poder político dos senhores de engenho e, ainda em tempos modernos, o dos usineiros, decorre do fato de serem grandes proprietários de terra. Encerra-se uma espécie de monopólio da posse dos meios

de produção em que poucas famílias detinham (e ainda detêm) a maior parte da estrutura de produção e de terras no Estado”. Essa realidade atravessa o século contando com as políticas dos governos locais e federal para suplantar as dificuldades e ameaças econômicas. Desse modo sucedeu-se, até que o difícil quadro econômico do país na década de 80 impediu a continuidade do apoio advindo do governo federal. Grande parte do volume de subsídios destinados a ampliar a produção era aplicada pelos latifundiários na acumulação de mais terras. Esta era a estratégia adotada para aumentar a produtividade. Na região Sudeste, os investimentos eram direcionados para a modernização dos processos produtivos do açúcar e do álcool e favoreceu para que a região se tornasse um dos principais produtores nacional. Com a abertura de mercado, que se sucedeu nos anos 90, os produtores alagoanos deixaram de contar com as medidas protecionistas do governo federal. Frente a forte concorrência proporcionada por meios de produção mais eficientes e baratos de outras regiões, a economia da cana de açúcar de Alagoas viu-se em sérios problemas.

O que decorre do processo histórico da economia sucroalcooleira de Alagoas fez do Estado uma estrutura fundiária caracterizada por um setor rural atrasado. Os pequenos estabelecimentos, em sua maioria, não têm recursos, assistência técnica nem capacidade de comercialização eficaz. As melhores terras permanecem nas mãos dos grandes estabelecimentos. Carvalho (2007, p. 20) pontua que os estabelecimentos familiares representam mais de 90% do total dos estabelecimentos no Estado. Na mão de obra familiar verifica-se um importante meio de subsistência local que ocupa 36% da área agrícola. Por outro lado, quase a metade da área ocupada pelo pequeno conjunto de grandes propriedades possui uma produção três vezes maior que os estabelecimentos familiares.

Do lado urbano, de modo complementar à realidade rural, Alagoas ainda prescinde de um processo industrial mais forte. O setor comercial e de serviços – que é o grande motor da economia local – é caracterizado pela precariedade. Dois entre três trabalhadores ocupados estão no setor informal. Tem-se ainda o poder público como um grande empregador. Esse se caracteriza por sua fragilidade para atender as necessidades regionais de empregabilidade e para custear seus quadros (*idem*, 2007, p.16).

Em linhas gerais, do ponto de vista social, Alagoas convive com altas taxas de analfabetismo, baixa produtividade, alta concentração de renda, falta de oportunidades de emprego, acesso à saúde deficitária, miséria e pobreza na maior parte da população. No entanto, Carvalho (*ib.* p. 69) nos mostra que os programas sociais do

governo federal vêm produzindo efeitos bastante positivos, principalmente no que se refere à redução dos índices de miserabilidade, saúde e educação. De qualquer forma, como nos aponta Lira (2007 p.88), o desenvolvimento do sistema produtivo ocorre “diferencialmente, de acordo com determinantes políticos e estruturais da economia local, já que um padrão de desenvolvimento constitui-se numa opção estrutural socioeconômica concreta”.

O histórico alagoano ilustra a completa ausência da tradição em iniciativa popular organizada. Essa vivência dá contornos às dificuldades que a implementação dos empreendimentos solidários em Alagoas venha a enfrentar. Pode ser também parte da justificativa para a quantidade relativamente baixa de empreendimentos localizados no Estado. O contexto econômico, cuja maior expressão se concentrou no setor sulcroatcooleiro, foi impulsionado pelas políticas federais que se direcionaram para os grandes latifúndios e para a manutenção do coronelismo. Este processo contou ainda com um favorecimento de ordem local associada à total ausência de políticas públicas. Essas condutas de governabilidade constituíram uma realidade pouco favorável a reversão do quadro de miserabilidade que caracteriza a maior parte da população de Alagoas. Sob uma ótica mais focada ao universo do trabalho que parte da atividade rural, tem-se que a realidade que se configurou na região foi bastante antagônica à cultura e organização do trabalho em pequenos núcleos de produção. Primeiro porque os pequenos produtores ou trabalhadores rurais não possuíam subsídios (financiamento, ferramentas, insumos) para constituírem sua produção. Também não detinham os processos para escoamento e comercialização de sua produção ou qualquer outro incentivo para isso. Restringiam-se assim à produção de subsistência, constituída por conhecimentos pouco diversificados de cultivo mais relacionados à cultura sazonal da cana-de-açúcar. Por tudo isso, estabeleceu-se em Alagoas uma das estruturas fundiárias mais nocivas do país para o desenvolvimento de pequenos produtores. A respeito disso, Carvalho (2007 p. 51) faz uma referência ao atraso regional por essa mesma ordenação, considerando a ausência de pequenas unidades produtivas com acesso ao crédito, assistência técnica e facilidade na comercialização. Quanto à realidade que ainda se observa no Estado, o autor comenta: “O mundo rural em Alagoas continua refletindo os traços mais fortes herdados do seu passado colonial: concentração da terra, ausência de diversificação produtiva, pobreza e degradação ambiental” (*idem* p.22). O contexto das cidades não se tornou mais afortunado. O que se verifica é um progressivo aumento da população urbana como consequência direta dos problemas de âmbito agrário. Viu-se

que dois em cada três trabalhadores urbanos estão trabalhando informalmente já que o processo de urbanização não se deu a partir de novas oportunidades de trabalho.

Esta ausência de tradição em economia e organização do trabalho popular talvez se constitua nos elementos mais importantes que compõem o cenário de lamentações das lideranças dos empreendimentos solidários. Esses depoimentos ilustram as justificativas do porquê desses empreendimentos não deslancharem economicamente. Os relatos colhidos têm foco no próprio trabalhador; sua inoperância e falta de compromisso com o negócio. Esperava-se que, pelo fato de serem esses trabalhadores sócios do empreendimento e donos de seus processos produtivos – com direito à voz nos processos de gestão, estivessem motivados a se engajarem na luta por fazer prosperar o empreendimento grupal. No entanto, não é isso que se observa. Ao que tudo indica, o trabalhador vê os compromissos autogestionários como fardos que não se convertem em maiores ganhos, mas tão somente em mais atribuições que o remetem a tantas outras atribuições para que esteja capacitado a operá-las.

O processo autogestionário constitui-se, para o trabalhador, como algo inviável. Mais que isso, impraticável e insuportável, frente às necessidades tão imediatistas que batem à sua porta. Há uma incompatibilidade entre as urgências pessoais do trabalhador e as perspectivas do processo autogestionário. Essas perspectivas são sempre postas em longo prazo e fundam-se em promessas e exigências complexas e pouco seguras. Essa incompatibilidade passa pelas exigências presentes na proposta da autogestão e os benefícios capitais que proporcionam ao trabalhador.

Os depoimentos confirmam então os dados coletados no levantamento do SES. O trabalhador filia-se ao cooperativismo principalmente pelos benefícios monetários e a melhoria de qualidade de vida que isso pode representar. Pela lógica autogestionária, por sua vez, este trabalhador é chamado à participação por uma perspectiva de qualidade que, por princípio, não está resumida ao retorno financeiro imediato, mas aos propósitos solidários. Há, então, uma incompatibilidade entre os interesses do trabalhador e aqueles expressos pelos princípios da ECOSOL. Tal incompatibilidade perpassa os processos, os meios e a forma de oferecer e obter benefícios. Talvez, essa incompatibilidade esteja associada a uma questão temporal, ou seja, no tempo necessário para que o conjunto de ações e o investimento pessoal de cada trabalhador tenham efeito e convertam-se em rendimentos e retorno social para este trabalhador e para seu grupo. Se isso ocorresse de pronto, de modo que premiasse os esforços, tudo bem. Na vida de cada trabalhador há uma condição insustentável de

necessidades pessoais e primordiais cuja solução está diretamente associada a ganhar dinheiro. Para a proposta solidária isto é uma consequência, um dos resultados de um processo a ser construído.

Ao que tudo indica, essa tensão gerada entre os interesses mais imediatos do trabalhador e a proposta de ECOSOL associada à dinâmica de mercado – em que há urgência de consolidação do negócio – tende a dificultar que o empreendimento permita o fazer pela “tentativa e erro”. Esse, que é um importante fator para o processo de aprendizagem de seus adeptos, é uma possibilidade que acompanha o cooperativismo desde a sua fundação (CARVALHO 2007, p. 33). Nessa lógica de estratégia da Economia Solidária como expressão prática para formação de trabalhadores, é preciso considerar como resultado que este trabalhador alcance o exercício de uma práxis favorável à formação de agentes sociais. Isto parece supor um longo caminho. Para que os indivíduos possam trilhar este caminho, a autogestão é o condutor. O fator mais sedutor deste processo está, por sua vez, na possibilidade de que a aprendizagem daquilo que não é puramente técnico seja incorporado aos meios de vida, por via do processo produtivo. Contudo, não se trata de qualquer aprendizado, mas daquele relativo às competências fundamentais na transformação, por exemplo, do modo como o cidadão se coloca frente à vida e a seus problemas. Portanto, é algo desafiador, que associa economia e educação popular. Como nos mostra Gadotti (1999 p.21) “constitui-se numa força no interior do capitalismo, mas sem se confundir com ele ou com a essência dele, que é a exploração do trabalho”.

Pelo entendimento da Economia Solidária como processo de formação por via da autogestão, é possível entender o interesse de envolver em sua proposta o maior número de trabalhadores – ainda que estes não tenham o perfil que pressupõem os princípios solidários. É uma estratégia de formação e transformação em grande escala, visando que trabalhadores atuem como sujeitos dos seus destinos, ao tempo que é também, uma proposta de acesso à renda e a todas as condições de garantia de direitos econômicos e sociais. Aliás, esses dois campos (econômicos e sociais), em essência, fundem-se numa dinâmica que compreende o termo inclusão por um sentido mais amplo: acesso ao trabalho, à renda, à possibilidade de adquirir bens e serviços e à perspectiva de garantia de direitos de participação e desenvolvimento pessoal e político. Neste entendimento, o simples fato de prover renda de subsistência de modo desatrelado do processo produtivo representa apenas meio caminho andado. Metade de um caminho que é imprescindível porque é a garantia mínima do direito de existir, mas não é a

condição desejada. A inserção no mercado de trabalho que fixa o trabalhador de modo precário não promove a inclusão; apenas o ilude. Sendo assim, não pode representar avanço algum. Portanto reforça-se: o que atrai a Economia Solidária para um projeto de desenvolvimento sustentável é sua perspectiva de formar para uma nova mentalidade, provocando e construindo um novo paradigma produtivo e social. Isto implica em desconstruir a cultura industrial e do assalariamento e inserir neste contexto valores solidários. Este é o desafio. Para que haja um processo de transformação, uma condição inicial é essencial: o empreendimento deve prover o trabalhador de modo que possa sanar suas necessidades básicas, a partir de sua capacidade de produzir. Esta é a condição inicial que o trabalhador precisa para começar a se entregar à proposta.

Não se pode esquecer que a organização popular produtiva se dá pela necessidade. O trabalho é o meio de vida do indivíduo assim como o produto desse trabalho é o meio de vida da comunidade e de toda a sociedade.

Do ponto de vista das possibilidades de prover renda, os dados da tabela 3 – ver abaixo – mostram que os empreendimentos ainda não podem ser considerados uma alternativa atraente. Isto ocorre em Alagoas, tal qual em todo o Brasil. Contudo, verifica-se que em Alagoas há um percentual mais alto de empreendimentos que consegue oferecer rendimentos entre as faixas correspondentes a meio e um salário mínimo. Esta é a média do Brasil ou Nordeste. Em relação a estes dois parâmetros geográficos, é percentualmente menor o número de empreendimentos em Alagoas que não ofertam qualquer rendimento aos seus trabalhadores. O que se observa é que esta condição básica do empreendimento que serve como meio de vida, ainda não foi alcançada. Esta condição pode ser preponderante na desmotivação e desarticulação do grupo.

Tabela 3: Renda per capita por UF, Região NE e Alagoas

UF	0 SM	Até 1/2 SM	De 1/2 a 1 SM	De 1 a 2 SM	De 2 a 5 SM	5 SM ou mais
Acre	404	37	72	22	8	0
Alagoas	73	91	86	22	10	2
Amazonas	157	79	122	71	32	0
Amapá	69	25	29	23	6	5
Bahia	1317	120	113	38	16	7
Ceará	874	656	234	65	22	3
Distrito Federal	143	90	102	41	8	2
Espírito Santo	308	66	61	54	23	8
Goiás	325	127	86	99	77	23
Maranhão	398	188	140	53	11	3
Minas Gerais	461	382	248	103	34	8
Mato Grosso do Sul	154	78	72	27	7	2
Mato Grosso	558	54	74	44	10	7
Pará	462	44	37	26	4	1
Paraíba	318	184	103	43	17	5
Paraná	279	241	151	72	50	15
Pernambuco	710	401	252	125	33	5
Piauí	719	511	193	36	9	4
Rio de Janeiro	360	529	255	143	49	7
Rio Grande do Norte	402	191	136	52	28	8
Rondônia	111	58	48	42	25	9
Roraima	65	25	22	10	4	0
Rio Grande do Sul	1058	285	317	274	128	23
Santa Catarina	339	62	104	98	74	13
São Paulo	242	156	204	147	54	10
Sergipe	281	92	54	17	20	7
Tocantins	400	37	42	18	4	1
Não Informado	0	0	0	0	0	0
Total UF	10987	4809	3357	1765	763	178
NE	0 SM	Até 1/2 SM	De 1/2 a 1 SM	De 1 a 2 SM	De 2 a 5 SM	5 SM ou mais
Alagoas	73	91	86	22	10	2
Bahia	1317	120	113	38	16	7
Ceará	874	656	234	65	22	3
Maranhão	398	188	140	53	11	3
Paraíba	318	184	103	43	17	5
Pernambuco	710	401	252	125	33	5
Piauí	719	511	193	36	9	4
Rio Grande do Norte	402	191	136	52	28	8
Sergipe	281	92	54	17	20	7
Total NE	5092	2434	1311	451	166	44
% Nacional	50,26	22,00	15,36	8,07	3,49	0,81
% Nordeste	53,61	25,63	13,80	4,75	1,75	0,46
% Alagoas	25,70	32,04	30,28	7,75	3,52	0,70

* SM = SALARIO MINIMO

SIES: 2006

Seria coerente se os empreendimentos estivessem de algum modo disponibilizando benefícios sociais, apesar de ainda não possibilitarem bons rendimentos monetários. Isso funcionaria como uma estratégia compensatória. Contudo, não é isso que se verifica. O levantamento do SIES apresentado na tabela abaixo nos mostra que os benefícios, garantias e direitos para sócios (as) que trabalham nos empreendimentos inexistem para 66% dos empreendimentos apurados. O benefício mais recorrente é a qualificação dos profissionais que ocorre em 14% dos empreendimentos.

Tabela 4: Benefícios garantias e direitos dos sócios

DESTINOS DAS SOBRAS	TOTAL
Não existem	80
Qualificação social e profissional	09
Equipamentos de segurança	01
Descanso semanal remunerado	01
Gratificação natalina	06
Férias remuneradas	04
Comissão de prevenção de acidentes no trabalho	03
Outros	01

SIES: 2006

Os empreendimentos visitados refletem uma realidade de descontentamento generalizado e estabelece por isso um impasse inicial para a proposta. Não se pode esquecer que o processo produtivo na autogestão ainda que seja uma estratégia para a práxis de aprendizagem grupal, tem como pressuposto que os problemas e necessidades do empreendimento sejam os fatores mobilizadores para busca de recursos. Isto requer um tipo de ação diretamente orientada para a solução do problema a partir dos esforços do grupo e de cada um que dele participa.

Na estratégia adotada pela Secretaria Nacional – SENAES – para constituição dos empreendimentos solidários e para o processo de formação dos agentes sociais, a remuneração não representa o todo, mas é reconhecidamente uma condição de partida importante e uma preocupação, já que é um fator de vulnerabilidade da proposta.

A remuneração é o fator que dá condição ao trabalhador para comprometer-se e entregar-se à proposta solidária e seus desafios. De certo que uma proposta que tem

por objetivo provocar uma transformação qualquer não pode depender de que esta mudança já esteja dada para poder operar. Nessa mesma linha de raciocínio, para além da sustentabilidade do empreendimento e mais focado na especificidade do processo formativo, a autogestão, enquanto prática educativa deve considerar os entraves e dificuldades que surgirão ao longo de seu exercício, algo a ser entendido e incorporado ao processo como elemento de aprendizagem e de mudança. Senão, constituir-se-ão em empecilhos à evolução do grupo. Neste processo de aprendizagem muitos vícios ou repetições podem ocorrer. Eles surgem e devem servir de matéria prima ao processo de desenvolvimento desses trabalhadores. No entanto soam mais como pulsão irritativa para lideranças ou aqueles adeptos do grupo que compreendem melhor os princípios autogestionários ou solidários. A repetição de posturas do trabalhador incompatíveis à autogestão representa valores arraigados do mesmo modo que é a irritação e intolerância daqueles que as observam. Estas expressões de irritação, por sua vez, são respostas quase automáticas em atribuir a estagnação do empreendimento ao trabalhador; de responsabilização pelo fracasso ou dificuldade vivida no empreendimento; má vontade, preguiça, inaptidão ou falta de comprometimento. De qualquer modo, a irritação pode ser vista como uma postura reativa que expressa a impotência, inabilidade ou falta de compreensão dos propósitos formativos da autogestão ou da falta de domínio para atuar no campo da aprendizagem da autogestão.

O conflito que gera pressão na relação do trabalhador com o empreendimento e segue a lógica perversa do sistema salarial, à medida que se mantém a dinâmica do trabalho de subsistência e da busca por resultados rápidos. Essa condição traz em seu bojo todo um mecanismo de culpabilização do trabalhador, ainda que pautado em princípios diferentes. A sensação é de que a dinâmica das relações de trabalho assalariado se repete em seus meios, também nos ambientes de autogestão.

O impasse, por um lado, manifesta-se, principalmente, pela necessidade de subsistência e, por outro, a exigências para impulsionar o empreendimento num contexto altamente competitivo. Os desentendimentos e dificuldades relacionais implicadas no exercício da autogestão aparecem como problemas coadjuvantes insolúveis e não como instrumentos de formação profissional e social. Essa fragilidade manifesta no perfil dos empreendimentos tem como marca o jogo de culpabilidades mútuas que é, antes de tudo, uma consequência da escassez de recursos financeiros. Este parece ser o parâmetro avaliativo mais evidente nos empreendimentos visitados. Sugere-se, então, que os rendimentos num padrão melhor funcionariam como fator

motivacional para que se jogue o jogo da autogestão. Em realidade, além de parques, os rendimentos muitas vezes não são regulares. Uma entrevistada relata que: “As retiradas mal servem para cobrir as despesas familiares e não é possível planejar nada”.

No entanto, a possibilidade de rendimentos mais dignos não representa a garantia de engajamento político, ou ainda, não representaria que se tenham incorporados os princípios solidários na gestão do empreendimento. Isto seria em si, a transformação desejada, ou seja, a mudança individual a partir de sua relação com o grupo de trabalho pelo exercício da autogestão. Numa segunda etapa desse processo de transformação grupal, do ponto de vista didático, a partir da dinâmica de interação deste grupo com a ampla rede social em que atua ou venha atuar, o indivíduo deveria, então, fazer reverberar seus conhecimentos e potencialidades construídas a partir da troca com seus pares de trabalho. Nesse interjogo reside o papel de agente social, supostamente constituído e fortalecido pela práxis do exercício autogestionário.

Daí bifurca-se duas vertentes na análise que aqui se seguirá: a primeira vai tratar da aplicabilidade da autogestão e a segunda irá ocupar-se dos desdobramentos do exercício autogestionário no campo do agente social, num contexto coletivo, fora do ambiente de trabalho ou do empreendimento – ambiente comunitário ou de atuação em outra forma de participação social. Segue, então, a primeira vertente pontuando os indicadores de autogestão adotados pelo SIES. São seis os indicadores de referência utilizados nesse estudo visando identificar o exercício de autogestão nos empreendimentos: participação nas decisões cotidianas; eleição da diretoria; prestação de contas aos sócios; acesso ao registro de informações; decisão sobre o destino das sobras e fundos; definição do plano de trabalho, contratações e remunerações.

A participação nas decisões cotidianas conta com mecanismos que permitem a participação dos trabalhadores. As assembleias são uns desses mecanismos. Sabe-se, contudo, que sua formalização não representa, efetivamente, participação do trabalhador. É preciso observar se a atuação participativa representa uma efetiva abertura do trabalhador nesses espaços. Contudo, a participação não deve estar restrita somente aos ambientes formais, deve manifestar-se também nas atividades cotidianas, incorporadas ao dia a dia do empreendimento.

A eleição da diretoria é um importante subsídio de aprendizagem de gestão. Há uma tendência de grupos de gestores perpetuarem-se na direção do empreendimento dada a experiência acumulada. A segurança e confiança que o grupo acaba depositando sobre eles, e até mesmo comodismo, são outros fatores que contribuem para

permanência vitalícia do grupo de gestão. Do ponto de vista da administração clássica essa permanência pode até ser tomada como desejável. Para a autogestão, a prática de renovação e eleição da gestão é oportunidade de manutenção da representatividade dos adeptos, de aprendizagem de gestão e de articulação política.

A prestação de contas aos sócios é uma prática importante para definir transparência nas ações dos gestores. É, sobretudo, um exercício de democracia empresarial que demanda tempo e recursos apropriados. Não é difícil encontrar nos empreendimentos solidários práticas bem sistematizadas de prestação de contas ainda que seja verificado certo constrangimento por parte de todos ao tratar o tema.

O acesso aos registros parece ainda ser uma prática pouco confortável aos trabalhadores que buscam essas informações, já que são comumente utilizados os mesmos padrões de armazenamento documental da administração clássica. O sigilo e a restrição de acesso aos documentos importantes ainda são preponderantes em tais mecanismos. Isso indica a necessidade de desenvolver e adotar condutas compatíveis à proposta da autogestão.

O destino das sobras e fundos não parece ser uma questão de grandes embates no cotidiano dos empreendimentos. Isto porque é pouco comum que a contabilidade feche com saldo de sobras. Quando ocorre, o mais usual é o reinvestimento do recurso no próprio negócio, ou ainda, a criação de fundos sociais já previstos na constituição do empreendimento. A distribuição das sobras entre os trabalhadores também é uma prática bastante usual. Nesses casos, as discussões giram em torno dos percentuais a serem distribuídos entre os beneficiados.

A definição do plano de trabalho, das contratações e remunerações é o mais controverso assunto da autogestão. A política do assalariamento arraigada em nossa organização social e toda a sua vinculação com os processos de capacitação, formação, e, em última instância, de diferenciação de classes e papéis sociais manifestam-se fortemente na prática autogestionária. Os grupos apresentam dificuldades de acordo na distribuição igualitária dos rendimentos e de remuneração. O assunto pode servir para mobilizar frutífera discussão, de modo a favorecer uma compreensão acerca dos mecanismos sociais vinculados aos processos produtivos. A divisão de tarefas e o acúmulo de atribuições na produção e na gestão também é um dos grandes desafios dos trabalhadores autogestionários. É necessário equacionar questões relativas à: produtividade, gestão eficiente, escassez de recursos materiais, qualificação de recursos humanos, competitividade, além da compatibilidade com o mercado de trabalho e

concorrencial, capacitações, contratações especializadas, entre outros. Trata-se de um campo bastante fértil para debates e de possibilidades de amadurecimento do grupo. Por outro lado, são nesses impasses não resolvidos que se encontram as maiores dissidências grupais.

A consolidação dessas práticas nos empreendimentos torna possível supor que a autogestão esteja ocorrendo pela égide de seus princípios ou, ao menos, já se tenha estabelecida uma ambientação que sirva de alicerce para o fortalecimento ou recrudescimento de agentes sociais – isso porque a autogestão depende essencialmente da qualidade das relações que se travam nessas instâncias. É esperado que os empreendimentos atuem em consonância com esses indicadores e que suas práticas reflitam essas referências nas atividades de geração de renda, ao tempo em que se preparam ou já assumem um papel participativo junto à comunidade da qual fazem parte. De maneira específica, a autogestão, pela aplicação de seus princípios, deve ser catalisada na participação sociopolítica e transcender os espaços do empreendimento para a vida em comunidade de seus adeptos. Nisso está o elo de que se ocupa este trabalho: relativizar a prática autogestionária em Alagoas e analisar seus efeitos para a formação de indivíduos em agentes sociais. Voltando-se à efetividade da prática autogestionária, a tabela abaixo mostra o número e a porcentagem de empreendimentos de Alagoas que afirmam orientar-se pelos indicadores de autogestão. No que diz respeito a esses indicadores, os relatos coletados no mapeamento dão conta de que Alagoas, a exemplo do que ocorre em toda a região nordeste, encontra-se dentro da média nacional (vide quadro abaixo).

Tabela 5: número e % de empreendimentos por indicador de autogestão

Abrangência	Acesso a registros e informações		Destino sobras e fundos		Eleição da diretoria		Prestação de contas		Define contratos e remunerações		Planejamento do EES		Decisões cotidianas no EES		Qtt EES
	Qtt	%	Qtt	%	Qtt	%	Qtt	%	Qtt	%	Qtt	%	Qtt	%	
Brasil	12847	58,8	10529	48,2	13051	59,7	13111	60,0	2881	13,2	9029	41,3	14555	66,6	21.859
Nordeste	5970	62,9	4548	47,9	6338	66,7	5912	62,2	893	9,4	3744	39,4	6325	66,6	9.498
Alagoas	186	65,5	99	34,9	199	70,1	154	54,2	24	8,5	84	29,6	148	52,1	284
Maceió	15	55,6	13	48,1	8	29,6	14	51,9	4	14,8	11	40,7	20	74,1	27

SIES: 2006

Verifica-se nos aspectos levantados, que os empreendimentos alagoanos mantêm um nível de participação compatível à realidade do Brasil. Tem-se aí um dado bastante positivo para perspectiva da iniciativa solidária no estado. Isto sugere que estão estabelecidos os recursos mínimos para exercício da autogestão, ainda que venham a ocorrer, em geral, nas condições observadas nos empreendimentos visitados. Os momentos de participação nas decisões cotidianas possuem dois canais principais: as assembleias e reuniões coletivas. Os empreendimentos de Alagoas realizam essas atividades com uma periodicidade razoável. Na tabela abaixo, observa-se que, dos empreendimentos levantados pelo SIES, 66% realizam esses encontros mensalmente e outros 10% de empreendimentos, bimestralmente.

Tabela 6: Periodicidade de reuniões dos Empreendimentos Solidários

Periodicidade da assembleia geral/reunião do coletivo de sócios (as) dos empreendimentos		
PERIODICIDADE	TOTAL	%
Mensal	186	66,2
Bimestral ou trimestral	30	10,7
Semanal ou quinzenal	25	8,9
Anual ou mais de um ano	12	4,3
Semestral	11	3,9
Outra	11	3,9
Não realiza	06	2,1
TOTAL	281	100,0

SIES: 2006

Existe certa tendência de que esses momentos se façam de modo estereotipado. Como num rito de acomodação grupal, as pautas apresentam pouca variação entre as assembleias e as participações são mais ou menos previsíveis, com assuntos discorridos de modo protocolar. No entanto, isso não impede que ocorram momentos de divergências que comumente são tomados por certa tensão. Tais circunstâncias deixam nítido o teor político que se engendra no cerne das instituições e transcende os espaços das assembleias ou reuniões. O clima de discordância passa a orbitar fora das assembleias e manifestam-se nas conversas, de modo geral, como num

jogo de dissuasão de opiniões que se estabelece com vistas a buscar representatividade para os processos decisórios e o voto que cada trabalhador possui. É possível que os interesses que mobilizam esses movimentos não estejam propriamente associados aos interesses coletivos ou àqueles motivados em favor do empreendimento. Contudo, é a partir dessa vivência que vai delineando-se o amadurecimento do grupo. Os espaços de participação coletiva como reuniões e assembléias, em geral são percebidos como desgastantes pelos adeptos. Alguns relatos corriqueiramente manifestos apontam certa preferência por modelos clássicos de hierarquia nos processos decisórios.

Os históricos dos empreendimentos são comumente marcados por conflitos, disputa de lideranças e divergências que culminam, muitas vezes, no afastamento dos dissidentes. Em geral, os empreendimentos têm mais associados formalmente registrados do que aqueles que de fato atuam regularmente. Muitos daqueles que não conseguem fazer valer suas opiniões ou interesses acabam se afastando. Uma análise comum desses que se afastam é que os ganhos não compensam o desgaste dos processos participativos e as demandas da gestão. Ainda que pareça comum a ocorrência dos afastamentos, na tabela abaixo se verifica que em Alagoas 54% dos empreendimentos permanecem com mesmo número de sócios em 12 meses e em 29% houve um aumento dessa quantidade. Entretanto, os dados não informam se, nesses casos, há participação ou presença cotidiana de todos os sócios nos empreendimentos.

Tabela 7: Oscilações de participantes em empreendimentos nos últimos 12 meses - Alagoas

Quantidade de empreendimentos em que houve aumento	Quantidade de empreendimentos em que houve redução	Quantidade de empreendimentos que permaneceram iguais	Total
83	48	152	283

SIES: 2006

O problema de conflitos grupais é próprio do exercício da autogestão. Este é um tema que, por ser determinante para o sucesso do empreendimento e para a formação dos associados, requer um acompanhamento especializado em gestão participativa ou mediação desses conflitos. Afinal, o exercício de gestão participativa compõe um fundamento da proposta solidária e pode ser mesmo um fator que leva ao desfazimento de um empreendimento. Este aspecto é mesmo uma preocupação recorrente declarada em entrevista junto ao SENAES. No entanto, não é o foco principal

das capacitações conforme se observa no levantamento do SIES. Veremos logo mais que o item que poderia melhor ilustrar essa preocupação está mais bem compreendida no que ficou em terceira posição, o da Formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária).

A Tabela 08 aponta que 74% dos empreendimentos de Alagoas afirmaram ter sido submetido a algum tipo de capacitação. Os órgãos governamentais estiveram nesses processos em 37% dos empreendimentos. Em seguida, vieram as ONG's, responsáveis por 24% das capacitações ou assessorias. O Sistema S também contribuiu em 23% dos empreendimentos. Com 8% e 6% está o movimento sindical e as universidades, respectivamente. Isto aponta a dimensão multifacetada da origem das capacitações e da intensidade em que elas ocorrem.

Os temas que aparecem com maior frequência são: Qualificação profissional, técnica e gerencial; Assistência técnica e/ou gerencial; Formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária), respectivamente. Esta ação de capacitação e acompanhamento é relatada pelos empreendimentos visitados como um dos principais suportes pelo qual o grupo dispõe de respaldo.

Tabela 8: Participação em capacitações ou obtiveram apoio

RESPOSTAS	TOTAL
Sim	209
Não	75
Total	284

SIES: 2006

Tabela 9: Tipos de apoios obtidos pelos empreendimentos

TIPOS DE APOIO	ORDEM 1	ORDEM 2	ORDEM 3	TOTAL
Assistência técnica e/ou gerencial	52	18	11	01
Qualificação profissional, técnica, gerencial	73	28	04	05
Formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária)	31	25	07	03
Assistência jurídica	05	05	01	01
Assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços	05	16	09	03
Diagnóstico e planejamento	05	13	10	08
Assessoria na constituição, formalização ou registro	28	24	11	03
Outros	08	07	04	09

SIES: 2006

Tabela 10: entidades que forneceram apoio aos empreendimentos

Entidades que forneceram apoio	Total
Órgãos governamentais	09
ONGs, OSCIPs, Igrejas, associações e conselhos comunitários, etc	02
Sistema “S” (Sebrae, SESCOOP, etc)	09
Movimento Sindical (Central, Sindicato, Federação)	05
Universidades, incubadoras, Unitrabalho	08
Outra	05
Cooperativas de técnicos (as)	02

SIES: 2006

Uma vez dimensionada como se processam as práticas autogestionárias dentro dos empreendimentos, pode-se refletir então sobre a segunda vertente dessa análise, ou seja, acerca dos desdobramentos que a vivência autogestionária na forma relatada, traz para a vida em comunidade. Quais os efeitos se verificam na perspectiva de atuar no círculo que se estabelece entre educação para cidadania, produção e seus processos e a consolidação de novas relações sociais? Há como indicadores para analisar este aspecto: a participação do empreendimento em alguma rede ou fórum de articulação; se possuem alguma relação ou participam de movimentos sociais e populares; se os empreendimentos participam ou desenvolvem alguma ação social ou comunitária.

As médias da participação social em Alagoas são sempre inferiores às médias nacionais, contudo, os dados demonstram que há sim uma vinculação dos empreendimentos com ações de cunho comunitário ou coletivo para além dos processos produtivos. O estudo não estabelece, entretanto, se estas ações estão vinculadas a alguns componentes do grupo ou se estão presentes na dinâmica do empreendimento. Também não nos permite avaliar como se situa a aderência dessas participações ao longo da vida dos empreendimentos – se foi crescente ou se foi diminuindo através dos tempos. Há de se considerar também que a própria Economia Solidária prevê mecanismos de participação legítimos como seus Fóruns e Conferências. A Tabela 8 mostra que muitas das participações dos empreendimentos em mecanismos de participação social são atribuídas a este meio. Embora isto aponte que os recursos não foram introduzidos na comunidade pela própria ação de seus componentes – o que seria um indicativo de

mobilização da comunidade e desse modo, um sinal de amadurecimento coletivo – não deixa de representar um instrumento legítimo de participação popular. Mais que isso, ilustra certa capacidade da iniciativa solidária de introduzir na vida de seus trabalhadores mecanismos de participação clássicos que existem associados aos seus processos produtivos.

Tabela 11: Participação em rede ou fórum de articulação

RESPOSTAS	TOTAL
Não	168
Sim	116
Total	284

Tabela 12: Redes de articulação dos empreendimentos

TIPOS DE REDE/FÓRUM DE ARTICULAÇÃO	TOTAL
Fórum ou Rede de Economia Solidária	34
Ongs, Igrejas, Pastorais, Fundações etc. Quais?	14
Movimentos social ou sindical. Qual?	14
Federações de cooperativas. Qual?	13
Redes de produção/comercialização. Qual?	12
Conselhos de gestão e fóruns de participação em políticas	10
Outras articulações ou redes. Qual?	10
Complexos cooperativos. Qual?	4
Centrais de comercialização. Qual?	4
Outros	24

É considerável também o número de empreendimentos que mantém vínculos com movimentos comunitários e outros que atuam na defesa de direitos populares (ver tabelas 9,10, 11 e 12), principalmente se for levada em conta a história política do Estado, a ocasião em que muitos desses empreendimentos foram fundados e, conseqüentemente, os fatores de motivação que levaram à adesão do trabalhador. Embora esses motivos possam ser considerados suficientes para justificar um descolamento dos empreendimentos de suas articulações e/ou vocações políticas, podemos avaliar como expressivo os vínculos que os empreendimentos mantêm com instâncias coletivas. Mesmo com as adversidades citadas, os dados mostram que parte expressiva dos empreendimentos mantém interfaces com o ambiente externo

comunitário permitindo o fluxo intersocial entre o empreendimento e a comunidade. Reforça-se que isto contraria as expectativas sugeridas por todo o contexto que deu origem ao empreendimento, já que sua criação pouco estimulava a constituição e manutenção de vínculos comunitários e de busca de direitos coletivos.

Tabela 13: Relacionamento ou participação em algum movimento social e popular

Respostas	Total
Não	148
Sim	136
Total	284

Tabela 14: Tipos de movimentos que participa o empreendimento

TIPOS DE MOVIMENTO	TOTAL
Movimento comunitário	65
Movimento de luta pela terra e agricultura familiar	43
Movimento sindical urbano ou rural	34
Religioso ou pastoral	20
Mulheres / gênero	15
Movimento ambientalista	14
Movimento pela igualdade racial	12
Movimento de luta por moradia	6
Movimento de ameaçados ou atingidos por barragens	1
Outro movimento	13

Tabela 15: Participação em alguma ação social ou comunitária

Respostas	Total
Não	147
Sim	137
Total	284

Tabela 16: Áreas em que desenvolvem ações

ÁREAS DE ATUAÇÃO	TOTAL
Educação	70
Saúde	54
Meio ambiente	36
Trabalho	32
Moradia	23
Lazer/esporte/cultura/religião	22
Alimentação/doações/instituições/assistência social	20
Redução da violência	13
Outra	8

Ainda que os empreendimentos apresentem sinais claros de inter-relação das demandas do empreendimento com questões de ordem coletiva, assim mesmo, há necessidade de acompanhar a evolução desses vínculos na vida do empreendimento e da comunidade. Isto porque tais vínculos são os eixos que fundamentam o empreendimento do ponto de vista de sua relevância para o desenvolvimento da coletividade, sendo, portanto, uma das engrenagens do desenvolvimento popular. À medida que se estabelece os vínculos do empreendimento com a comunidade, permite-se que o empreendimento se oxigene em valores sociais. Em sentido inverso, as competências adquiridas pelas vivências intragrupo transcende os espaços do empreendimento e coloca-se a serviço do desenvolvimento coletivo e da vida em comunidade. Tem-se, por essa via, a inserção política dos indivíduos atuando ao mesmo tempo para o seu desenvolvimento e de seu grupo. Com isso, vislumbra-se a possibilidade de ampliar a conjugação entre os processos produtivos e a participação político-social. Esta perspectiva tão fragilizada pelas circunstâncias macro social torna-se ainda mais distante à medida que o trabalhador se coloca de maneira tão absorva em seu empreendimento e se fecha para a ação junto à sua comunidade. Este é um risco eminente dado o acúmulo das atividades de gestão e de capacitações que se agregam às atividades de produção. Nesses termos, tanto o trabalhador quanto o produto de seu produto, nada teria haver com seu entorno ou comunidade, de modo que não o remeteria a estabelecer vínculos ou participar de sua rede comunitária. Tal circunstância compõe a fórmula que afasta o indivíduo da vida em comunidade e do sentido de coletividade. Este risco, à medida que se materializa, esvazia a perspectiva que combina emprego e renda com relações de trabalho justas e solidárias.

Como apresenta Gadotti (1999 p. 26) “o processo de educação socialmente produtivo cobra sentido na medida em que contribui para transformar as relações de produção, construir e consolidar novas relações sociais”. Esta vinculação viabiliza-se na articulação dos empreendimentos com outras formas de organizações sociais. Em Alagoas, ainda que em proporções menores do que a média nacional e ainda que de maneira mais tímida e frágil do que a desejável, esta vinculação ocorre. No entanto, se for analisada sob essa ótica, esta potencialidade formativa e de atuação política popular está presente de maneira mais intensa do que faz possível supor o cenário histórico, político e econômico tão pouco favoráveis. Isto faz perceber o potencial da iniciativa solidária e da autogestão como estratégia e alternativa a ser considerada e valorizada como uma ferramenta de promoção da cidadania e formação para um desenvolvimento de modo sustentável.

Este estudo fez referência a Rosenfield (p. 40 e 41) e aos importantes parâmetros que estabeleceu para análise do vínculo do trabalhador com a iniciativa autogestionária. A autora sugere mudanças que devem se processar nos empreendimentos para que avance na perspectiva autogestionária. Relaciona com aspecto referencial:

- Romper com a visão do trabalho assalariado e tudo que implica a desconstrução de modelo de submissão do trabalho capital;
- Romper com a visão de que o trabalhador necessite de ordens superiores para poder tomar iniciativas;
- Assumir e acreditar na iniciativa do ponto de vista político/ideológico e não somente nos ganhos individuais que ela pode propiciar.

Ao analisar a realidade dos empreendimentos de Alagoas frente às mudanças que a autora sugere, observa-se que ao se perguntar se os empreendimentos de Alagoas se caracterizam pelo rompimento do trabalhador com a visão do trabalho assalariado, a resposta é não. No que diz respeito ao rompimento dos trabalhadores com a visão hierarquizada e com o modelo de submissão, nota-se que isso também não é uma realidade. Quanto aos trabalhadores acreditarem na iniciativa por seus aspectos político-ideológicos como um valor maior que as possibilidades de ganhos individuais, a resposta também é não.

A realidade dos empreendimentos autogestionários em Alagoas tem como traço mais marcante uma prática autogestionária mais próxima daqueles modelos cuja participação dos trabalhadores caracteriza-se apenas uma inserção individual numa

proposta coletiva, enquanto soma de esforços. O manifesto nos empreendimentos ainda é a pouca maturidade participativa, o constante apelo à gestão hierárquica e o projeto político-ideológico abafado pela necessidade de auto-sustentabilidade financeira do empreendimento.

Isto sugere que, pautados pelos referenciais propostos por Rosenfield para analisar autogestão, muito pouco avançou esses empreendimentos que, em grande parte, possuem mais de dez anos de existência. Se considerarmos os pretensos compromissos transformadores embutidos no processo autogestionário e da Economia Solidária – em que a mentalidade salarial é algo transitório – há de se questionar as condições, recursos, os prazos necessários e quais maneiras são indispensáveis para que tal transformação se manifeste.

Embora as transformações que se operam nos empreendimentos em Alagoas não se configurem pelos parâmetros tratados no parágrafo anterior, é observável uma dinâmica diferenciada presente nas relações de trabalho dos empreendimentos. Há um clima que expressa a densidade da participação no modo de se fazer as coisas. Verifica-se certa pujança do trabalhador sobre seu trabalho, o que é próprio daqueles que não fazem somente porque assim lhe foi ordenado. Há também nos relatos o peso da complexidade do exercício participativo. Isso foi percebido mesmo como reflexo da aplicação da autogestão e dos valores solidários, ainda que ocorram tão somente pela instrumentalização da proposta de gestão coletiva. O que fica é a sensação de que aqueles trabalhadores jamais serão os mesmos a partir daquela experiência autogestionária. Então, vem a ideia de que é preciso melhor aproveitar o processo autogestionário como método de formação político-ideológica dos trabalhadores. Para que essas pretensões se tornem mais efetivas, os aspectos subjetivos e os vínculos fundamentais precisam ser mais bem fortalecidos, ou até mesmo, constantemente resgatados na prática autogestionária.

Às vistas daqueles que estão envolvidos no empreendimento, as pressões mais ligadas à viabilidade econômica do empreendimento tomam conta da cena. Todo o resto é apenas um enfadonho e desgastante exercício de gestão participativa que, a exemplo das práticas que se operam na condição salarial, ocorre forçosamente de fora para dentro. A autogestão nas condições observadas parece ainda patinar na suas possibilidades de obter do próprio trabalhador a energia vital para manutenção ideológica do empreendimento. Tudo parece secundário frente aos esforços destinados à sustentabilidade econômica dos empreendimentos.

A viabilidade econômica e sua possibilidade de geração de emprego e renda compõem as principais críticas especializadas acerca da Economia Solidária. Do mesmo modo é a maior preocupação dos dirigentes e dos próprios trabalhadores e o principal elemento de capacitação dos formadores e consultores.

É inquestionável a assertiva da preocupação que diz respeito à sustentabilidade do empreendimento, haja vista os baixos rendimentos registrados e a obviedade da relevância da saúde financeira para existência do empreendimento. A questão é: se os investimentos e esforços não estiverem constantemente associados às perspectivas políticas, formativas e integrativas com a comunidade ou entorno; se as relações de grupo no âmbito do empreendimento e suas interfaces com a realidade externa deixarem de ser valorizadas; ou se for perdido seu caráter fundamental de formação política, a iniciativa não estará ceifada da razão que lhe dá sentido pela perspectiva do desenvolvimento sustentável? Não seria essa razão, o elemento que faz da iniciativa potencialmente interessante para processar as transformações que o mundo moderno vem requerendo para escapar de suas armadilhas? Lembra-se que esses artifícios foram constituídos por processos produtivos e que reserva no aspecto relacional da autogestão um potencial formativo por servir de recurso pedagógico para as mudanças de paradigmas produtivos. Na estratégia da autogestão situa-se uma possibilidade pedagógica de dissolução desses paradigmas nocivos, que segue preterida pela necessidade de subsistir do empreendimento. Essa potencialidade transformadora deve ser ressignificada constantemente junto aos empreendimentos e seus trabalhadores para que não se perca entre as pressões de mercado e passe a funcionar apenas como formalidade. Se isso ocorrer, é possível que venha a se tornar um peso morto para seus adeptos. As dificuldades interacionais devem ser mais bem exploradas já que servem de instrumento de aprendizagem. Trata-se mesmo das relações que são estabelecidas em outros contextos do convívio humano, mas que, pela autogestão dos processos produtivos, acontece de um modo muito especial. A autogestão concentra, pela perspectiva solidária, a assunção de valores diferenciados para o campo referencial em que está inserida – o dos processos de produção. Enquanto não forem suplantados os obstáculos de subsistência dos empreendimentos, ou se essas necessidades não ocorrerem por uma equação mais equilibrada com as necessidades da formação política ideológica que resguarda a iniciativa, a Economia Solidária e a prática autogestionária funcionarão empobrecidas já que esvaziadas em seu potencial formativo. A questão está em refletir sobre os meios que faça da Economia Solidária um caminho que facilite aos

trabalhadores suplantarem a condição de meramente subsistirem e, desse modo, atuem com liberdade para a práxis da autogestão e para tudo aquilo que se pretende a partir dela, pela perspectiva da produção solidária. Ainda assim, é possível que a conquista dessa condição não seja suficiente para atingir a plenitude do que se pretende. Para que assumam seu potencial formativo e para que contribuam para o não enfraquecimento da perspectiva político-ideológica, o empreendimento e as vicissitudes relacionais de seus processos necessitam ser acompanhadas, criticadas e elucidadas para que sejam, enfim, lapidadas e amadurecidas de modo construtivo no grupo.

CONCLUSÃO

A necessidade em equacionar os problemas comuns da autogestão nos empreendimentos solidários condiz com um interesse maior que não está, portanto, restrita apenas aos empreendimentos. Há, no exercício de produzir solidariamente e de fazer autogestionário, uma conduta que o mundo necessita para trilhar caminhos menos nocivos às gerações futuras. É a perspectiva de um aprendizado ao modo de Paulo Freire, que se dá pelo real, imbricado no cotidiano dos aprendizes de modo visceral, partindo e transformando as potencialidades de cada um. Ao mesmo tempo em que cada indivíduo se desenvolve, o mesmo ocorre com o seu grupo, no qual intervém ativamente. Esta é a potencialidade da Economia Solidária e da autogestão que este estudo propôs explorar, em um local tão desfavorável quanto se faz o estado de Alagoas.

Mais do que a possibilidade de transformação social preconizada pela Economia Solidária, em que inclusão se dá pelo acesso ao trabalho e renda, esta análise prendeu-se à possibilidade de transformação social pela perspectiva de formação de uma consciência coletiva no indivíduo. Trata-se de uma seara mais subjetiva da Economia Solidária que sua prática sintetiza. Fala-se da subjetividade contida em inserir trabalhadores numa proposta de desenvolvimento sustentável, pela resignificação dos meios de produção associada ao fortalecimento dos processos democráticos. Se há um lugar que precisa disso, esse lugar é Alagoas – por sua realidade social, econômica e política, que decorre de uma história que ainda se faz tão presente por seus traços colonialistas. Por tantas características adversas, Alagoas é um cenário ímpar para que a proposta da Economia Solidária amplie-se e seja disseminada na cultura local.

No cenário alagoano, as finalidades mais complexas que se buscam pelo exercício da autogestão e das relações produtivas solidária são ainda frágeis. Certamente que mais sutil que em determinadas regiões do Brasil, porém, não mais que a média nacional. São vulneráveis também as interfaces dos empreendimentos em seu compromisso coletivo. A necessidade em viabilizar um empreendimento solidário é a necessidade de toda a sociedade. As frágeis relações interpessoais que travam os componentes dos empreendimentos expressam a fragilidade com que os grupos humanos se relacionam em seus espaços de convívio. Trata-se de um modo de atuar e de se relacionar que está cunhado pela cultura industrial e que encontra no microcosmo do empreendimento solidário uma oportunidade para que seja desconstruído e, depois disso, reconstruído sob um novo paradigma: um modo de se relacionar mais condizente às necessidades ambientais do mundo de hoje. A sociedade já tem claros os efeitos da dinâmica social e produtiva do mundo moderno. No entanto, é esta a dinâmica que conduz o modo das pessoas se relacionarem com as coisas, seus grupos e seus pares. Este ponto focal parece se tornar insustentável no dia a dia dos empreendimentos solidários. No mínimo é pouco explorado pelas potencialidades educativas latentes no cotidiano dos empreendimentos. À luz da tipologia sugerida por Rosenfield anteriormente citada, tem-se que a caracterização do momento dos empreendimentos de Alagoas são grupos marcados por indivíduos que estão apenas inseridos numa proposta coletiva. Na maioria, são trabalhadores distantes do projeto político-ideológico e que funcionam pela lógica do trabalho assalariado.

Mesmo que ainda não tenham suplantado as fases iniciais que descreve Rosenfield, os empreendimentos irradiam energia e resguardam a perspectiva de uma atuação de maneira coletiva plena. Mas como aponta Gutierrez (199 pg112), “se estamos interessados em vitalizar e promover o desenvolvimento em escala humana é indispensável que encontremos as formas para dar a máxima importância e promover a partir da prática os valores vinculados ao fator C” (cooperativismo, companheirismo, cooperação, colaboração e comunicação). Essas possibilidades de aprendizagem ainda permanecem pouco exploradas. Talvez, na triste realidade da saturação do planeta, com a escassez dos recursos naturais e poluição, a Economia Solidária encontre reforço para aprimorar-se e expandir relações da produção menos nocivas e, de fato, mais solidárias. Esta é a premissa para construção de novos paradigmas produtivos e de uma nova mentalidade coletiva. Este é um potencial presente na Economia Solidária, não apenas como alternativa de inclusão pela via econômica, mas pela possibilidade de formação de

consciência das relações do indivíduo com seu meio – destacadamente a política participativa e, portanto, de cidadania. A força dessa característica faz-se presente e sentida no convívio com os empreendimentos. Isso, ainda que ocorra na realidade tão adversa do estado de Alagoas.

A Economia Solidária, enquanto proposta de implementação de um novo paradigma, não pode esperar por condições político-sociais mais propícias. Sua proposta é provocar e viabilizar tais condições. Não se pode contar também com o preparo, conscientização e o compromisso de seus adeptos, já que é essa a transformação que se pretende operar. Quanto a isso, na entrevista com representantes da Secretaria da Economia Solidária no Ministério do Trabalho fica evidenciado que se espera que os empreendimentos sejam mais do que uma alternativa de organização do trabalho popular, mas também o reflexo e a consolidação da Economia Solidária como iniciativa alternativa da realidade em que atua. Ou seja, espera-se que o empreendimento atue no sentido de alterar a organização do trabalho sob o paradigma solidário e da autogestão.

A Economia Solidária, pela perspectiva do desenvolvimento sustentável – em suas potencialidades de promover a participação popular, aqui dimensionada pelo papel do então denominado Agente Social –, avançará se atentados aos seguintes aspectos:

- Mais bem aproveitadas sejam as estratégias que estimulem a práxis pelos vínculos propiciados pela autogestão;
- A participação dos empreendimentos e de seus adeptos seja fomentada junto à sociedade civil ou comunidade em que atuam e que sejam ampliados os indicadores que possibilitem acompanhar a evolução do empreendimento;
- Seja superada a dicotomia que se faz presente no empreendimento envolvendo a subsistência do mesmo e os processos de formação intra-grupais.

No conjunto que envolve o processo de autogestão, a Economia Solidária demonstra capacidade de atuar no sentido a que se propõe. Consegue constituir um campo de projeção, exercício e fortalecimento do protagonismo popular. A política de Economia Solidária reafirma também, pelas práticas dos empreendimentos locais, sua preocupação com a criação de mecanismos que venham a institucionalizar participação e controle social, tais como a criação de conselhos paritários e conferências, além de buscar articulações com outras políticas sociais (Schiochet 2009 p. 55). Esses mecanismos participativos mais efetivos são elementos presentes que contam com

participação considerável dos trabalhadores e são referenciais importantes do dia a dia do empreendimento.

As possibilidades da autogestão e da Economia Solidária combinam elementos que perpassam um conjunto muito amplo de propostas colaborativas às perspectivas do desenvolvimento sustentável: inclusão popular na geração de emprego e renda por pequenos empreendimentos; redução do trabalho informal; formação do trabalhador para atuar sob outro paradigma nas relações do trabalho; reafirmação dos vínculos intrínsecos entre indivíduo e coletividade; fortalecimento dos processos de participação e protagonismo popular num contexto político, além de disseminar tantos outros valores tão caros para se alcançar uma sociedade mais justa e viável sob todos os aspectos. Sua coerência com processos consagrados de educação popular, bem como suas contribuições para o fortalecimento da democracia do país, faz da iniciativa uma estratégia de grande atratividade. Nesse sentido, a vocação da Economia Solidária para o desenvolvimento sustentável é explícita, indo além de um construto ideológico ou de uma utopia.

Os grandes impasses globais da sociedade moderna passam por questões multifatoriais envolvendo aspectos econômicos, sistemas produtivos, culturais, políticos e ambientais. Esses impasses conduzem a sociedade moderna numa revisão de valores que pressupõe mudanças muito profundas. Nisso, são poucas as iniciativas que se convertem em proposta agregadora de tantos elementos multisetoriais. A iniciativa da Economia Solidária incorpora valores históricos de oposição à dinâmica de exploração do trabalhador, iniquidade social e degradação ambiental. Encontra nas urgências da sociedade moderna um sentido maior para se desenvolver. Procura assimilar e inserir-se na dinâmica atual da sociedade para gerar uma semente de transformação com a participação das bases sociais compostas pelas camadas populares.

O desenvolvimento sempre foi visto como processo que chega a uma região ou desce de esferas superiores, sob a forma de investimentos públicos ou instalação de empresas privadas. A modernização, no sentido amplo de geração de emprego e renda, valorização da pequena e média empresa, combate à pobreza, redução das desigualdades, provimento de políticas públicas de qualidade, tende a ser vista por uma dinâmica que vem de fora e que a comunidade espera de forma passiva.

O conjunto das experiências com projetos associados ao desenvolvimento local leva a crer que a capacidade de auto-organização local, a riqueza do capital social, a

participação cidadã e o sentimento de apropriação do processo pela comunidade são elementos vitais para consolidação de uma estratégia efetiva do desenvolvimento esperado. Tal desenvolvimento não é, meramente, um conjunto de projetos voltados ao crescimento econômico. Mais que isso, compõe uma dinâmica cultural e política que transforma a vida social. Ao se considerar o macro e micro contexto social, este ideário tem hoje algum espaço para se materializar, fortalecida por políticas sociais que ainda buscam os caminhos de sua implementação e ampliação. Quanto mais compasso tiver com as necessidades contextuais, quanto mais interfaces e complementaridade estabelecer com outras políticas sociais, melhores serão suas perspectivas. Nesse sentido, o Programa Bolsa-Família parece ser um grande aliado da Economia Solidária, à medida que minimiza os efeitos da emergência de subsistência da população. A propósito dos relatos aqui colhidos, são grandes os esforços no sentido de inter-relacionar a Economia Solidária com outras políticas sociais. O próprio Programa Bolsa-Família é citado com frequência, do mesmo modo que o benefício do Auxílio Desemprego. Assim, pode ser possível que Economia Solidária avance. Talvez não como uma saída definitiva, mas de uma forma que se consolide como alternativa e contribuição estratégica para lidar com as grandes crises do mundo moderno. As análises e observações realizadas ao longo dessa investigação reforçam essa perspectiva e conduzem a considerar a Economia Solidária como uma importante estratégia para o desenvolvimento sustentável.

Para que a proposta da Economia Solidária avance sem que se descaracterize em seus fundamentos, é necessária atenção quanto às suas fragilidades e contradições mais severas na relação com mercado capitalista em que está se inserindo. Tal atenção pressupõe ações no âmbito de sua regulação pública. Nessa perspectiva, Pochmann aponta cinco grandes condições a serem superadas, cuja ação em políticas públicas pode ser determinante para consolidação da Economia Solidária.

A primeira condição é a superação proveniente da ausência de um estatuto legal de diferencie a ética solidária da concorrência desleal e a diferencie das falsas cooperativas que fraudam os direitos legítimos dos trabalhadores assalariados.

A segunda condição a ser superada está relacionada à ampliação de linhas de crédito sob outros paradigmas. O padrão de financiamento regimentado pelo sistema bancário tradicional está distante dos princípios éticos que orientam a Economia Solidária bem como de seus processos produtivos e perfil de seu público.

A terceira condição resulta da necessidade de uma rede de produção, difusão de tecnologias e extensão técnica em Economia Solidária.

A quarta condição trata da incorporação da Economia Solidária no âmbito das políticas públicas para a indústria e o comércio exterior, promovendo novos paradigmas éticos e de produção para exportação que são, em última análise, integralmente compatíveis aos princípios solidários.

A última condição a ser superada sugere o fortalecimento e promoção das redes de comercialização e distribuição solidárias. É necessária a revisão da legislação que disciplina os processos de licitação pública de modo a permitir a inclusão de empreendimentos solidários. Pochmann lembra que as compras do setor público representam 30% da renda nacional. Não podem os serviços pertencentes à Economia Solidária ficar à margem disso.

Superar essas condições representa a possibilidade de potencializar um catalisador de interesses do desenvolvimento sustentável e corroborar para a condução das crises da sociedade moderna pela via sócio-cultural. Essa contribuição da Economia Solidária desconcentra e amplia as possibilidades das ações voltadas para uma forma sustentável de desenvolvimento, cuja tendência atual está mais centralizada na busca de recursos tecnológicos para energias limpas. É dispensável reforçar a relevância dessa tendência de investimento em tecnologias. Entretanto, considera-se a necessidade de diluir e multifacetar os processos que compõem a formação de uma nova cultura de desenvolvimento. Sobretudo, porque essa cultura é referência para constituição e implementação de práticas sustentáveis.

A participação popular materializa-se pela proposta autogestionária como força maior que o universo do empreendimento popular. O exercício cotidiano do trabalhador que adere à iniciativa solidária ilustra a possibilidade de atuação popular mais efetiva nos processos que definem o futuro da coletividade. Nessa condição de gestor de seus meios, vivem os impasses históricos que podem libertá-los de ser somente instrumentos de um destino que é seu, mas que foi construído por outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I CONAES - **Anais Conferência Nacional de Economia Solidária**: Brasília MTE, SENAES, 2006.

SIES – Sistema de Informação em Economia Solidária - **Atlas da Economia Solidária no Brasil**, 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2007.
http://www.mte.gov.br/ecosolidária/sies_atlas.asp

PNUD - **Atlas do Desenvolvimento Humano**, 2005
<http://www.pnud.org.br/atlas/tabelas/index.php>

ANTUNES, Ricardo (org.) **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo, Boitempo; 2006

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho: **A Economia Solidária Como Política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BECK, U; GIDDENS, A; LASH, S: **Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

BURSTYN, M, org.: **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1993.

CARVALHO, Cícero Péricles. **Economia Popular: uma via de modernização para Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2007.

CASTEL, R. **As Metamorfoses da Questão Social: Uma Crônica do Salário**. 5 ed.- Rio de Janeiro: Editoras Vozes, 1995.

CAVALCANTE, Enoque Gomes (org). **Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade: Algumas Experiências no Nordeste do Brasil**. Maceió: Edições Catavento, 1999.

SESCOOP/GO: **Cooperativismo passo a passo** 7ª Edição, Goiânia – 2004.
http://www.seplan.go.gov.br/down/cartilha_cooperativismo.pdf

DEIS, E Siqueira (org.) **Relações de Trabalho, Relações de Poder**: Brasília: Editora UNB, 1997

DIÉGUES, Jr Manuel: **O Banguê nas Alagoas – traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. Maceió: EDUFAL, 2002.

DOUBOR, Ladislau. **Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local**. Notas para edição 2008. <http://dowbor.org/artigos.asp>

GADOTTI E GUTIERREZ (orgs): **Educação Comunitária e Economia Popular** 4 ed. Editora Cortez – São Paulo, 1993.

HEREDIA, Beatriz M A. **Formas de Dominação e Espaço Social: A Modernização da Agroindústria Canavieira em Alagoas**. Brasília, MCT/CNPQ: 1998.

JACCOUD, Frederico B. S. Org; (et al.) **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

JACOB, Carlos L. **O Trabalho Autogestionário em Cooperativas de Produção: o paradigma revisitado**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.19, nº 56, 2004.

MATTOSO, Jorge: **O Brasil Desempregado; como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. 2ª edição, São Paulo, Editora Perseu Abramo, 1999.

MOACIR, Medeiros de Santana. **Contribuição a História do Açúcar em Alagoas**. Recife, Editora do IAA, Museu do Açúcar, 1970

NASCIMENTO, Cláudio: **A Autogestão e o Novo Cooperativismo**. Brasília: MTE/SENAES, 2004

NOVAIS, Fernando Antônio. **Aproximações: Ensaio de História e Historiografia**. São Paulo: COSAC NAIFY, 2005.

POCHMANN, Márcio. **O Emprego na Globalização - A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

POCHMANN, Márcio. **Economia Solidária no Brasil: Possibilidades e Limites**. Nota Técnica – IPEA. 24/ago/2004.

PROJETO CEPAL/PNUD/OIT. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente**. Brasília: CEPAL/ PNUD/OIT, 2008

ROSENFELD L. Cínara. **A Autogestão e a Nova Questão Social: Repensando a Relação Indivíduo e Sociedade**; Civitas: Revista de Ciências Sociais, Ano 1 nº 1, Porto Alegre - EDIPUCRS, 2001.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento Includente, Sustentável, Sustentado**: Garamond, Rio de Janeiro, 2004.

SACHS, Ignacy. **Palestra: Sociedade Cultura e Meio Ambiente - Mundo & Vida** vol. 2 (1) 2000

SEN, AMARTYA. **Desenvolvimento Como Liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

SILVA E SILVA/YASBEK, (orgs): **Políticas Públicas do Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo** Garamond, 2004.

SINGER, P. SOUZA A.R. (orgs): **A Economia Solidária no Brasil – A Autogestão Como Resposta ao Desemprego**. 2.ed.- São Paulo: Contexto, 2003.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

STIGLIZ, Joseph E. **Palestra: Em Busca de Um Novo Paradigma para o Desenvolvimento**. UNCTAD, Genebra, 1998

SCHIOCHET, Valmor. **Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária: Breve Trajetoria e Desafio** –Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise, num. 40. Brasília: IPEA/MTE, 2009

VIERA, F., Paulo (Org.) et al. **Desenvolvimento e Meio Ambiente no Brasil: a Contribuição de Ignacy Sachs**. Florianópolis: APED, 1998

ANEXOS

ANEXO A - QUESTIONÁRIO DO DIRIGENTE

Informações a serem coletadas junto aos dirigentes e representantes do empreendimento. Os dados analisados e confrontados com atas de reuniões e documentos de formalização do empreendimento, quando disponibilizados).

Focos de investigação

- Estratégias de comunicação e informação
- Processos de constituição e renovação dos dirigentes
- Mecanismos adotados para tomada de decisões
- Implementação efetiva das deliberações estabelecidas nas estâncias coletivas
- Estratégias de incentivo a autogestão
- Envolvimento ou interesse dos trabalhadores pela autogestão
- Distribuição dos rendimentos
- Processos de formação para gestão coletiva
- Distribuição de tarefas
- Participação em redes de negócios
- Acesso a documentos, informações administrativas
- Participação dos trabalhadores em movimentos de classe ou comunitários
- Viabilidade do empreendimento e sua rentabilidade a médio e longo prazo.

1. - Caracterização do Empreendimento

1.1. Nome do empreendimento:

1.2. Tempo de existência do empreendimento:

1.3. Trata-se de empreendimento incubado ou assistido por algum tipo de assessoria:

() sim () não

1.3.1-Caso positivo: informe quantos e quais profissionais envolvidos, quando iniciou; prazo de término, breve avaliação sobre a importância do acompanhamento.

1.4. Número de associados atualmente

1.5. Maior número de sócios que já fizeram parte do empreendimento

1.6. Descreva o negócio, produto ou serviço do empreendimento:

1.7. Como surgiu o empreendimento?

1.8. Descrever público alvo ou clientela:

1.9. Pessoa jurídica constituída: () sim () não () em processo

1.10. Estimativa de valor atual do patrimônio

1.11. Principais clientes:

1.12. Receita aproximada ano: R\$

1.13. Estimativa de despesa ano: R\$

1.14. O que você entende por autogestão

1.15. Você considera que o empreendimento pratica autogestão, O que te leva a essa conclusão?

1.16. Comente como foi o processo de exercício de autogestão - estratégias tentadas, o que funcionou e o que não funcionou, o que mais ajudou e atrapalhou para o exercício.

1.17. O empreendimento possui serviços terceirizados? Quais?

Caracterização do dirigente

Idade

Nível de escolaridade

Profissão

Fale de sua trajetória junto às atividades sociais e políticas e sobre sua entrada no cooperativismo (histórico)

Como está isso hoje, qual o seu engajamento junto aos problemas coletivos, e defina sua participação nesses processos

2. -Descrição das estratégias de comunicação e informação adotadas:

2.1. Descreva os meios utilizados para circular as informações no empreendimento

2.2. Considera suficiente ou acha necessário rever os meios de comunicação adotados até o momento?

3. -Processos de constituição e renovação dos dirigentes:

3.1. Faça um histórico de como se deram os processos de eleição dos dirigentes da instituição. Deve informar:

3.1.1. Quando foi que ocorreu a última eleição dos dirigentes?

3.1.2. Se havia mais de um grupo se candidatando à eleição.

3.1.3. Se os dirigentes atuais são reeleitos; desde quando?

4. -Mecanismos utilizados para tomada de decisões quanto aos principais assuntos relacionados à gestão (metas de produção, participação dos resultados, política de investimentos e modernização, política de relacionamento entre as pessoas, mercado):

-Implementação efetiva das deliberações estabelecidas nas estâncias coletivas:

4.1 Como acontecem as decisões no empreendimento?

4.2 Existe estrutura hierárquica para deliberações cotidianas?

4.2.1. Como é composta esta estrutura?

4.3. Quanto às assembleias gerais:

4.3.1. Qual a periodicidade em que acontecem as assembleias deliberativas?

4.3.2. Como são essas reuniões quanto à participação dos trabalhadores?

4.3.3. Quais decisões são encaminhadas às assembleias?

4.3.4. Quem define a pauta?

4.3.5. Como se dão as convocações para as assembleias?

4.3.6. Qual a participação dos trabalhadores?

4.3.7. Qual tipo de informações é disponibilizado aos cooperados nas assembleias?

4.4. Existem outras estratégias deliberativas além das assembleias?

4.5. E de comunicação em geral? Existem outras estratégias para informar os trabalhadores acerca dos assuntos de gestão ou administração do negócio?

4.5.1. Se positivo, liste-os.

4.6. Existe um documento ou registro que trate da política de funcionamento do empreendimento (participação dos resultados, política de investimentos e

modernização, política de relacionamento entre as pessoas, mercado, informação, meio ambiente).

4.6.1. Se negativo:

4.6.1.1. Vocês sentem falta disso?

4.6.1.2. Por que não possuem uma política para o empreendimento?

4.6.2. Se positivo: (recolher cópia)

4.6.2.1 Quem participou da elaboração desse documento e há quanto tempo e como foi este processo?

4.6.2.2. Houve atualizações?

4.6.2.3. É documento válido e utilizado?

4.6.2.4. Os trabalhadores têm acesso a este documento?

4.6.2.5. O conteúdo do documento é discutido entre os trabalhadores?

5. -Envolvimento ou interesse dos trabalhadores pela autogestão.

-Estratégias de incentivo a autogestão.

5.1. O grupo se interessa pelas questões de gestão do empreendimento?

5.1.1. Se positivo:

5.1.1.1. De qual maneira esse interesse se manifesta?

5.1.1.2. É interesse espontâneo dos trabalhadores pelas questões de gestão ou foram adotadas medidas com esse objetivo?

5.1.2. Se negativo:

5.1.2.1. Por que acha que isso acontece?

5.1.2.2. As pessoas são estimuladas a participar?

5.1.2.3. Quais estratégias são adotadas nesse sentido?

6. -Distribuição dos rendimentos

6.1. Qual a política de pagamento ou distribuição dos rendimentos regulares e repartição das sobras?

6.2. Relacionar benefícios sociais contemplados ao trabalhador.

7. -Processos de formação para gestão coletiva adotados pelo empreendimento

7.1. O empreendimento possui algum plano de desenvolvimento pessoal e profissional ou de atualização (capacitações, cursos, alfabetização)?

7.2. Qual o grau de escolaridade média dos participantes?

- 7.3. Caracterize os conhecimentos sobre gestão que possuem.
- 7.4. Quanto aos conhecimentos específicos para a função de produção ou negócio do empreendimento:
- 7.4.1. Quais são as áreas de maior atenção ou de maior necessidade de capacitação?
 - 7.4.2. Quais são as áreas em que a entidade mais capacita?

8. Distribuição de tarefas

- 8.1. Como e quem define as atribuições de cada um na produção ou serviço realizado?
- 8.2. Há algum rodízio dessas atribuições?

9. Participação em redes de negócios

- 9.1. O empreendimento participa de redes solidárias de troca, feiras de negócios?
- 9.2. Com qual frequência participa de eventos de troca?
- 9.3. Qual a abrangência dos eventos que participa o empreendimento (regional/municipal, estadual, nacional ou federal)?
- 9.4. Compõem alguma cadeia de produção?

10. Acesso ou restrição a documentos, informações administrativas ou de gestão

- 10.1. Todo e qualquer trabalhador tem acesso às informações administrativas ou documentos (receita mensal, anual, despesas, distribuição de ganhos, principais clientes e fornecedores, insumos e destinações)?
- 10.2. Qual o procedimento deve adotar o trabalhador interessado em alcançar estes documentos?

11. Participação dos trabalhadores em movimentos de classe ou comunitários (anterior à entrada no empreendimento e atual)

- 11.1. O empreendimento possui algum tipo de articulação ou integração com movimentos sociais (controle social de políticas públicas de trabalho e renda, sindicatos grupos de defesa de direitos, clubes de apoio, eventos festivos e atividades culturais etc). Relacionar quais e detectar nível de engajamento.

11.2. E quanto aos trabalhadores e suas atitudes participativas em outros movimentos? Há conhecimento de participações ou engajamentos individuais em movimentos sociais?

11.2.1. Essas participações são estimuladas pelo empreendimento? Como?

12. -Viabilidade do empreendimento e sua rentabilidade a médio e longo prazo

12.1. Faça um balanço do negócio nos últimos anos. Atualmente encontra-se estável ou ainda sofre ameaças ou fragilidades?

12.1. Conta com algum apoio financeiro ou empréstimo?

12.2. Conta com algum outro tipo de apoio: serviços ou doações de patrimônio?

ANEXO B - QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA COM TRABALHADOR

Foco de investigação:

- Descrição das estratégias de comunicação e informação;
- Processos de constituição e renovação dos dirigentes;
- Mecanismos adotados para tomada de decisões quanto aos principais assuntos relacionados à gestão (metas de produção, participação dos resultados, política de investimentos e modernização, política de relacionamento entre as pessoas, mercado);
- Implementação efetiva das deliberações estabelecidas nas estâncias coletivas;
- Estratégias de incentivo a autogestão;
- Envolvimento ou interesse dos trabalhadores pela autogestão;
- Distribuição dos rendimentos;
- Processos de formação para gestão coletiva adotados pelo empreendimento;
- Distribuição de tarefas;
- Participação em redes de negócios;
- Acesso ou restrição a documentos, informações administrativas ou de gestão (receita mensal, anual, despesas, distribuição de ganhos, principais clientes e fornecedores, insumos e destinações);
- Participação dos trabalhadores em movimentos de classe ou comunitários (anterior à entrada no empreendimento e atual).

Socioeconômico

1. Nome:

2. Sexo: () M () F
3. Data de nascimento: ____/____/____
4. Endereço residencial:

5. Como se identifica em relação à cor: () branco () amarelo () pardo
() negro
6. Estado civil:
() solteiro () casado () separado () viúvo () outros
Especificar: _____
7. Possui filhos: () sim () não quantos: _____
8. Grau de escolaridade: _____
9. Posição na casa:
() Chefe de Família () Cônjuge () filho (a) () Outros
10. Mora com quem? _____
11. Renda familiar mensal R\$ _____; per capita: R\$ _____.
12. Qual a ocupação antes de ingressar no empreendimento?
13. Quais motivos o levaram a participar do empreendimento?
14. Desde quando está no empreendimento?
15. Quais suas atribuições no empreendimento?
16. O que acha da atividade que exerce, gosta dela?
17. Possui outros familiares no empreendimento?

Renda

18. Quantas pessoas dependem dessa renda?
19. Você se manteria ou à sua família somente com a renda do empreendimento solidário?
20. Possui outra atividade remunerada ou algum outro benefício para a família; (auxílios públicos ou de terceiros, cesta básica, doações – verificar se está vinculado ao empreendimento)?

21. Além dos rendimentos mensais, o empreendimento oferece algum outro tipo de benefício: férias remuneradas, décimo terceiro, plano de saúde, etc?
22. Seus rendimentos são iguais aos demais trabalhadores?
23. Você está satisfeito com a forma que os ganhos são distribuídos?
24. Está satisfeito com os rendimentos obtidos aqui?
25. Costuma fazer compras regularmente?

Formação Profissional

26. Teve algum curso de qualificação, para desempenhar seus papéis no empreendimento?
27. Acha que precisa se qualificar mais para desempenhar suas funções?
28. Quais outros cursos você gostaria de fazer?

Autogestão

29. O que você está achando do trabalho solidário? (explorar quanto à gestão coletiva e participativa)
Problemas, dificuldades;
Vantagens, pontos positivos.
30. Você se sente responsável pelo empreendimento?
31. Há diferenças das experiências de trabalho anteriores em relação à experiência atual?
32. Quais dificuldades você teve para se adaptar a esta experiência de trabalho coletivo?
33. Como circulam as informações e como você fica sabendo das coisas que estão acontecendo no empreendimento?
34. O que sabe sobre o empreendimento (quanto aos rendimentos mensais e anuais, quem fornece materiais para vocês, as contas que se paga mensalmente...)?
35. Como se dão as decisões no empreendimento? Quando ocorrem as discussões em grupo?
36. Sente-se preparado (a) para isso?

37. Descreva esses processos de decisão (verificar quais são os momentos de maior pressão; se verifica momentos de coerção, de quem parte essa coerção, se há preparação para o que será debatido).
38. Você participa dessas decisões do empreendimento? Defina e descreva sua participação (explorar se o trabalhador sente-se à vontade com a prática no exercício deliberativo e se considera o processo democrático).
39. Como você avalia sua participação nesses processos de decisão?
40. Você considera que suas opiniões são ouvidas e respeitadas?
41. Como são decididos os impasses ou divergências de opiniões nas assembleias?
42. Você verifica iniciativas de estímulo à participação do trabalhador nos processos de decisão? Descreva.
43. Há presença significativa dos trabalhadores nas assembleias e reuniões?
44. Todos participam?
45. Como você avalia as relações entre os trabalhadores do empreendimento:
- no dia a dia do trabalho?
- nas assembleias e reunião de grupos?
46. Quem são os dirigentes atuais?
47. Sempre foram os mesmos (investigar a rotatividade na gestão)?
48. Já foi membro da direção ou conselho?
49. A quem se reporta na organização para tratar de questões do trabalho cotidiano?
50. Possui superior imediato? Qual cargo ocupa esta pessoa?
51. Descreva como se estabelece esta relação.

Cidadania

52. O que você costuma fazer aos finais de semana?
53. Qual seu passatempo favorito?
54. Você costuma frequentar outras comunidades? Tem amigos lá?
55. Você frequenta ou participa de associações de bairro ou outra forma de organização comunitária/coletivo (p. ex. partido político, movimentos sociais)?
56. Participava antes de ingressar no empreendimento solidário?

57. Passou a participar depois?

58. Se você saísse do empreendimento hoje do que sentiria falta?

ANEXO C – NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA POR UF

Quantidade de EES segundo UF

Período: 2007

UF	Quantidade
TOTAL	21.859
Rio Grande do Sul	2.085
Ceará	1.854
Bahia	1.611
Pernambuco	1.526
Piauí	1.472
Rio de Janeiro	1.343
Minas Gerais	1.236
Rio Grande do Norte	817
São Paulo	813
Paraná	808
Maranhão	793
Mato Grosso	747
Goiás	737
Santa Catarina	690
Paraíba	670
Pará	574
Acre	543
Espírito Santo	520
Tocantins	502
Sergipe	471
Amazonas	461
Distrito Federal	386
Mato Grosso do Sul	340
Rondônia	293
Alagoas	284
Amapá	157
Roraima	126

Fonte: Atlas de Economia Solidária - 2007

ANEXO D – NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA POR REGIÃO

Número de EES

Quantidade segundo Região

Período: 2007

Região	Quantidade
TOTAL	21.859
Região Norte	2.656
Região Nordeste	9.498
Região Sudeste	3.912
Região Sul	3.583
Região Centro-Oeste	2.210

Fonte: Atlas de Economia Solidária - 2007

**ANEXO E – QUESTIONÁRIO DE REFERÊNCIA RESPONDIDO POR
EMPREENHIMENTOS SOLIDÁRIOS DE ALAGOAS**

Dados gerais extraídos do SIES sobre Alagoas

QUESTÃO 08 - Quantidade de Empreendimentos por ano de início como ES						
1900 a 1950	1951 a 1970	1971 a 1980	1981 a 1990	1991 a 2000	2001 a 2010	TOTAL
7	1	-	30	119	124	281

QUESTÃO 09 - Forma de organização	
FORMAS DE ORGANIZAÇÃO	QUANTIDADE
Grupo informal	138
Associação	127
Cooperativa	14
Outra	4
Sociedade mercantil de capital e inds.	1
TOTAL	284

QUESTÃO 10 - Empreendimentos com CNPJ	
QUANTIDADE	PERCENTUAL
144	51%

QUESTÃO 11 - O que motivou a criação dos empreendimentos				
MOTIVOS	ORDEM 1	ORDEM 2	ORDEM 3	TOTAL
1. Uma alternativa ao desemprego	103	45	11	159
2. Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	31	32	16	79
3. Uma fonte complementar de renda para os associados	21	40	20	81
4. Desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos	11	17	11	39
5. Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	55	21	10	86
6. Recuperação por trabalhadores de empresa privada que faliu	0	1	2	3
7. Motivação social, filantrópica ou religiosa	9	9	2	20
8. Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	18	14	13	45
9. Alternativa organizativa e de qualificação	20	14	13	47
10. Outro. Qual?	10	10	3	23

QUESTÃO 12 - Área de atuação dos empreendimentos	
ÁREA	TOTAL
Rural	145
Urbana	83
Rural e urbana	54
TOTAL	282

QUESTÃO 13 - Situação atual dos empreendimentos	
SITUAÇÃO	TOTAL
Em implantação	24
Em funcionamento / operando	260
Total	284

QUESTÃO 14 - Número de participantes-sócios: PESSOAS				
EES somente homens	33	0	3.357	102
EES somente mulheres	48	939	0	20
EES com homens e mulheres	202	6.350	12.610	94
Total geral	283	7.289	15.967	82

QUESTÃO 14 a - Número de participantes – sócios por idade PESSOAS FÍSICAS					
PARTICIPANTES	EMPREENDIMENTOS	MULHERES	HOMENS	TOTAL	MÉDIA
Até 10	42	181	92	273	7
11 a 20	58	503	422	925	16
21 a 50	95	1.305	1.987	3.292	35
Acima de 50	88	5.277	13.466	18.743	213
TOTAL	283	7.266	15.967	23.233	82

QUESTÃO 15 - Oscilações dos sócios durante os últimos 12 meses			
QTT. DE EMPREENDIMENTOS EM QUE HOVE AUMENTO	QTT. DE EMPREENDIMENTOS EM QUE HOVE REDUÇÃO	QTT. DE EMPREENDIMENTOS QUE PERMANECERAM IGUAIS	TOTAL
83	48	152	283

QUESTÃO 16 - Descrição das atividades mais recorrente entre os empreendimentos		
POSICÃO	DESCRIÇÃO	TOTAL
1ª	cultivo de outros produtos de lavoura temporária	39
2ª	Produção mista: lavoura e pecuária	28
3ª	Atividades de serviços relacionados com a agricultura	25
4ª	Fabricação de artefatos diversos de madeira, palha, cortiça e material trançado - exceto móveis	22
5ª	Cultivo de cereais para grãos	18
6ª	Cultivo de frutas cítricas	16
7ª	Fabricação de produtos diversos	16
8ª	Transporte rodoviário de passageiros, regular, urbano	13
9ª	Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos - exceto vestuário	12
10ª	Confecção de peças do vestuário - exceto roupas íntimas, blusas, camisas e semelhantes	10
11ª	Fabricação de outros produtos alimentícios	10
12ª	Pesca e serviços relacionados	10
13ª	Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura	9
14ª	Transporte rodoviário de passageiros, regular, não urbano	9
15ª	Reciclagem de sucatas não-metálicas	7
16ª	Fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria	7
17ª	Criação de outros animais	6
18ª	Fabricação de artefatos diversos de material plástico	5
19ª	Fabricação de artefatos de tapeçaria	5
20ª	Fabricação de outros artefatos têxteis, incluindo tecelagem	4

QUESTÃO 17 - Situação da sede ou local de funcionamento	
SITUAÇÃO	QUANTIDADE
Própria	111
Cedida ou emprestada	99
Alugada	41
Não possui sede	26
Outra	3
TOTAL	280

QUESTÃO 18 - Situação dos equipamentos dos empreendimentos	
SITUAÇÃO	QUANTIDADE
Próprios	226
Arrendados	2
Cedidos ou emprestados	35
Alugados	8
Não se aplica	31

QUESTÃO 19 - Destino dos produtos e/ou serviços	
DESCRIÇÃO DOS DESTINOS	TOTAL
São vendidos	186
Parte é vendida ou trocada e parte é destinada ao autoconsumo de sócios	94
São trocados	10
Os prods. e servs. são exclusivamente destinados ao autoconsumo de sócios	3
Não se aplica	2

QUESTÃO 20 - Formas de comercialização dos empreendimentos				
DESCRIÇÃO DAS FORMAS	ORDEM 1	ORDEM 2	ORDEM 3	TOTAL
Venda direta ao consumidor	165	37	3	205
Venda a revendedores/	61	42	6	109
Venda a órgão governamental	3	11	5	19
Troca com outros empreendimentos solidários	4	0	0	4
Venda a outros empreendimentos de ES	3	3	0	6
Outra. Qual?	29	15	10	54
Não se aplica	1	0	0	1

QUESTÃO 21 – Destino da venda e troca de produtos e/ou serviços				
DESTINO	ORDEM 1	ORDEM 2	ORDEM 3	TOTAL
Comércio local ou comunitário	104	17	11	132
Mercado/comércio municipal	70	67	12	149
Mercado/comércio microrregional	34	42	18	94
Mercado/comércio estadual	32	32	24	88
Mercado/comércio nacional	11	7	12	30
Exportação para outros países	4	0	2	6
Não se aplica	6	0	0	6

QUESTÃO 22 - Principais espaços de comercialização de produtos e/ou serviços				
ESPAÇOS	ORDEM 1	ORDEM 2	ORDEM 3	TOTAL
Lojas ou espaços próprios	45	15	5	65
Espaços de venda coletivos	17	10	5	32
Feiras livres	106	26	8	140
Feiras e exposições eventuais/especiais	14	30	12	56
Entrega direta a clientes	59	48	13	120
Outro. Qual:	15	11	2	28
Não se aplica	6	0	0	6

QUESTÃO 23 - Os empreendimentos têm encontrado alguma dificuldade na comercialização de produtos e/ou serviços	
RESPOSTAS	TOTAL
Sim	200
Não	73
Não se aplica	7

QUESTÃO 24 - Os empreendimentos utilizam algum tipo de divulgação de seus produtos e/ou serviços	
RESPOSTAS	TOTAL
Sim	171
Não	113

QUESTÃO 25 - Meios de divulgação dos empreendimentos (produtos, serviços, atividades)				
MEIOS DE DIVULGAÇÃO	ORDEM 1	ORDEM 2	ORDEM 3	TOTAL
Cartazes, catálogos, folders e panfletos	14	7	13	34
Jornais e revistas	2	2	5	9
Rádios comerciais e educativas	10	7	3	20
Rádios comunitárias	13	12	4	29
TVs (mídia televisiva)	1	1	2	4
Feiras e exposições eventuais	10	29	5	44
Divulgação "boca a boca"	113	25	4	142
Outra	8	9	4	21

QUESTÃO 26 - Origem dos recursos para iniciar as atividades dos empreendimentos				
ORIGEM DOS RECURSOS	ORDEM 1	ORDEM 2	ORDEM 3	TOTAL
Dos próprios sócios - capitalização ou cotas	168	25	2	195
Empréstimo(s) e/ou financiamento(s)	41	8	1	50
Doação (ões)	60	31	4	95
A atividade não exigiu aplicação inicial de recursos	10	7	1	18
Outra	4	3	3	10

QUESTÃO 27 - Origem dos recursos para iniciar as atividades dos empreendimentos				
ORIGEM DOS RECURSOS	ORDEM 1	ORDEM 2	ORDEM 3	TOTAL
Dos próprios sócios - capitalização ou cotas	168	25	2	195
Empréstimo(s) e/ou financiamento(s)	41	8	1	50
Doação (ões)	60	31	4	95
recursos	10	7	1	18
Outra. Qual?	4	3	3	10

QUESTÃO 28 - Se houve investimentos nos últimos 12 meses	
RESPOSTAS	TOTAL
Não	200
Sim	84
Total	284

QUESTÃO 29 - Tipos de investimento realizados nos empreendimentos nos últimos 12 meses				
TIPOS DE INVESTIMENTO	ORDEM 1	ORDEM 2	ORDEM 3	TOTAL
Infraestrutura física (prédios, construções, etc)	31	5	0	36
Equipamentos (aquisição, renovação)	26	16	3	45
Ampliação de estoque de matérias-primas	17	7	4	28
Abertura de lojas/espços de comercialização	1	0	0	1
Capacitação de mão-de-obra	4	8	2	14
Outro	6	4	2	12

QUESTÃO 30 - Valor dos investimentos realizados nos empreendimentos nos últimos 12 meses			
FAIXAS	EMPREENDIMENTOS	SOMA INVESTIMENTOS	MÉDIA
1. R\$ 0,00	5	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2. Até R\$ 1.000,00	16	R\$ 5.996,82	R\$ 374,80
3. Mais de R\$ 1.000,00 a R\$ 10.000,00	31	R\$ 123.194,02	R\$ 3.974,00
4. Mais de R\$ 10.000,00 a R\$ 100.000,00	24	R\$ 836.430,46	R\$ 34.851,27
5. Mais de R\$ 100.000,00	9	R\$ 3.113.120,52	R\$ 345.902,28
Total	80	R\$ 4.078.741,82	R\$ 50.984,27

QUESTÃO 31 - Os empreendimentos tiveram acesso a crédito ou financiamento nos últimos 12 meses	
RESPOSTAS	TOTAL
Não	189
Sim	55
Não se aplica	39
Total	283

QUESTÃO 32 - Finalidade do Crédito	
DESCRIÇÃO DA FINALIDADE DO CRÉDITO	TOTAL
Investimento	26
Custeio ou capital de giro	15
Custeio e investimento	14

QUESTÃO 33 - Fontes de crédito ou financiamento	
TIPOS DE FONTE	TOTAL
Banco público	46
Outra	4
ONG ou OSCIP	3
Outra instituição financeira privada	2
Banco privado	2
Cooperativa de crédito	1

QUESTÃO 34 - Valor total do crédito que empreendimentos tiveram acesso nos últimos 12 meses			
FAIXAS	EMPREENDIMENTOS	SOMA CRÉDITO	MÉDIA
2. Até R\$ 1.000,00	7	R\$ 4.910,07	R\$ 701,44
3. De R\$ 1.000,00 a R\$ 10.000,00	16	R\$ 63.515,24	R\$ 3.969,70
4. De R\$ 10.000,00 a R\$ 100.000,00	23	R\$ 993.205,01	R\$ 43.182,83
5. Acima de R\$ 100.000,00	9	R\$ 4.400.636,60	R\$ 488.959,62
Total	48	R\$ 5.457.356,85	R\$ 113.694,93

QUESTÃO 35 - Situação atual do pagamento ou devolução do crédito	
DESCRIÇÃO DAS SITUAÇÕES	TOTAL
Está no prazo de carência	26
Pagamento em dia	20
Pagamento concluído	6
Pagamento em atraso	3

QUESTÃO 36 - Se, no momento, existe necessidade de financiamento/crédito	
RESPOSTAS	TOTAL
Sim	237
Não	47
Total	284

QUESTÃO 37 - Finalidade do financiamento/crédito	
DESCRIÇÃO DAS FINALIDADES	TOTAL
Investimento	118
Custeio ou capital de giro e investimento	88
Custeio ou capital de giro	30

QUESTÃO 38 - Se os empreendimentos enfrentam ou enfrentaram dificuldade para obtenção de crédito	
RESPOSTAS	TOTAL
Sim	155
Não	129
Total	284

QUESTÃO 39 - Qual(ais) dificuldade(s) enfrentam ou enfrentaram				
DESCRIÇÃO DAS DIFICULDADES	ORDEM 1	ORDEM 2	ORDEM 3	TOTAL
O empreendimento não possui a documentação exigida pelo agente financeiro	39	8	2	49
Taxas de juros elevadas ou incompatíveis com a capacidade do empreendimento	14	17	5	36
Prazos de carência inadequados	6	14	4	24
Falta de aval ou garantia	42	16	11	69
Falta de apoio para elaborar projeto	11	14	4	29
Burocracia dos agentes financeiros	20	16	5	41
Falta de linha de crédito	3	0	3	6
Outra	18	11	1	30

QUESTÃO 40 - Os empreendimentos tiveram acesso a algum tipo de apoio, assessoria, assistência ou capacitação	
RESPOSTAS	TOTAL
Sim	209
Não	75
Total	284

ANEXO F – FOTOS DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS VISITADOS

